

MARIETA DE MORAES FERREIRA

EM BUSCA DA
IDADE DE OURO

**Em busca da Idade de Ouro:
as elites políticas fluminenses na
Primeira República (1889-1930)**

Marieta de Moraes Ferreira

**Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro
Rio de Janeiro - 1994**

Copyright © 1994 by Marieta de Moraes Ferreira

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de Processamento Técnico - SIBI/UFRJ

F 383c Ferreira, Marieta de Moraes
Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930) / Marieta de Moraes Ferreira.
Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
Bibliografia
1. Rio de Janeiro - História - (Primeira) República (1889-1930).
I. Título

CDD 981.05351

ISBN 85-7108-111-5

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Forum de Ciência e Cultura
Editora UFRJ

Conselho Editorial

Darcy Fontoura de Almeida, Gerd Bornheim, Gilberto Velho, Giulio Massarani, José Murilo de Carvalho, Margarida de Souza Neves, Silvano Santiago, Wanderley Guilherme dos Santos

Editora UFRJ

Forum de Ciência e Cultura
Av. Pasteur, 250/sala 106 - Rio de Janeiro
CEP: 22295-900
Tel.: (021) 295 1397 (021) 295 1595 r. 35/36/37
Fax: (021) 295 2346

Edições Tempo Brasileiro

Rua Gago Coutinho, 61 - Rio de Janeiro
CEP: 22221-070
Caixa Postal 16099
Tel.: (021) 205 5949
Fax: (021) 225 9382

Apoio:



Fundação Universitária José Bonifácio

Sumário

<i>Introdução</i>	7
<i>Capítulo 1</i> A elite política fluminense: projeto e trajetória	15
<i>Capítulo 2</i> A economia fluminense na Primeira República	35
<i>Capítulo 3</i> Projetos de reforma	57
<i>Capítulo 4</i> A força da tradição	79
<i>Capítulo 5</i> A nacionalização da política fluminense	97
<i>Capítulo 6</i> Fragmentação política e questão partidária	117
<i>Conclusão</i>	141
<i>Fontes e bibliografia</i>	147
<i>Anexos</i>	169
<i>Agradecimentos</i>	209

Introdução

Um balanço da produção historiográfica sobre a natureza dos conflitos políticos e o papel do Estado na Primeira República nos permite detectar duas tendências básicas¹. A primeira sustenta que o Estado não se define como representante de classes ou de grupos de interesse dominantes na sociedade, mas como um ator político que representa a "si mesmo", ao mesmo tempo em que articula grupos e/ou classes sociais, possuindo assim um conteúdo marcadamente patrimonialista. No plano das disputas políticas, a cooptação com base no clientelismo tenderia a predominar sobre formas clássicas de representação de interesses.

Uma segunda linha de interpretação é a que sustenta uma estreita associação entre os interesses econômicos dominantes e o controle do Estado, o que significa afirmar que os interesses cafeeiros de São Paulo e Minas eram determinantes na orientação da política republicana. Como consequência dessa interpretação há uma supervalorização do papel desses dois estados no jogo político oligárquico e um silêncio sobre o papel e a trajetória dos estados considerados de segunda grandeza, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Um fato que nos parece básico é que desde o início o esquema de dominação São Paulo-Minas abriu espaço para o surgimento de conflitos no seio da classe dominante. A insatisfação dos estados de segunda grandeza diante das deformações do federalismo, que limitavam grandemente sua autonomia no campo político e subordinavam seus interesses econômico-financeiros aos interesses mineiros e paulistas, deu origem a iniciativas de contestação que não podem ser ignoradas. Embora essas iniciativas nem sempre fossem claramente delineadas ou explicitadas, e se caracterizassem por uma instabilidade dos atores-estados nelas engajados, é possível identificá-las ao longo de toda a República Velha.

Nosso interesse reside em destacar a complexidade do pacto oligárquico na Primeira República e buscar um melhor desenho do sistema federalista brasileiro, através do estudo da atuação de grupos regionais de segunda grandeza e de suas tentativas de construção de um eixo alternativo de poder². Alguns estudos têm sido produzidos nessa direção, propondo uma revisão do papel do eixo dominante Minas-São Paulo.

Ao relativizar o papel hegemônico de São Paulo, ao buscar novas explicações para a ascensão de Minas Gerais no jogo político nacional e ao rediscutir as teses que vêem no Rio Grande do Sul um foco desestabilizador, essas contribuições permitem repensar os esquemas de funcionamento da política oligárquica brasileira no início da era republicana.

Elegemos como objeto de análise neste trabalho a elite política do estado do Rio de Janeiro, cujo papel no pacto federalista e cujas características e conflitos internos procuraremos apreender. O Rio de Janeiro nos parece ser um caso especialmente interessante porque, de principal pólo econômico do país e mais forte base de apoio político da monarquia, o estado perdeu o *status* de "grande província imperial" com a implantação do regime republicano, inaugurando um longo período de dificuldades econômicas e políticas que se estendem até a atualidade.

Um segundo objetivo deste estudo é exatamente contribuir para uma melhor compreensão dos problemas atuais das elites fluminenses e da economia do estado do Rio de Janeiro. Nos últimos tempos, um dos temas recorrentemente tratados pela mídia tem sido a chamada "crise" ou "esvaziamento" do estado do Rio. Especialmente no ano de 1990, por ocasião das eleições para o governo estadual e em função do crescimento desmesurado da onda de violência na cidade do Rio de Janeiro, este tema passou a ser uma constante, tornando-se objeto de debates políticos na televisão, de incontáveis artigos em jornais e revistas e ainda de seminários e mesas-redondas³.

Alguns pontos comuns parecem unir os diagnósticos sobre as causas dos problemas do estado do Rio em geral, e da cidade do Rio em particular, emitidos por políticos, empresários, técnicos e intelectuais, mesmo com diferentes compromissos político-partidários. O primeiro deles é a avaliação de que a cidade do Rio, e após a fusão, o estado do Rio, por sua postura oposicionista tanto durante os governos militares quanto após a Nova República, tem sido alvo da discriminação do governo federal. Essa discriminação se traduziria não só nas negativas de concessão de incentivos fiscais e recursos financeiros, como também numa política de expoliação responsável por uma permanente drenagem de rendas.

Um segundo ponto, que se relaciona com o primeiro, seria a dita incompetência das elites políticas cariocas e fluminenses para resistir a essa discriminação e expoliação do governo federal, traduzida na incapacidade de elaborar estratégias e projetos e de organizar *lobbies* para a defesa dos interesses do estado. As raízes desse tipo de comportamento estariam no fato

de a cidade do Rio ter sido capital do país, o que teria levado seus políticos, e também os do antigo estado do Rio, a se preocupar mais com os grandes debates nacionais do que com a defesa dos interesses regionais. A essas contingências de ordem política são acrescentados outros problemas, como a fusão entre a Guanabara e o estado do Rio, a forte presença do governo federal, o grande número de funcionários públicos aqui residentes, a predominância das atividades terciárias na economia e o envelhecimento do parque industrial, com sua estrutura produtiva característica da primeira revolução industrial⁴.

Esses problemas específicos naturalmente teriam sido agravados pela crise nacional da economia, mas o componente regional seria um fator explicativo fundamental para o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro. Assim, a saída seria recuperar o regionalismo, o bairrismo, e fazer aquilo que é típico de uma federação, ou seja, participar de uma disputa de interesses concretos, regionais. Esta interpretação, embora dominante, tem sofrido algumas críticas e questionamentos.

Um argumento alternativo, ainda que apresentado de maneira difusa e pouco organizada, e embora ausente dos debates mais amplos nos meios de comunicação, sustenta que o estado do Rio de Janeiro não estaria vivendo uma crise particular, mas que seus problemas seriam fruto da própria crise que o país atravessa, maximizados pela extensão da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os indicadores econômicos, não existiria de fato uma crise da economia fluminense. A produção do estado, seja medida pelo PIB regional, ou pelo produto do setor industrial, teria crescido nos últimos anos acima da média nacional.

Um desdobramento desse argumento é que as elites fluminenses (e mais recentemente as cariocas) teriam desenvolvido uma tradição de falar na decadência do estado como forma de angariar atenções e recursos especiais. Similarmente às elites nordestinas, que teriam elaborado um discurso de pobreza ao longo de décadas, visando a extrair recursos dos poderes públicos federais⁵, as elites fluminenses teriam produzido no final do século XIX, por ocasião da crise da economia cafeeira, um discurso centrado na decadência do estado e na necessidade de sua recuperação. Mais recentemente, essa antiga postura fluminense teria sido incorporada pelas elites cariocas através da denúncia do "esvaziamento" do Rio de Janeiro. Para os que fazem este diagnóstico, sustentar a necessidade de defender interesses regionais implicaria favorecer um processo de provincianização da cidade do Rio, o que seria um equívoco.

Todos esses argumentos, em grande parte debatidos nos principais meios de comunicação, carecem, entretanto, de uma base de sustentação mais consistente. As discussões, marcadas por um forte clima emocional e ideológico, pouco contribuem para que se possa avaliar com mais precisão a problemática realidade do estado do Rio de Janeiro. São poucos os estudos disponíveis baseados em pesquisas sólidas, capazes de fornecer informações e análises acerca da trajetória do estado do Rio.

Diante desse quadro, torna-se fundamental e premente a multiplicação de trabalhos que testem essas questões e proporcionem análises de conjunto pautadas em pesquisas empiricamente fundamentadas, ampliando assim o alcance das interpretações. Emergem como temas importantes para a investigação, entre outros, a fragmentação das elites do Rio de Janeiro, a nacionalização da política fluminense, as relações estado-cidade, as relações agricultura-indústria, a presença do governo federal. Neste amplo leque aberto aos estudiosos, a abordagem histórica merece destaque pela possibilidade que encerra de resgatar as raízes de muitos dos problemas do estado.

Nossa proposta é exatamente discutir a fragmentação das elites políticas fluminenses e detectar os fatores responsáveis pelas dificuldades para a construção de acordos políticos internos que permitiriam a articulação e a defesa dos interesses do estado do Rio no contexto do federalismo brasileiro. O ponto de partida que orientou esta reflexão foi a constatação de que as elites fluminenses, desde o início da República, eram portadoras de uma permanente sensação de perda em relação a uma posição anterior e, em função disso, se dedicavam a construir projetos de recuperação de uma Idade de Ouro localizada no passado cafeeiro e imperial⁶.

Finalmente, o terceiro objetivo deste trabalho é de caráter metodológico. Pretendo realizar um estudo de história política que incorpore as novas tendências deste campo historiográfico. Depois de ter desfrutado de um amplo prestígio durante todo o século XIX, a história política entrou em processo de declínio. A fundação da revista *Annales* em 1929 na França e a criação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, tendo como presidente Lucien Febvre, em 1948, dariam impulso a um profundo movimento de transformação no campo do conhecimento histórico. Em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental.

De acordo com essa nova proposta, as características que pareciam ser constitutivas do estudo do político foram apontadas como um resumo dos defeitos que deveriam ser evitados. Desejosa de ir ao fundo das coisas, de apreender o mais profundo da realidade, a nova história sustentava que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais, e que os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude. Além disso, as realidades do trabalho e da produção deveriam ser objeto da atenção prioritária dos historiadores, ao invés da análise dos regimes políticos. Enfim, o fundamental era o estudo das estruturas: o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por trás; tudo o que é manifesto é ao mesmo tempo mais superficial.

A história política era a antítese dessa concepção, pois estava voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita *événementielle*. Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica. Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras.

A história política reunia portanto um número infindável de defeitos - era elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante - que uma nova geração de historiadores desejava liquidar. Era chegada a hora de passar de uma "história dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades". Segundo René Remond, em seu livro *Pour une histoire politique*, não se tratava apenas de criticar uma dada maneira, equivocada, de se fazer história política. O que estava em questão era um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social - "a política era uma pequena coisa na superfície do real"⁷.

Contudo, lentamente, este quadro começou a ser alterado, e a dimensão política dos fatos sociais passou a ganhar novos espaços, o que, nas palavras de Remond, representou um "renascimento da história política".

A idéia de que o político tinha consistência própria e dispunha de uma certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade.

Dentro desse quadro de renovação, nossa proposta é trabalhar com o político como um campo que tem existência própria, e não é numa simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas. Adotando a perspectiva de Pierre Rosanvallon⁸, pretendemos trabalhar o político não como uma instância ou domínio entre outros da realidade, mas como o *locus* privilegiado onde se articula o social e sua representação. Essa perspectiva não pretende descartar a importância do econômico, mas exatamente buscar uma articulação entre os diferentes aspectos do todo social.

A partir da definição dessas propostas gerais, construímos quatro hipóteses sobre a trajetória das elites fluminenses:

1. A fragmentação das elites políticas fluminenses funcionou como um obstáculo à tentativa de construção de um eixo alternativo de poder à dominação Minas-São Paulo que possibilitasse um melhor posicionamento do estado do Rio no contexto do federalismo brasileiro.

2. A ausência de uma efetiva integração entre os setores produtivos e a elite política em torno de programas de reforma para a agricultura criou entraves para a obtenção de um consenso na política fluminense.

3. A proximidade entre o estado do Rio e a capital do país fez com que os políticos fluminenses fossem em boa parte absorvidos pela política nacional e tendessem a formular suas propostas com preocupações mais amplas em detrimento da defesa dos interesses regionais.

4. As dificuldades de organização partidária do estado, provocadas pelo personalismo, constituíram outro fator importante da fragmentação política do estado do Rio.

Para discutir e testar essas hipóteses, organizamos o trabalho em seis capítulos. No primeiro, "As elites políticas fluminenses: projeto e trajetória", apresento a atuação da elite política fluminense e a de seus principais atores, de maneira a apreender seus problemas, surgidos a partir da implantação da ordem republicana. A idéia básica é recuperar as várias tentativas feitas pela elite política fluminense na busca de um consenso político que lhe possibilitasse resgatar, no novo regime republicano, seu antigo *status* econômico e político.

O segundo capítulo, "A economia fluminense na Primeira República", apresenta um quadro geral da evolução da agricultura fluminense, de modo a fornecer uma base para o entendimento da atuação das elites políticas do estado. O terceiro capítulo, "Projetos de reforma", parte da idéia de que na década de 1880 a agricultura fluminense passou a viver crescentes dificuldades que se prolongaram ao longo de vários anos. Para enfrentar tais problemas, setores da elite política formularam projetos de reforma que foram implementados fundamentalmente entre 1898 e 1906, e tinham como pontos principais a diversificação da agricultura e a mudança da base tributária do estado através da criação do imposto territorial rural e da gradativa eliminação do imposto de exportação. A responsabilidade pela elaboração dessas propostas coube a um reduzido grupo de indivíduos por nós definidos como "núcleo reformista". Esse núcleo encontrou fortes resistências por parte dos demais segmentos da elite política em particular e da classe dos proprietários de terra em geral, que dificultaram a implementação das medidas propostas.

O quarto capítulo, "A força da tradição", pretende recuperar as formas e os mecanismos de resistência ao programa de diversificação agrícola como uma alternativa definitiva e à introdução do imposto territorial rural. A preocupação central do capítulo é explicar as causas dessas resistências.

O quinto capítulo, "A nacionalização da política fluminense", se dedica a discutir a tendência à nacionalização como um fator explicativo para a fragmentação da elite política do estado do Rio. A proximidade do Distrito Federal e as ingerências do governo federal foram elementos constantes e significativos na política fluminense. Nossa proposta é analisar essa relação enfocando-a como uma via de mão dupla, ou seja, examinando quais vantagens e desvantagens que a nacionalização trazia para a elite fluminense.

O sexto e último capítulo, "Fragmentação política e questão partidária", pretende mapear a trajetória dos partidos fluminenses visando a explicar as dificuldades de institucionalização da vida partidária e as conseqüências desse fato para a instabilidade política. A questão central é demonstrar as dificuldades da elite política fluminense em precisar as atribuições do governo e do partido oficial, fato que impossibilitou a criação de instâncias partidárias capazes de absorver conflitos.

Notas

1. Ver FAUSTO, Boris. Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica. *Novos Estudos CEBRAP*, n.27, p.126, 127, jul.1990.

2. FRITSCH, Winston. Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica da Primeira República. *Estudos Históricos*, São Paulo, v.15, n.2. MARTINS FILHO, Amílcar. Clientelismo e representação política em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. *Dados*, Rio de Janeiro, n.27, 1984 e *The white collar republic: patronage and interest representation in Minas Gerais, 1889-1930*. MENDONÇA, Sônia Regina. *Ruralismo, agricultura, poder e Estado na Primeira República*. ENDERS, Armelle. *Pouvoir et fédéralisme au Brésil: (1889-1930)*.

3. Dos numerosos artigos publicados em 1990 e 1991, merecem destaque: "O pesadelo carioca". *Veja*, 18 jul. 1990; a série de artigos publicados no Caderno Cidade do *Jornal do Brasil* nos meses de agosto-setembro de 1990 sob o título "O Rio vai às urnas"; o artigo de Leonel Brizola, "As causas do esvaziamento". *Jornal do Brasil*, 20 jan. 1991. Pode ser citado também o seminário "O Rio de todas as crises", promovido pelo IUPERJ em agosto de 1990, cujas palestras foram publicadas na Série Estudos, IUPERJ, n.80, dez. 1990 e n.81, jan. 1991.

4. LESSA, Carlos. *Jornal do Brasil*, 18 ago. 1991. Caderno Cidade. DAIN, Sulamis. Crise econômica. Série Estudos, n.80, p.1-9.

5. CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. discurso e prática do regionalismo nordestino.

6. LE GOFF, Jacques. Idades míticas. *Enciclopédia Einaudi*. p. 311. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. p.97.

7. REMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*.

8. ROSANVALLON, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique. *Revue de Synthèse IV*, n.1/2, p.93-104, jan./juin. 1986.

1

A elite política fluminense: projeto e trajetória

A ação da elite política fluminense¹ ao longo da Primeira República desdobrou-se em duas direções: na tentativa de administração dos conflitos internos e na busca de alianças com outros grupos oligárquicos regionais, de modo a garantir a autonomia estadual e fazer valer o federalismo recém-implantado frente às incursões intervencionistas do governo central, afinado com os interesses do eixo Minas-São Paulo.

Embora se tenha fragmentado em função de disputas sucessivas, a elite fluminense tinha inicialmente um projeto comum: recuperar na República um passado de grandeza vivido no Império.

O café do Vale do Paraíba era uma das colunas mestras da economia do Império; as outras esteavam-se nos canaviais de Campos, da Bahia e de Pernambuco. A riqueza das três províncias não era só o dinheiro com que elas abasteciam o Tesouro Imperial, mas também as elites formadas na sua opulência para as artes, a ciência, a política, e que deram nas últimas décadas do Brasil monárquico o maior contingente para o verniz da civilização com que elas brilham na história nacional.

Esta citação de Raul Fernandes, destacado político republicano, mostra com clareza o tipo de imagem que a elite política fluminense tinha de seu passado. Prosseguindo na leitura do mesmo documento, encontramos, a propósito da instauração da República, a seguinte afirmação: "A Velha Província cedeu a outras o predomínio na política do país"². Completa-se portanto a representação: em oposição a um tempo de glórias vivido durante a monarquia, apresentava-se um tempo de declínio trazido pelo novo regime republicano.

Paulino Soares de Souza Neto, ex-monarquista pertencente a uma facção oposta à de Raul Fernandes, partilhava o mesmo tipo de visão:

Estávamos aqui no estado acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das cousas que não

voltam, a idade de ouro de nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado. O império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais(...) que deveria ser recuperado ³.

Essa construção do imaginário político da elite fluminense nos remete a Raoul Girardet, que se estendeu longamente sobre a categoria da "Idade de Ouro"⁴. Para este autor, a construção da imagem de um passado excepcionalmente feliz ou catastrófico é fundamental para dominar o tempo e a História e satisfazer as aspirações e inquietações das sociedades acerca dos acontecimentos. As visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido um passado marcam profundamente a trajetória dos grupos sociais, e por isso mesmo a presença dessas imagens e representações não deve ser negligenciada. Na nebulosa complexa, movediça, que é a do imaginário político, não há constelação mais constante e presente do que a da Idade de Ouro, que num nível mais elementar pode ser definida como "os bons velhos tempos" ou as "belas épocas". Convém observar contudo que essa época privilegiada que é a dos fundadores, a da juventude das instituições e dos regimes, permanece datada, localizada na história, associada a acontecimentos relativamente precisos e identificáveis. Por isso mesmo, a visão da Idade de Ouro não é mítica e não se confunde com um tempo não-datado ou não-histórico ⁵.

Com algumas nuances, toda evocação de uma época privilegiada pela memória repousa sobre uma oposição fundamental: outrora e hoje, um certo passado e um certo presente. Em oposição ao "tempo de antes", um tempo de grandeza e nobreza, ergue-se um presente descrito como um momento de tristeza e decadência, marcado pela degradação e pela desordem, das quais é preciso escapar ⁶.

É esta exatamente a representação produzida pelos fluminenses para resgatar seu passado e traçar as linhas de seu presente e futuro. Como deixam claro as citações apresentadas, as elites do estado do Rio se viam como possuidoras de um passado de grandeza, de opulência, de uma Idade de Ouro da qual haviam sido despojadas pela crise do trabalho escravo e pela mudança do regime político. Era com base nesse diagnóstico de "perdas" que repensavam os caminhos a trilhar e delineavam seus novos projetos. Foi dentro deste quadro e com este tipo de percepção que passaram a atuar, procurando superar os desafios que se apresentavam com a nova ordem republicana.

Desenhar uma estratégia para promover a recuperação econômica e política do estado do Rio significava estabelecer uma agenda

de prioridades a perseguir. Um primeiro ponto fundamental para as elites fluminenses seria organizar uma força política estável e coesa, capaz de arcar com os desafios de uma reconstrução econômica interna e de defender os interesses fluminenses no contexto federal. Incapaz de lidar com o conflito, a Primeira República levava suas elites políticas regionais a buscar o consenso interno através dos partidos únicos estaduais, única forma de obter estabilidade interna e sucesso na ampliação de seu espaço na federação.

1. À procura do consenso

José Tomás da Porciúncula, líder dos republicanos históricos, já em 1892 expressava sua preocupação com a "regeneração do Estado" e a "fiel observância do sistema federativo, falseado no estado do Rio de Janeiro". Defendendo a necessidade de coesão interna para alcançar esses objetivos, afirmava:

Posso assegurar-vos que jamais deixarei de esforçar-me para que o Estado se convença de que esta política de conciliação é a que mais convém aos altos destinos do Estado. ⁷

O primeiro grande obstáculo que se colocou à coesão das elites fluminenses foi exatamente a fragilidade da penetração das idéias republicanas no Rio de Janeiro e a ausência de um grupo político republicano capaz de defendê-las e enraizá-las. Na verdade, o primeiro governo republicano fluminense, chefiado por Francisco Portela, nada mais fez do que subordinar-se ao governo federal e solapar as frágeis bases dos republicanos históricos. O interesse de Portela em criar uma base de poder própria, respaldada pelo poder federal e independente das demais forças políticas estaduais, provocou uma aproximação dos republicanos históricos com os antigos monarquistas, liderados pelo conservador Conselheiro Paulino Soares de Souza. Essa aliança, que tinha todo interesse em lutar pela vigência do federalismo - vale dizer, pelo respeito à autonomia estadual - visava, na prática, à conquista do poder ⁸.

A queda de Deodoro, e conseqüentemente de seus representantes nos diversos estados, afastou Portela e possibilitou a ascensão desse grupo, em princípio heterogêneo, que a partir de abril de 1892 se reuniu no Partido Republicano Fluminense, o PRF. Instalados no poder, os antigos monarquistas, liderados pelo Conselheiro Paulino, e os republicanos históricos, chefiados por

Porciúncula, procuraram consolidar a unidade construída durante as campanhas oposicionistas. Tratava-se, inicialmente, de estabelecer regras de relacionamento de maneira que as inevitáveis divergências de interesse não ameaçassem a ordem política. Era fundamental que a disputa intra-oligárquica permanecesse subordinada ao interesse de manter estável a coalizão, condição necessária ao usufruto da autonomia estadual⁹.

Se o período que se seguiu foi marcado por um padrão de relativa estabilidade, garantida por uma sintonia entre a situação fluminense e o governo federal, isso não significou, porém, que os problemas estruturais que ameaçavam a economia do estado tivessem sido enfrentados ou que as dificuldades para se obter a unificação da política fluminense tivessem sido vencidas. O quadro de estabilidade começou a sofrer alterações a partir de 1896, quando a economia fluminense passou a apresentar sinais de uma verdadeira crise.

Paralelamente ao agravamento da situação econômica, começaram a surgir os primeiros sintomas de erosão da aliança política que controlava o governo. Os principais focos de conflito resultaram de disputas regionais, especialmente das reivindicações de lideranças campistas mais expressivas, como o Barão de Miracema, que desejavam um espaço político mais amplo na estrutura de dominação do estado. A resistência a essa demanda por parte da cúpula do PRF, constituída por Porciúncula, Conselheiro Paulino e Alberto Torres, provocou um acirramento das divergências. Mas o equilíbrio mantido pelo governo fluminense só foi realmente ameaçado quando os grupos dissidentes passaram a se articular entre si ou com facções atuantes na política nacional - ou seja, quando o grupo campista se aliou a elementos dissidentes de Niterói, a Portela, e aos opositores do presidente da República, Prudente de Moraes¹⁰.

O quadro de instabilidade que começou então a ser desenhado agravou-se seriamente em 1898, quando o recém-eleito presidente do estado, Alberto Torres, decidiu afrontar as principais lideranças fluminenses, Porciúncula e Conselheiro Paulino, negando-se a intervir no conflito do município de Campos, em que se confrontavam aliados destes e partidários do Barão de Miracema, principal liderança local. Embora esses desentendimentos sejam atribuídos a disputas de ordem pessoal e as divergências em torno de questões econômicas não sejam claras e visíveis à primeira vista, deve-se buscar suas raízes mais profundas.

A questão central a ser pensada é que as divergências de caráter pessoal-clientelístico que marcaram a crise política de 1898 não excluem por

si só os fatores de natureza econômica. Se é verdade que no primeiro ano do governo de Alberto Torres, antes que fosse consumada a cisão política, seu programa de recuperação econômica foi aprovado pela totalidade das forças políticas estaduais representadas na Assembléia Legislativa, não devem ser esquecidas as resistências enfrentadas. As medidas inovadoras propostas, como a difusão da pequena propriedade, o aproveitamento do trabalhador nacional, a diversificação agrícola e a transformação da base tributária do estado, com a criação do imposto territorial e a redução do imposto de exportação, provocaram forte reação por parte dos proprietários rurais. É possível supor que a facção paulinista do PRF, mais ligada aos grandes proprietários, embora consciente da necessidade das medidas que ajudou a aprovar, temesse seus efeitos.

Por outro lado, do ponto de vista político-ideológico, enquanto a cúpula do partido era marcada por um maior compromisso com o passado imperial, traduzido na continuidade da liderança do Conselheiro Paulino, atuante desde a década de 1870, o grupo de Alberto Torres abrigava políticos mais jovens, influenciados pelas lutas abolicionistas e republicanas¹¹.

As declarações do deputado estadual André Werneck, ainda que uma voz isolada, podem ser pensadas como um indicativo nessa direção. Ao explicar os motivos de suas divergências com Alberto Torres, o deputado declarou que estas não estavam ligadas aos conflitos municipais de Campos, mas à competência do presidente do estado para solucionar a crise da cafeicultura fluminense. A seu ver, Alberto Torres,

desconhecendo em absoluto a situação econômica do estado que finge administrar, não tendo bebido nas tradições a grandeza do seu passado, não o havendo percorrido, e bem assim jamais tendo viajado e penetrado nos outros estados cafeeiros da União, não pode avaliar das verdadeiras causas que fazem as finanças do nosso estado cair em profunda decadência e, de envolta com esse descalabro, a fortuna particular; também não pode ajuizar dos verdadeiros motivos que agem para fazer a decadência dos outrora prósperos municípios e a tendência constante e progressiva da emigração dos seus habitantes.(...) Há bem poucos anos era o estado do Rio de Janeiro o primeiro da União, representava nas finanças internacionais a riqueza do Brasil; hoje, à proporção que outros estados da República aumentam

as suas rendas, crescem de população recebendo em massa imigrantes espontâneos, o nosso estado, ao inverso desse espetáculo animador, apresenta o mais triste cenário: territórios enormes abandonados em virtude do esgotamento de suas terras, cidades em ruínas, população emigrando, movida pelas dificuldades naturais e pelas que foram criadas pelo atual governo; daí, como conseqüência, o decréscimo assustador da renda pública.

Em vista disso, explica que

não podia, por conseqüência, eu fluminense, acompanhar a um homem que apresentava, como solução ao já contristador espetáculo da aflição dos habitantes do estado, novos ônus lançados pelo fisco sobre os produtos cuja exportação é o sinal entristecedor de uma população cheia de necessidades, de privações e de abatimento.¹²

As declarações de André Wernicke são claras quanto às suas divergências com a política econômica do governo. Mas esta constatação não nos parece suficiente para que possamos atribuir a crise política a divergências programáticas entre dois grupos. Qual é nosso ponto então? É exatamente articular esses dois tipos de argumento. De um lado, a crise tinha um componente de curto prazo marcado por disputas personalistas pelo poder, mas, de outro, devem igualmente ser recuperadas as divergências e dificuldades de fundo, que se não foram o estopim imediato da cisão, forneceram munição para que conflitos e divergências antigas e substantivas se acirrassem, fazendo explodir a crise.

O conflito entre o grupo do Conselheiro Paulino e Porciúncula e o grupo dominante campista sem dúvida abriu um espaço que permitiu a Alberto Torres atuar com maior margem de autonomia. Em lugar de alijar as forças do norte fluminense até então marginalizadas pelas lideranças situacionistas, Alberto Torres preferiu aliar-se a elas, pretendendo com isso ver implementado seu programa de governo. Rompeu assim com o Conselheiro Paulino e com Porciúncula, que passaram à oposição, e fundou o Partido Republicano do Rio de Janeiro, o novo partido da situação. No entanto, a divisão política do estado apenas aumentou a instabilidade e impediu que as medidas econômico-financeiras preconizadas fossem aplicadas e produzissem resultados concretos¹³.

Foi nesse quadro problemático, tanto do ponto de vista econômico quanto do político, que começou a despontar a liderança de Nilo Peçanha, jovem deputado federal campista ligado ao Barão de Miracema, com forte militância no movimento jacobino do Rio de Janeiro na primeira década republicana. Aproveitando-se da fragmentação das forças políticas do estado e de suas boas relações com o presidente da República Campos Sales, que então implantava no país a chamada "política dos governadores"¹⁴, Nilo Peçanha iria reunir condições para iniciar uma escalada em direção ao poder, num processo que se desenrolou em diversas etapas e deu origem à formação de um novo e poderoso grupo na política fluminense.

Em um primeiro momento, Nilo Peçanha associou-se ao então presidente do estado Alberto Torres e a seus seguidores, em especial um expressivo grupo de políticos de Petrópolis liderados por Hermogêneo Silva, e a antigos elementos opositores de Niterói ligados ao ex-governador Francisco Portela. Contando com essa heterogênea base de apoio, as forças do norte fluminense lideradas por Nilo ganharam cada vez mais espaço na política estadual. As eleições realizadas ao longo do ano de 1900, primeiro teste do funcionamento da política dos governadores, foram fundamentais para concretizar a derrota da facção de Porciúncula e do Conselheiro Paulino e, o que é mais importante, para garantir o controle do PRRJ pelo grupo nilista, em detrimento da facção ligada a Alberto Torres, que tinha como candidato natural ao governo do estado o político de Petrópolis Hermogêneo Silva¹⁵.

Tendo formado seu próprio grupo e aumentado sua força durante os governos de Alberto Torres e Quintino Bocaiúva, em 1903 Nilo assumiu diretamente o poder e dedicou-se à montagem de uma máquina política que lhe garantisse um longo período de dominação. O alargamento das bases nilistas implicava, de um lado, a unificação da política fluminense sob sua liderança e, de outro, o desenvolvimento de programas de recuperação econômico-financeira para o estado. Essas preocupações fizeram com que Nilo deixasse cada vez mais de ser uma liderança representativa do norte campista açucareiro e ampliasse o escopo de sua sustentação política, incorporando elementos ligados a diferentes atividades econômicas e oriundos de diferentes regiões, em especial do Vale do Paraíba.

Mais uma vez as elites campistas viam frustrar-se suas pretensões de controlar a política do estado. É verdade que a ascensão de Nilo Peçanha ampliou seu espaço na política estadual, mas isto estava longe de expressar uma predominância campista nas alianças que sustentavam o grupo nilista.

Ao contrário, as diretrizes e decisões da política econômica voltavam-se essencialmente para a cafeicultura, não merecendo o açúcar maior destaque¹⁶.

Estas dificuldades da elite campista podem ser pensadas não só como consequência da posição secundária que o açúcar ocupava na pauta das exportações fluminenses, mas também como resultado das transformações ocorridas no seio da elite agrária açucareira campista no final do século XIX. Com a crise do trabalho escravo e as dificuldades de modernização do setor açucareiro, ocorreu uma renovação da elite local. Os antigos senhores de engenho perderam posições para elementos até então estranhos à atividade, que passaram a controlar o setor com a fundação de grandes usinas. Esses novos usineiros - dos quais Luís Guaraná é o melhor exemplo -, recém-ingressados na vida política do estado, não tinham uma articulação mais estreita com a tradicional elite fluminense. Assim, os políticos de Campos que tinham uma participação política mais ativa frente a outros grupos dominantes no estado eram oriundos dos setores econômicos menos poderosos, os plantadores de cana, proprietários rurais que não tinham conseguido se engajar num processo de renovação para tornar-se usineiros. As famílias dos chefes políticos Cesar Tinoco e Ramiro Braga exemplificam essa situação¹⁷.

A não predominância de um setor específico como base de apoio sem dúvida daria a Nilo Peçanha uma maior autonomia na tomada de decisões. Respalda numa reforma constitucional realizada em 1903, que fortalecia o Poder Executivo estadual¹⁸, Nilo iniciou seu governo buscando adesões através da cooptação ou, quando necessário, da coerção.

Apresentou igualmente um plano para enfrentar os problemas mais agudos da economia fluminense, que, apesar de bem-estruturado, não tinha maior originalidade: em linhas gerais, reeditava as propostas de Alberto Torres, apenas procurando amenizar as medidas mais polêmicas de modo a facilitar sua aceitação pela classe dos proprietários rurais. A administração nilista seria marcada por um severo programa de saneamento das finanças públicas que visava a reduzir os gastos do estado e a ampliar a receita através de modificações no sistema tributário, e ainda pela implementação de um conjunto de medidas destinadas a incentivar a produção. Mesmo sem abandonar a cafeicultura e a lavoura açucareira, Nilo via na diversificação da agricultura a principal saída para a crise da economia fluminense. Tal convicção vinha reforçar a visão agrarista, então em voga, que exaltava a agricultura como a atividade básica da nação, apontando como evidência lógica dessa afirmação a dependência das cidades em relação ao campo. Com isso foi também descartada qualquer intenção oficial de criar incentivos para atividades industriais.

2. Elite regional, elite nacional: uma voz dissonante no coro das oligarquias

Os esforços realizados por Nilo Peçanha no interior do estado foram acompanhados de articulações destinadas a ampliar seu prestígio na política federal. O objetivo desse projeto nacional era alcançar uma maior margem de manobra para os grupos dominantes fluminenses, com vistas a alterar o *status* político do estado do Rio no contexto da federação.

Assim como Pernambuco e Bahia, o estado do Rio havia ocupado uma posição-chave na sustentação do Estado imperial, mas, com a proclamação da República e o agravamento da crise econômica, fora relegado a um papel secundário. No federalismo implantado com a Constituição de 1891, os três estados ocupavam, portanto, posições equivalentes, tendo sua autonomia no campo político grandemente limitada e seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes, Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada, ressentia-se igualmente da dominação mineiro-paulista, tendo inúmeras vezes seus interesses prejudicados¹⁹.

A insatisfação dos estados de segunda grandeza diante de tal desequilíbrio criou condições para o surgimento de iniciativas de resistência à dominação oficial. A meta das facções dominantes desses estados era uma maior participação no sistema federalista, o que implicava uma melhor repartição do poder entre os diferentes grupos regionais.

Amilcar Martins, em seus trabalhos sobre as elites políticas mineiras na Primeira República, lança a hipótese da formação de um eixo alternativo de poder aglutinando interesses de grupos oligárquicos secundários. Sônia Regina Mendonça reforça esse tipo de perspectiva ao analisar o ruralismo brasileiro na Primeira República como um movimento político de organização das frações agrárias não hegemônicas. A autora demonstra como a Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897 com o objetivo de discutir a modernização da agricultura do país, funcionou como um locus privilegiado para canalizar as demandas de segmentos rurais não contemplados pela ação pública e exerceu o papel de grupo de pressão junto ao governo federal. Sem contar com proprietários paulistas em seus quadros, a SNA seria controlada por porta-vozes da agricultura fluminense, gaúcha e nordestina²⁰.

O período de dominação nilista no estado do Rio, que se iniciou em 1903, pode também ser interpretado como uma luta pela criação de um eixo alternativo de poder. Se em diversas oportunidades Nilo Peçanha firmou

acordos, articulou-se e mesmo submeteu-se às oligarquias mineiras e paulistas, isto não impediu que sua posição e a de seu grupo divergissem das orientações traçadas pelos dois grandes estados, Minas e São Paulo, evidenciando tentativas de aproximação com Bahia e Pernambuco, e em alguns momentos com o Rio Grande do Sul, na busca de apoio para seu projeto político nacional.

O acompanhamento da atuação do grupo de Nilo Peçanha ao longo de seu período de dominação demonstra a convivência permanente com a ameaça de instabilidade e fragmentação. A despeito da construção de uma máquina política que lhe garantiu quase vinte anos de permanência no poder, a tão almejada unificação da política fluminense nunca chegou a ser alcançada em termos duradouros e estáveis. Na verdade, os curtos momentos de estabilidade coincidiram com períodos de consonância entre o governo fluminense e o governo federal, o que comprova a força e a eficácia da política dos governadores e os riscos que corriam ao desafiá-la os estados de segunda grandeza. A postura rebelde de Nilo Peçanha diante de determinadas orientações da política dominante acarretaria constantes interferências do governo federal nas questões internas fluminenses, visando sempre a estimular dissidências e fortalecer grupos de oposição, ou seja, a erodir as bases nilistas.

Já por ocasião da crise do governo Prudente, quando ocorreu o racha do Partido Republicano Federal (PRF), ficaram evidenciadas articulações de elementos oligárquicos regionais, como Pinheiro Machado, Nilo Peçanha, Quintino Bocaiúva e militares jacobinos do Distrito Federal sob a liderança de Francisco Glicério. Podia-se perceber uma aproximação de interesses entre castelistas, jacobinos e elementos dissidentes da política fluminense em oposição à consolidação da aliança Minas-São Paulo, liderada por Prudente de Moraes. O fortalecimento do presidente paulista após uma fracassada tentativa de assassinato, e posteriormente a afirmação da candidatura de Campos Sales, levaram contudo à dissolução dessa composição política que representava os primeiros passos na montagem de um projeto alternativo de República²¹.

A vitória de Campos Sales significou o fim da crise de instabilidade que marcou a primeira década do novo regime, e a política dos governadores então inaugurada pode ser interpretada como um evento matriz que garantiu a implantação de um novo pacto político. Esse pacto imprimiu um tipo de cultura política²² pautada no confinamento dos conflitos políticos no nível estadual, na eliminação dos partidos nacionais, e na eternização das situações no poder, inviabilizando as iniciativas oposicionistas de atingir o poder.

A alternativa para as forças até então dissidentes era a retirada do cenário político, tal como aconteceu com os jacobinos, ou a incorporação à nova ordem, como fizeram Pinheiro Machado, Nilo Peçanha e Quintino Bocaiúva. Nilo Peçanha passou de opositor a articulador de Campos Sales, visando à aprovação das medidas necessárias ao funcionamento da política dos governadores. O resultado dessa nova aliança foi a possibilidade do controle do estado do Rio, como já foi dito, mas ao preço da obediência à regra básica da política dos governadores: as situações estaduais deviam funcionar sempre em consonância com o governo federal e em troca teriam a garantia da não interferência federal em seus assuntos internos.

Essa postura adesista de Nilo Peçanha ao oficialismo federal teve, entretanto, vida curta. Já durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), Nilo, como presidente do estado do Rio de Janeiro, entrou em rota de colisão com o Executivo federal na defesa de alguns pontos relevantes para os interesses fluminenses, como a exploração de areias monásticas encontradas no estado do Rio e a criação do imposto de importação sobre produtos similares aos produzidos no estado.

O aprofundamento dessa postura dissidente ganharia impulso com o surgimento de novas possibilidades de articulação com setores oligárquicos divergentes da política oficial, materializadas a partir da sucessão de Rodrigues Alves. O lançamento da candidatura do paulista Bernardino de Campos, patrocinada pelo presidente da República, foi a pedra de toque que novamente reunia os antigos aliados do Partido Republicano Federal, Pinheiro Machado, Glicério, Quintino Bocaiúva e Nilo Peçanha, contra o candidato oficial. O passo seguinte foi o apoio ao mineiro Afonso Pena e a indicação do nome de Nilo para a Vice-Presidência. Com a vitória da chapa Pena-Peçanha, a estratégia adotada e a organização do chamado O Bloco, coligação política que visava a sedimentar a aliança daqueles que tinham rejeitado o esquema inicial paulista e sustentado a candidatura Pena, e agora pretendiam tutelar seu governo²³.

Esse foi mais um episódio do longo processo de tentativa de articulação dos estados secundários no sentido de fazer frente à hegemonia de Minas e São Paulo. Essas iniciativas, no entanto, eram sempre onerosas, e abriam a possibilidade de intervenções do governo federal nos assuntos internos dos estados. A eleição de Nilo Peçanha para a Vice-Presidência da República na chapa de Afonso Pena em 1906 e seu engajamento no Bloco, conquanto tenha representado um passo importante em sua trajetória política

nacional, inaugurou no estado do Rio um período de aguda instabilidade que se prolongaria até 1915.

Com o afastamento de Nilo do governo do estado, a neutralização das oposições ao nilismo e das resistências ao seu programa de reformas foi imediatamente comprometida. O movimento anti-reformista que então se delineou procurou atingir aqueles que tinham sido os pontas-de-lança dos projetos mais polêmicos da gestão nilista, Oliveira Botelho e Leão Teixeira. O primeiro, vice-presidente do estado e sucessor natural de Nilo, teve seu nome vetado para completar o mandato²⁴. O beneficiário dessas resistências foi Alfredo Backer, que acabou sendo eleito presidente do estado do Rio, num pleito não planejado inicialmente, como candidato de conciliação.

Se as divergências surgidas em 1906, logo após a renúncia de Nilo, e que resultaram na marginalização de Botelho e Leão Teixeira, foram num primeiro momento aparentemente contornadas, um pouco mais tarde, com Backer já empossado no governo, a cisão se consumou. Aglutinando o antigo núcleo oposicionista dos herdeiros do Conselheiro Paulino²⁵ (que reunia Miguel de Carvalho, Belizário Soares de Souza, Paulino José Soares de Souza Jr., Luiz Paulino Soares de Souza e Júlio Veríssimo dos Santos), setores da elite política que, embora integrados à situação, mostravam-se insatisfeitos com o programa de reformas de Nilo Peçanha, e até mesmo estreitos colaboradores do nilismo como Henrique Borges e Teixeira Brandão, Backer abriu espaço para que insatisfações latentes ou antigos ressentimentos viessem à tona e provocassem uma cisão mais profunda²⁶ em torno da questão da cobrança da sobretaxa do café, que de fato estava longe de ser a raiz do problema, sendo apenas a forma como ele se manifestou.

No decorrer de sua administração, Backer viria confirmar as divergências entre o novo grupo que se constituía e os nilistas em torno da política administrativa e de obras públicas, bem como em relação ao tratamento do funcionalismo público. O próprio programa econômico sofreu alterações, tendo sido proposta uma alternativa de diversificação agrícola que não visava à policultura, mas ao desenvolvimento de um outro gênero que pudesse substituir o café e fosse voltado para a exportação²⁷.

Essas divergências internas seriam ainda mais agravadas pela posição do presidente da República, Afonso Pena, que, visando a neutralizar a ação de Nilo em nível nacional, lançou mão de todos os recursos para ver concretizada a cisão Nilo-Backer, provocando assim a perda parcial do controle da política fluminense pelos nilistas²⁸.

A reversão desta situação e a retomada do controle político do estado do Rio pelos nilistas deveu-se à morte de Afonso Pena e à ascensão de Nilo Peçanha, então vice-presidente, à chefia do país. Neste novo contexto, o grupo nilista passou a dispor de todos os instrumentos para neutralizar seus opositores e estabilizar a política fluminense a seu favor. A ascensão de Nilo à Presidência da República daria também novo alento às forças oligárquicas que preconizaram a consolidação de um eixo alternativo de poder ao domínio de Minas e São Paulo. Foi nessa curta conjuntura que finalmente se concretizou a criação do Ministério da Agricultura, proposta elaborada e longamente defendida pela Sociedade Nacional da Agricultura. Essa iniciativa certamente pode ser vista como a vitória, pelo menos parcial, dos interesses gaúchos, fluminenses e nordestinos²⁹.

Do ponto de vista eleitoral, a presidência nilista abriu novos espaços para o fortalecimento d'O Bloco e das oligarquias regionais, decididas a criar obstáculos à dominação dos dois grandes estados. Foi nesse sentido que Nilo Peçanha propiciou a transformação da candidatura de Hermes da Fonseca de oposicionista em situacionista, garantindo finalmente sua vitória contra Rui Barbosa.

Com o governo Hermes da Fonseca, parecia que finalmente uma nova configuração política se consolidaria, reunindo os antigos aliados do Partido Republicano Federal. Essa continuidade parecia se manifestar não só nas lideranças engajadas - Pinheiro Machado, Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva e Nilo Peçanha, além de segmentos militares envolvidos no passado com o jacobinismo -, mas na própria criação de um novo partido, o Partido Republicano Conservador (PRC), liderado por Pinheiro Machado, que guardava traços bastante semelhantes aos de seu congênere dos anos 90³⁰.

No entanto, as possibilidades de consolidação dessa articulação logo se mostraram precárias pelas próprias dissidências internas das forças que apoiavam Hermes. Logo de início ocorreu a ruptura Nilo Peçanha-Pinheiro Machado, e a seguir a própria política salvacionista, ao desalojar as oligarquias dominantes dos pequenos estados, criou profundos atritos.

A ruptura Nilo Peçanha-Pinheiro Machado traria sérias conseqüências para a política fluminense. Em 1913 novamente conflitos internos se manifestavam e a fragmentação batia às portas da elite fluminense. As posições de Nilo Peçanha na política nacional, oferecendo resistências à administração Hermes da Fonseca e posteriormente tentando articular sua candidatura à Presidência da República com o apoio de Dantas Barreto, de

Pernambuco, destoavam das regras básicas da política dos governadores, segundo as quais as situações estaduais deveriam atuar em consonância com as diretrizes da política federal. Com isso abria-se espaço para que o presidente Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado passassem a interferir nos negócios políticos fluminenses, visando a minar as bases nilistas no estado. O resultado dessas iniciativas federais foi provocar uma nova cisão política, colocando em campos opostos Oliveira Botelho, presidente do estado, e Nilo Peçanha. Frustravam-se assim novamente as intenções de consolidação de um consenso da elite fluminense sob a liderança de Nilo, com a reativação dos grupos oposicionistas formados pelos herdeiros do Conselheiro Paulino liderados por Miguel de Carvalho, elementos recém-ingressados na política do estado, como Feliciano Sodré, e dissidentes nilistas³¹.

Ainda assim, mais uma vez Nilo conseguiu se recuperar, elegendo-se pela segunda vez presidente do estado em 1914 e mantendo o controle sobre a política fluminense nos anos seguintes. Essa fase de maior estabilidade deveu-se a uma maior aproximação da situação fluminense com o governo federal. O afastamento de Nilo Peçanha do governo do estado do Rio em 1916, para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores do governo Wenceslau Braz, esteve longe de provocar os tumultos que ocorreram no seu primeiro afastamento da chefia do Executivo fluminense em 1906³².

A diferença fundamental entre as duas conjunturas é que, em 1906, a participação de Nilo Peçanha na política nacional ocorria como resultado das investidas iniciais dos estados de segunda grandeza, sob a liderança do representante do Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado, para constituir um eixo alternativo de poder que se antepusesse à dominação do eixo Minas-São Paulo. Isto significa dizer que tal comportamento se caracterizava por um padrão desestabilizador da ordem oligárquica estabelecida pela política dos governadores, que implicava em um federalismo desigual. A consequência dessa postura de rebeldia, no caso fluminense, foi a intervenção federal estimulando os conflitos e as dissensões internas latentes, fruto das resistências de setores da elite ao programa de reformas idealizado por Nilo Peçanha.

Já a participação de Nilo na cena nacional em 1918 inseria-se numa conjuntura política com outras características. Ao invés de conter traços desestabilizadores para o sistema, representava um momento de refluxo das investidas dos estados de segunda grandeza para ampliar seu espaço de atuação. Pinheiro Machado, já antes de sua morte, tinha perdido espaço com a eleição de Wenceslau Braz, e o eixo Minas-São Paulo atuava para incorporar

a voz dissonante do coro das oligarquias regionais - Nilo Peçanha. Evidentemente a postura do governo federal nesse caso era a de fortalecer sua liderança na política fluminense, dando-lhe os instrumentos para sufocar seus opositores. Internamente, a conjuntura de 1916 era também extremamente diversa. O fantasma da crise econômica do começo do século estava afastado, e ainda que o programa do segundo governo de Nilo contivesse as mesmas teses do primeiro, suas iniciativas para implementá-las foram certamente muito mais tímidas, resultando, em consequência, em poucas resistências internas.

Este quadro se alterou profundamente nos últimos dois anos da fase da dominação nilista, quando novas divergências entre o governo federal e o líder fluminense começaram a eclodir em decorrência das pretensões de Nilo Peçanha à Presidência da República e de seu engajamento no movimento oposicionista da Reação Republicana³³ na sucessão presidencial de 1922. Finalmente as inúmeras tentativas de articulação dos grupos oligárquicos de segunda grandeza, com vistas à viabilização de um eixo alternativo de poder, ganharam consistência. A reunião dos estados de Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro em torno da candidatura de Nilo Peçanha para a Presidência da República, em oposição ao nome de Artur Bernardes, apoiado pela aliança Minas-São Paulo, revelava plenamente as tensões regionais inter-oligárquicas e as distorções do federalismo brasileiro, ao levantar como bandeira o combate ao "imperialismo dos grandes estados".

No plano econômico, a Reação Republicana relançava as velhas teses defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelo próprio Nilo Peçanha, enquanto presidente do estado do Rio. Os pontos centrais eram a diversificação da agricultura e a necessidade de auto-suficiência na produção de alimentos. No que se refere à agricultura de exportação, embora fosse reconhecida a importância do café, defendia-se a necessidade de amparar as demais culturas, como o açúcar, a borracha, o cacau. As propostas apresentadas visavam a questionar a hegemonia dos programas voltados para a defesa da cafeicultura e preconizavam o apoio governamental para as atividades fundamentais de interesse dos grupos regionais secundários. A candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República foi derrotada, e o preço dessa derrota foi a desarticulação da aliança entre os estados de segunda grandeza que visavam a fazer frente a Minas e São Paulo, e o fim do domínio nilista no estado do Rio³⁴.

A intervenção federal no estado do Rio, decretada por Artur Bernardes, significou o desalojamento do nilismo de todas as posições de que desfrutava

no quadro político estadual e, simultaneamente, a ascensão de um novo grupo, liderado por Feliciano Sodré, que articulava diferentes facções oposicionistas fluminenses, tais como os herdeiros do Conselheiro Paulino, liderados por Miguel de Carvalho, opositores mais jovens como Manoel Duarte, ou ainda ex-nilistas dissidentes como Oliveira Botelho, Teixeira Brandão e Henrique Borges³⁵. Com o alijamento dos nilistas, a nova situação conseguiu diminuir o nível dos conflitos internos. A possibilidade de uma maior estabilidade política estava sem dúvida ligada ao mais estreito alinhamento do estado do Rio com o governo federal. Em pouco tempo, porém, essa associação se revelaria fatal: deposto pela Revolução de 30, Washington Luís arrastaria em sua queda seus aliados fluminenses.

A nova conjuntura aprofundaria a fragmentação política das elites políticas do estado do Rio de tal maneira que mesmo as facções identificadas com a revolução não tiveram condições de impor um elemento fluminense para a direção estadual ao longo dos anos 30. Assim, a interferência de lideranças políticas de outros estados seria uma constante. Lutando com dificuldades econômicas agravadas pela crise de 1929, o estado do Rio deixou a Primeira República sem que as metas básicas traçadas no início da era republicana tivessem sido atingidas. A busca da Idade de Ouro mantinha-se como uma utopia.

Um balanço da trajetória das elites fluminenses permite a constatação de uma característica básica - sua permanente fragmentação, impedindo um melhor desempenho no plano federal de maneira a fazer valer, de fato, um federalismo menos desigual³⁶.

Notas

1. A utilização do conceito de elite deveu-se à necessidade de contar com um instrumento de análise que possibilitasse uma delimitação mais específica dos grupos e subgrupos que atuavam na política fluminense. Assim, por elite política designaremos os grupos que, no período estudado, monopolizavam os mecanismos de poder mantendo vínculos com a classe econômica e socialmente dominante. Ao destacarmos esses grupos, estamos querendo evitar o rígido determinismo dos fatores não políticos, particularmente econômicos, sobre as decisões políticas. Sem pretender negar a base classista da elite política fluminense, queremos chamar a atenção para o fato de ela não esgotar sua ação como a representante dos proprietários de terra, ou como uma simples executora dos interesses desta classe dentro do aparelho de Estado. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. p.19-22.

Contudo, a pertinência do uso do conceito de elite política não resolve os problemas de sua delimitação. Seguindo a orientação proposta por Christophe Charle em *Les élites de la République (1880-1900)*, p.3, não recortaremos as elites fluminenses a partir

de definições apoiadas em citações de grandes autores, mas a partir do nosso próprio objeto de estudo - os indivíduos que ocupavam cargos no Executivo e no Legislativo fluminense. Tomando esse ponto de partida, definimos como elite política fluminense os senadores, deputados federais e estaduais, presidentes de estado, vice-presidentes, secretários de estado e membros das comissões executivas dos principais partidos.

2. FERNANDES, Raul. A redenção. In: *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. v.1, p.46-47.

3. SOUZA NETO, Paulino Soares de. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: LEITE, Manoel Bastos. *O estado do Rio e seus homens*. A despeito das dificuldades que as elites políticas fluminenses enfrentavam, elas acreditavam reunir algumas condições para reverter esse quadro. Uma delas era o tamanho de sua representação na Câmara Federal, ocupando o terceiro lugar, empatada com Pernambuco, com 17 representantes. À sua frente estavam Minas, com 37 deputados, e em segundo lugar São Paulo e Bahia com 22; em quarto lugar estava situado o Rio Grande do Sul, com 16 representantes.

4. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. p.97-98, 101. LE GOFF, Jacques. Idades míticas. *Enciclopédia Einaudi*. p. 311.

5. GIRARDET, Raoul. op. cit., p.98, 105.

6. Idem.

7. Discurso de José Tomás da Porciúncula. *Anais da Assembléia Constituinte do estado do Rio de Janeiro*. 1892. p.33.

8. O Conselheiro Paulino Soares de Souza, filho do líder conservador Visconde do Uruguai, foi a principal liderança política fluminense nas últimas duas décadas da monarquia. Foi chefe do Partido Conservador da província, que sempre controlou a maioria na Assembléia Provincial; a partir desta base, tornou-se o principal sustentáculo do Estado Imperial centralizado. O Conselheiro Paulino era proprietário rural em Cantagalo, e com a Proclamação da República afastou-se formalmente da vida política. No entanto, continuou exercendo grande influência através de Miguel de Carvalho, de seus filhos e sobrinhos Belizário Soares de Souza, Paulino Jr., Paulino Neto e Luis Paulino de Souza. Faleceu em 1901. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. p.169-170. MATOS, Ilmar. *Tempo Saquarema*. LEMOS, Renato. *A implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro*. p.72-78. Ver também *O Fluminense*, 11 abr. 1899 e 28 jul.1899.

9. CARVALHO, Miguel de. *Organização republicana do estado do Rio de Janeiro, 1889-1894*. p.75-83.

10. LEMOS, Renato. A oligarquia no poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.79-89.

11. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.16-18.

12. Manifesto do deputado estadual André Wernick em 2 de maio de 1899, citado por Eduardo Silva em *Barões e escravidão*, p.127-128.

13. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. p.183-190.

14. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. p.99-112.
15. FERREIRA, Marieta de Moraes. op. cit., p.16-17. Ver também carta de Nilo Peçanha a Quintino Bocaiúva em 11 jul. 1902. Arquivo Quintino Bocaiúva.
16. A consulta das mensagens dos presidentes do estado do Rio de 1890 a 1930 nos permitiu perceber o papel secundário que o açúcar ocupou nas políticas públicas e sua participação nas rendas do estado.
17. FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. p.461-484. STANLEY, Miriam. *A usina de Santa Maria*. p.59-60. LAMEGO, Alberto. *Terra Goitacá e O homem e o brejo*. Foram várias as tentativas de Campos para ampliar sua participação na política estadual. Em 1896 o Barão de Miracema tentou ganhar espaço na Comissão Executiva do PRF; em 1903, com a chegada de Nilo Peçanha ao poder, os políticos campistas não conseguiram uma posição dominante na coalizão política; em 1917 João Guimarães, importante chefe político campista, tentou se candidatar ao governo do estado; em 1923, Luis Guaraná tentou ser o candidato ao governo estadual pós-intervenção federal. Em todas essas conjunturas as pretensões campistas foram rechaçadas. Do ponto de vista fiscal, houve um aumento crescente do imposto de exportação sobre o açúcar. Até fins de 1870 o açúcar campista pagava um imposto de exportação *ad valorem* por quilo de 4%, quando foi suspenso em virtude das dificuldades que atravessava o setor. Em 1893, mediante pressão dos cafeicultores, foi restabelecida a taxa sobre a exportação do açúcar, fixada porém em 3%. Em 1901 chegou novamente a ser suspensa a cobrança da taxa, mas a suspensão não foi implementada na prática. Em 1903 o imposto foi diminuído de 3% para 2,5%, mas em 1911 foi elevado em mais 2,5%, sob a alegação de que este aumento seria para custear obras em Campos. Em 1915 esta taxa de 5% foi mantida de forma permanente a despeito das pressões dos setores açucareiros. Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A política econômica de Raul Veiga*. (documento de trabalho, mimeo).
18. Elisa Reis, em "Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil 1890-1930" (In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique, FONT, Maurício (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. p. 199-200), chama a atenção para a expansão do poder público e o fortalecimento do Estado no país. No caso fluminense, a Reforma Constitucional de 1903 foi uma conjuntura onde ocorreu tal situação, que veio a beneficiar a expansão do poder de Nilo Peçanha.
19. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*.
20. MARTINS, Amílcar. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack. *Dados*, n.27, p.175-197, 1984. MENDONÇA, Sônia Regina. O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de idéias. *À Margem*, Niterói, v.1, n.1, p.25-39, jan.1993. Eduardo Kugelmas, em *A difícil hegemonia*, chama a atenção para os problemas de São Paulo como ator central do pacto oligárquico e as resistências de outros setores à sua dominação.
21. ENDERS, Armelle. *Pouvoir et fédéralisme au Brésil (1889-1930)*. p.364.
22. Cultura política é um conjunto complexo de comportamentos coletivos, de sistemas de representação, de valores de uma dada sociedade. A história procura na cultura política uma reserva quase ilimitada de datas-chave e de grandes homens, de textos

- fundadores e de eventos simbólicos, que com o recuo do tempo e a deformação instrumental do passado tornam-se valores normativos. BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle - Revue d' Histoire*, n.35, p.69, juil./sept.1992.
23. PANTOJA, Silvia. *A desestabilização do nilismo (1905-1909)*.
24. Para acompanhar esse episódio, ver a coleção de cartas do ano de 1906 do Arquivo de Leão Teixeira, depositado no Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro.
25. Idem.
26. Idem.
27. SANTOS, Ana Maria. *Agricultural reform and the idea of "decadence" in the state of Rio de Janeiro*. p.291. *Mensagem presidencial de Alfredo Backer de 1907*. p.50,54,55.
28. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carlos Peixoto e o Jardim de Infância. CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. p.228 e seg. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. p.469 e seg. PANTOJA, Sílvia. A desestabilização do nilismo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.158-165.
29. MENDONÇA, Sônia Regina. *Ruralismo, agricultura, poder e estado na Primeira República*. v.2, p.428-463.
30. ENDERS, Armelle. *Pouvoir et fédéralisme au Brésil*. p.390.
31. KORNIS, Mônica. *Os impasses para a consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo*. p.52-64. documento de trabalho.
32. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. p.634, 697-702. FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20. In: _____. *Pequenos ensaios da história da República: 1889-1945*. p.22-28. BRANDI, Paulo. Estabilidade e compromisso. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.207-222. VINHOSA, Francisco. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. p.85-89.
33. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política*. op. cit.
34. FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e Estrutura de poder e economia. In: *O Brasil republicano*. v.9, v.8.
35. KORNIS, Mônica. A ascensão das oposições. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.275.
36. Para um detalhamento maior acerca das diferentes facções da elite política fluminense e suas sucessivas cisões ver FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit.

A economia fluminense na Primeira República

Mesmo que se coloque em questão a tese da chamada decadência do Rio de Janeiro, como o têm feito alguns autores, não se pode desconhecer que uma grave crise afetou o conjunto da agricultura fluminense nos anos 1890, tendo desdobramentos nas décadas posteriores. Ainda que reconhecendo a diversidade das regiões, e concordando que o foco central da crise estivesse localizado no Vale do Paraíba, seus desdobramentos afetaram diversas atividades e setores econômicos, perdendo assim o caráter setorial¹.

A ampliação da crise fluminense é especialmente grave porque ela associa fatores conjunturais e estruturais, não se tratando apenas da crise de uma atividade exportadora - o café do Vale do Paraíba e da região serrana, mas também da crise do escravismo. Assim, o esgotamento da produção cafeeira estava ligado ao processo de transição das relações do trabalho escravo para o trabalho livre, e ainda a um agravante adicional, que era a tendência ao declínio de preços no mercado externo.

Não poderemos descartar neste trabalho, voltado para a atuação da elite política fluminense, os efeitos da crise do café no conjunto do estado e principalmente nas finanças públicas. São fatores indicativos da crise os dados oficiais relativos a exportação, importação e arrecadação dos impostos.

De fato, o estado do Rio enfrentou graves problemas quando o setor agroexportador cafeeiro, articulador do conjunto da produção, deixou de ser o eixo dinâmico no final do século passado, abrindo caminho para um longo e difícil processo de reconversão da economia e de implementação de um novo padrão de crescimento. O ponto central de nosso argumento é que o estado do Rio, a partir do final do século passado, enfrentou uma crise séria e duradoura, que não tem a ver com a noção de decadência, mas que se refere a um conjunto de dificuldades para superar os entraves colocados pela crise do escravismo e à tentativa de encontrar alternativas de reconversão da economia.

1. A crise da economia escravista fluminense

Ao longo do século XIX, a província do Rio de Janeiro, com sua economia baseada principalmente nas atividades ligadas ao café e ao açúcar, destacou-se como o principal centro econômico do país, apesar de contar com uma área de apenas 42.912 quilômetros quadrados. A expansão do café a partir das primeiras décadas do século XIX veio dinamizar todo o setor agrário exportador nacional. Contando com condições favoráveis externas - expansão do mercado mundial graças à difusão do consumo do café na Europa e nos EUA - e internas - ampla oferta de terras e de mão-de-obra - a cafeicultura fluminense fortaleceu-se e tornou-se a principal atividade econômica da província.

Se em 1835 a produção cafeeira fluminense já chegava a cerca de um milhão de sacas, cinco anos depois ela crescia em 50%. Nessa primeira fase os grandes centros produtores estavam localizados na região ocidental do Vale do Paraíba, destacando-se Resende, Barra Mansa, Vassouras, São João Marcos e Passa Três. A partir de 1860 o café caminhou para a parte ocidental do Vale do Paraíba, estendendo-se a Cantagalo e Paraíba do Sul². A expansão da cafeicultura, iniciada nas décadas de 1810 e 1820 sob a égide do capital comercial nacional, cresceu progressivamente até o final do século, transformando o Vale do Paraíba em área econômica dominante. O Rio de Janeiro tornou-se o principal centro de exportação do produto, gerando enormes lucros e promovendo intensa atividade econômica.

Entretanto, o desenvolvimento da economia cafeeira escravista encerrava uma contradição. Seu bom funcionamento e sua dinamização estavam condicionados a três elementos básicos: o abastecimento regular do mercado de escravos, a abundância de terras, e boas condições para a produção do café. Com a extinção do tráfico africano em 1850, provocando o declínio da oferta e a elevação do preço da mão-de-obra, alternativas foram tentadas, como a implementação do tráfico interprovincial, a introdução de técnicas no setor de beneficiamento do café, a abertura de estradas de ferro. Mas o emprego conjugado dessas medidas não conseguiu impedir a elevação dos custos da produção, o que dificultava o processo de acumulação de capital. Simultaneamente, a cultura extensiva provocava o esgotamento progressivo do solo, o que exigia o abandono das velhas plantações em busca de novas terras. Por fim, o esquema de funcionamento da economia cafeeira, baseado na dominação e exploração do comércio sobre os fazendeiros através

dos comissários, possibilitou uma transferência das rendas geradas na agricultura, acarretando uma descapitalização dos produtores. Esse fato foi profundamente sentido e somou-se às demais dificuldades que já enfrentava a lavoura cafeeira.

Resumindo, podemos dizer que os cafeicultores deparavam-se com os seguintes problemas: dificuldades para obter mão-de-obra a preços vantajosos, crescentes limitações à incorporação de terras virgens, elevação dos custos de produção e descapitalização em virtude da sistemática de financiamento. Acrescente-se a isto a dificuldade da elevação do preço do café no mercado externo a níveis que compensassem tais problemas.

Para complicar ainda mais esse quadro deve-se lembrar que na década de 1880 o movimento abolicionista atuou como um fator adicional no sentido de antecipar o fim do regime escravista, o que finalmente ocorreu em 1888³. O cálculo efetuado pelos proprietários fluminenses e pela elite política acerca da estabilidade e duração da escravidão foi equivocado, e isso dificultou a implementação de medidas preparatórias para um melhor enfrentamento da Abolição⁴. O 13 de Maio veio aprofundar uma violenta e duradoura crise na cafeicultura fluminense: a monarquia ainda tentou atenuar os efeitos da extinção do trabalho escravo distribuindo crédito subsidiado aos produtores por intermédio do setor bancário, mas a iniciativa não alcançou êxito, uma vez que grande parte desses recursos acabou sendo utilizada para pagamento das antigas dívidas dos fazendeiros⁵.

Nesse quadro, a recuperação da cafeicultura viu-se comprometida, uma vez que os recursos a ela destinados não chegaram a atingir seus objetivos. Os cafeicultores foram entregues à sua própria sorte na busca de alternativas para a crise então em curso.

A segunda atividade econômica fundamental da província do Rio de Janeiro, o açúcar, também enfrentava graves dificuldades no fim do século XIX. Tratava-se de uma atividade muito antiga, datando do século XVII, quando se expandiu de forma significativa o cultivo da cana na região dos Campos dos Goitacazes. Voltado desde sua expansão inicial para o mercado interno, mais precisamente para a cidade do Rio de Janeiro, o açúcar fluminense não enfrentou a ameaça de grandes competidores e dominou o mercado carioca de forma tranqüila. Esse fato, aliado à disponibilidade de terra, permitiu uma grande expansão de investimentos agroindustriais em Campos ao longo do século XIX, dando origem à montagem de um complexo açucareiro e à formação de uma aristocracia campista.

Este quadro, entretanto, passaria a sofrer reversão a partir da década de 1870, em virtude do agravamento da crise do trabalho escravo, aliada a alterações no mercado consumidor. Embora nessa década não tenha havido um declínio da produção e os preços tenham se mantido estáveis, o encarecimento contínuo do preço do escravo colocou em pauta a premência da solução para a questão da mão-de-obra⁶. Ao mesmo tempo em que encontrava dificuldades para promover transformações na tecnologia empregada em seus engenhos, o Brasil defrontava-se com problemas crescentes para enfrentar seus competidores internacionais. Assim, a exportação de açúcar começou a declinar, e os principais centros açucareiros do país, Pernambuco e Bahia, passaram a destinar grandes parcelas de sua produção para o mercado interno, competindo com o Rio de Janeiro⁷.

Visando a enfrentar esse conjunto de problemas, o setor açucareiro tentava adotar inovações técnicas que viabilizassem o seu desenvolvimento econômico. Objeto de discussão desde meados do século XIX, foi na década de 1870 que ocorreu um recrudescimento dos debates acerca da questão tecnológica, percebida por alguns senhores de engenho como a alternativa para a falta de braços e como a solução para adquirir maior competitividade no mercado. Às pressões do setor açucareiro, o governo imperial respondeu com o desenvolvimento da política de engenhos centrais. O pressuposto básico desse programa era a separação das atividades de plantio da cana e de fabricação do açúcar. Ao engenho central caberia apenas o beneficiamento da cana, que deveria ser adquirida dos plantadores independentes.

Esse movimento de modernização do setor açucareiro na província do Rio de Janeiro resultou em 32 concessões por parte do governo imperial, mas apenas 12 se estabeleceram efetivamente, espalhadas por diferentes regiões. O princípio que norteou esse movimento foi em grande medida a perspectiva de criar alternativas à crise da cafeicultura do Vale do Paraíba. A implantação de um maior número de engenhos centrais, em torno de 10, em regiões cafeeiras, fora das tradicionais áreas açucareiras de Campos, São João da Barra e São Fidélis, ilustra bem essa orientação. O plantio da cana-de-açúcar e a criação de modernas fábricas de beneficiamento eram um caminho viável para o aproveitamento das desgastadas terras do Vale do Paraíba cafeeiro⁸.

Ao lado dessa tentativa de modernização e expansão da atividade açucareira para novas áreas, as tradicionais zonas de açúcar do norte do

estado, especialmente Campos, levaram adiante seu processo de reformulação técnica. Mesmo que a política de engenhos centrais, tal como foi formulada pelo governo imperial, tenha encontrado resistências por parte dos senhores de engenho e não tenha obtido maior expansão naquela área, inúmeras foram as transformações ocorridas ao longo dos anos 1870 e 1880. Mesmo desvinculada da política de engenhos centrais, a aristocracia açucareira campista recebeu auxílio oficial através da isenção de taxas de importação de maquinário. Nos anos 1880 várias usinas foram estabelecidas em Campos, muitas das quais através da melhoria paulatina dos antigos engenhos coloniais⁹.

Entretanto, as iniciativas de renovação tecnológica com o estabelecimento de engenhos centrais e usinas não conseguiram reverter a crise que o setor açucareiro enfrentava com a extinção do trabalho escravo. A crise da escravidão corroeu paulatinamente as bases do enriquecimento dos grandes senhores de açúcar. Quase todos os engenhos centrais e usinas criados nas décadas de 1870 e 1880, normalmente tendo como proprietários a antiga elite ou seus descendentes, haviam mudado de mãos ou falido no início do século XX¹⁰.

De acordo com o quadro apresentado pode-se perceber que a província do Rio de Janeiro, ao ingressar na era republicana, enfrentava graves problemas econômicos em suas atividades principais, o açúcar e o café.

2. A República e o agravamento da crise

O peso do Rio de Janeiro no conjunto da produção brasileira de café decresceu seguidamente nos últimos 20 anos do séc. XIX, passando de 62% em 1880 a 56% em 1881, 55% em 1882 e 1883, e continuando mais ou menos nessa proporção até 1894, quando desceu de súbito a 20%. Em contrapartida, a produção paulista, que representava 25% do total nacional em 1880, passou para 40% em 1889 e para 60% em 1902¹¹.

Apesar do declínio continuado da produção do café fluminense, e da queda da produtividade, a conjuntura que se abriu com os anos 1890 atenuou em certo sentido a gravidade da crise. Em primeiro lugar, a partir de 1885 começou um processo de recuperação dos preços do café no mercado internacional que se manteve até 1895. Além disso, com a implantação do regime republicano e as mudanças na política econômica e financeira que resultaram no Encilhamento, ocorreu uma considerável

expansão bancária e dos meios de pagamento. Esse acréscimo teve efeito imediato sobre o custo do crédito, expresso pela taxa de juros, tornando-o mais barato e abrindo maiores possibilidades para a obtenção de recursos.

Do ponto de vista das finanças públicas do agora estado do Rio de Janeiro, as alterações trazidas com a descentralização federalista também representaram um fator importante. A partir de 1891 os governos estaduais passaram a receber integralmente o imposto de 11% cobrado sobre o café exportado, o que aumentava consideravelmente seus recursos. A articulação desses fatores funcionou como um elemento temporariamente neutralizador dos efeitos da crise.

Contudo, esse quadro seria alterado profundamente a partir de 1895. A crise de 1894 na economia dos Estados Unidos, maior consumidor mundial de café, e o excesso de capacidade produtiva provocado pela expansão da lavoura cafeeira em São Paulo acarretaram uma baixa acentuada dos preços internacionais do produto. Os preços do café começaram a declinar acentuadamente e os estoques a se acumular, chegando a uma situação extremamente crítica em 1896. Acrescia-se à superprodução a especulação realizada pelos grandes grupos estrangeiros que forçavam ainda mais a baixa dos preços internos. Esse quadro enfrentaria um novo elemento complicador com a implantação do programa de saneamento financeiro de Campos Sales¹².

A manutenção da tendência de desvalorização cambial ao longo dos primeiros cinco anos da República havia funcionado como um fator que limitava as perdas do setor cafeeiro, pois permitia que os produtores recebessem um maior montante de dinheiro nacional, embora em moeda desvalorizada. Contudo, essa última vantagem se extinguiu. Com a deterioração crescente das finanças do país, tornou-se insustentável manter a antiga política que facilitava a baixa da taxa de câmbio. Quando, em 1898, foi restaurada a vida financeira do país e implantada uma política de saneamento que restringiu o crédito, equilibrou a taxa cambial e valorizou a moeda estabelecendo o padrão-ouro, foram eliminados os últimos paliativos que até então haviam atenuado a crise crônica do setor cafeeiro fluminense.

Os efeitos e a extensão da crise da cafeicultura no estado do Rio em 1898 podem ser analisados a partir dos questionários enviados pelo governo estadual a todas as câmaras municipais do estado. As respostas fornecidas pelos 48 municípios fluminenses proporcionam um diagnóstico

interessante sobre sua situação produtiva¹³. Segundo essa fonte, mais de 90% dos municípios tinham o café como principal atividade econômica, produzindo secundariamente alguns gêneros alimentícios para consumo local. Mesmo aquela tradicional produção de alimentos realizada por pequenos produtores ao longo do século XIX enfrentava dificuldades para se manter como no passado. Apenas oito municípios declararam que estavam experimentando novas atividades econômicas como alternativa à crise da cafeicultura. A pecuária, uma dessas possibilidades, não possuía maior expressão econômica, sendo citada apenas como atividade exercida em pequena escala.

As principais dificuldades apontadas pela maioria das câmaras para a maior dinamização da economia eram as limitações ao escoamento da produção, provocadas pelos altos fretes e pela falta de braços resultante da "vadiagem dos trabalhadores rurais". O declínio dos preços do café aumentaria ainda mais as dificuldades de reter ou atrair mão-de-obra, seja através de pagamento de salário ou de diferentes formas de parceria.

O declínio dos preços do café e o aprofundamento da crise da economia fluminense penalizavam não só os produtores como também a administração estadual, na medida em que sua principal fonte de renda era o imposto de exportação sobre aquele produto. Em 1895, o montante arrecadado através da cobrança do imposto de exportação sobre o café foi de 12.218.449\$316; no ano seguinte, esse total caiu para 9.741.805\$144. O impacto dessa redução de 20,3% foi significativo. Se em 1895 a arrecadação estadual total chegou a 15.343.381\$707, em 1896 baixou para 13.035.705\$849, e em 1900 caiu para 7.969.327\$249, o que representou um declínio de 48%. Paralelamente, a participação do café no orçamento global caiu de 12.218.449\$316 em 1895 para 4.838.878\$539 em 1900, ou seja, sofreu um declínio de 60,3%. A tendência observada a partir de 1896 tanto na arrecadação do imposto de exportação sobre o café quanto na receita estadual como um todo, apesar de ligeiras e episódicas recuperações, foi de declínio inexorável¹⁴.

Receita do imposto de exportação sobre o café e receita total do estado do Rio de Janeiro (1896-1903).

ANOS	RECEITADO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO SOBRE O CAFÉ	RECEITA TOTAL	DADOS PERCENTUAIS
1896	9.741:805\$144	13.035:705\$849	74,8%
1897	10.354:629\$808	13.944:871\$635	74,3%
1898	7.355:424\$397	10.495:703\$498	70,1%
1899	6.371:068\$912	9.705:760\$323	65,7%
1900	4.838:878\$559	7.969:327\$249	70,7%
1901	4.896:204\$470	9.224:166\$487	53,1%
1902	3.506:205\$763	6.728:199\$812	52,2%
1903	3.518:482\$344	6.798:716\$945	51,8%

FONTE: *Anais da ALERJ 1903*, p.17.

Aos prejuízos causados à receita estadual pela baixa dos preços do café deve-se acrescentar o fato de que a produção fluminense estava em declínio. Assim, a administração não pôde contar com uma produção abundante que compensasse, através de um maior volume físico exportado de café, a queda na cotação do produto.

Os efeitos da crise da cafeicultura espalhavam-se portanto pelos demais setores do estado, provocando um permanente déficit público e uma crise financeira. Como forma de contornar essas dificuldades, o Executivo estadual lançava mão de práticas recorrentes de endividamento sob a forma de contração de empréstimos externos. Em paralelo a um crescente endividamento com banqueiros e capitalistas, o governo estadual não conseguia saldar seus compromissos com o funcionalismo público, sendo obrigado a reforçar o círculo vicioso de buscar novos empréstimos¹⁵.

A *performance* do setor açucareiro também não era mais animadora e estava longe de reunir condições que lhe permitissem servir de alternativa ao café para retirar o estado do Rio da crise que atravessava.

O último quartel do século XIX registrou profundas transformações no sistema produtivo açucareiro, que provocaram a perda de prestígio social e econômico dos antigos grandes proprietários enriquecidos. Os grandes

fazendeiros do período escravista cederam lugar aos banqueiros e comerciantes, perdendo em muitos casos o controle de suas usinas. Contudo, as dificuldades não atingiram a todos de maneira homogênea. Vários descendentes dos antigos usineiros conseguiram manter suas terras transformando-se apenas em produtores de cana, outros fizeram associações com os novos capitais oriundos das atividades comerciais, e finalmente alguns conseguiram conservar intactas suas usinas¹⁶.

O processo de mudanças ocasionadas pelo fim do escravismo acarretou uma diminuição expressiva da produção fluminense ao mesmo tempo em que ocorria um crescimento da participação do açúcar do Nordeste no mercado interno. A expansão do açúcar de beterraba em diversos países europeus excluiu o Brasil dos mercados da Europa, principalmente o da Inglaterra, nosso maior consumidor até 1870. Os Estados Unidos tornaram-se então o mercado mais importante para o açúcar brasileiro. Na década de 1890, porém, com a anexação de Porto Rico e Havaí, os EUA puderam passar a contar com áreas produtoras de açúcar de cana capazes de suprir sua demanda. Afastado do mercado norte-americano, o açúcar brasileiro voltou-se quase que totalmente para o mercado interno, sobretudo para a região Sudeste¹⁷.

A gravidade da crise açucareira fluminense ao longo dos anos 1890 pode ser dimensionada pela sensível queda no volume enviado para o Distrito Federal, principal mercado consumidor do açúcar do Estado do Rio. Em 1887 as vindas de açúcar de Campos para o Distrito Federal foram de 431.797 sacas, mas em 1898 caíram para 139.578 sacas, o que significa uma queda de 67,7%. O já pequeno percentual da produção destinado ao exterior também sofreu notável redução nesse período, caindo de pouco mais de 2,3 milhões de quilos em 1901 para 323.420 em 1902 e somente 13.085 entre janeiro e maio de 1903¹⁸.

Outro fator importante a ser considerado é que, mesmo que o setor açucareiro tivesse conseguido uma recuperação significativa após 1901, seu peso no conjunto das rendas do estado era bastante limitado e portanto insuficiente para funcionar como elemento dinamizador do conjunto da economia fluminense. A partir de 1887 a situação do setor açucareiro era tão grave que o açúcar deixou de pagar o imposto de exportação, que era de 4% sobre o valor da saca. Em 1894, graças às pressões dos cafeicultores no Legislativo, alegando que era necessário estabelecer-se o equilíbrio entre as participações de cada zona do estado na formação da renda pública, foi restabelecida a taxa de exportação do açúcar, fixada porém em 3%¹⁹.

Mesmo com essa alteração, o percentual de participação do açúcar era muito limitado. De 1889 até 1903 o café nunca participou com menos de 50% do valor total da arrecadação do estado, enquanto todos os outros produtos, incluindo o açúcar, não ultrapassaram 10,3%. Mesmo com a recuperação de vendas do açúcar a partir do começo deste século, sua participação nas rendas do estado não foi significativa, chegando a atingir o máximo em 1920 com 9,6%²⁰.

Assim, o estado do Rio ingressou no século XX vivendo uma situação econômica e financeira extremamente grave. Foi definido por seus governantes como uma "massa falida", e chegou a ser levantada a possibilidade de vir a sofrer uma intervenção federal devido à sua insolvência. A situação era tão dramática que a própria autonomia político-administrativa do estado esteve ameaçada²¹.

3. As tentativas de diversificação da agricultura: 1900-1918

Enfrentando graves dificuldades com seus dois produtos tradicionais, tornava-se fundamental para a economia fluminense encontrar alternativas que possibilitassem a superação da crise que a envolvia havia vários anos.

Lentamente, a partir de meados da década de 1890, a diversificação da agricultura começou a ganhar impulso. Não ainda por iniciativa oficial, mas como resultado da própria crise do café, que ampliou as já tradicionais práticas de cultivo de gêneros alimentícios entre as fileiras de pés, ou mesmo em áreas não cafeeiras. Nos anos seguintes, o aprofundamento da crise cafeeira e as políticas públicas voltadas para a policultura, com os presidentes Alberto Torres e Nilo Peçanha, passaram a fornecer novos estímulos nessa direção.

O processo de diversificação econômica efetivado no estado do Rio circunscreveu-se aos limites da agricultura, concretizando-se através da adoção da policultura. O sucesso da diversificação da agricultura tinha a seu favor a possibilidade de reaproveitamento de fatores da produção subutilizados e de minimização de custos, numa economia agrária em grande parte especializada e por isso sobrecarregada pela importação de gêneros alimentícios. Partindo dessas bases, a diversificação desenvolvia-se de forma complementar à cafeicultura, ou seja, "sustentava-se o modelo agrário exportador em crise e reiterava-se a vocação agrícola do estado"²².

Além disso, havia estímulos de mercado para impulsionar a diversificação. A cidade do Rio de Janeiro, que na vira da do século apresentava um enorme

crescimento populacional, funcionando como um foco de atração para imigrantes de todo o país, representava um amplo mercado para a produção fluminense²³.

Em virtude dessas pré-condições e graças às políticas efetivadas, a diversificação da agricultura avançou com alguns altos e baixos até o início da década de 1920. Uma primeira constatação dessa tendência pode ser obtida a partir da análise do questionário sobre as condições da agricultura no estado do Rio de Janeiro, distribuído a 48 municípios fluminenses pelo Ministério da Agricultura em 1913²⁴.

Em resposta à pergunta sobre os principais produtos cultivados em cada município, numa relação de 78 produtos, o café ainda era o mais citado, com 33% das respostas. A seguir era colocada a cana, com 21,8% de preferência. Ainda assim é bastante significativo o crescimento do cultivo de cereais, principalmente o milho, o feijão e o arroz, que totalizaram 34,5% das respostas.

Ainda que seja extremamente difícil efetuar uma comparação quantitativa entre os dois relatórios, pode-se perceber que de 1898 a 1913 a agricultura fluminense diminuiu sua dependência da cafeicultura, tendo havido uma ampliação considerável das culturas alimentares destinadas à venda no mercado. Isto demonstra uma melhoria nas possibilidades de escoamento e comercialização da produção. A pecuária é igualmente uma atividade que parece ganhar mais espaço, embora seja difícil analisar essa extensão.

Esse tipo de tendência da economia fluminense é confirmado pelas análises de Sônia Mendonça, que utiliza outras fontes e fornece dados quantitativos mais consistentes. A tese central desta autora é que a partir de 1903 pode ser percebida uma tendência ascendente das exportações fluminenses de gêneros de primeira necessidade²⁵.

Ao mesmo tempo em que apresenta dados com base na cobrança dos impostos de exportação, Mendonça analisa as importações efetuadas pelo Distrito Federal para seu abastecimento, revelando que a partir de 1906 houve uma tendência crescente da participação percentual das exportações fluminenses. Ao lado das informações quantitativas, há ainda um amplo conjunto de depoimentos de época, de parlamentares e administradores públicos, que reafirmam a orientação diversificadora da produção do estado do Rio.

Esse tipo de perspectiva é adotado igualmente por Ana Maria Santos²⁶. Na avaliação desta autora, que trabalha com dados que cobrem o

período de 1898 até 1914, ocorreu um declínio da produção e exportação do café fluminense, tanto em termos absolutos quanto em relação a São Paulo. Enquanto a produção paulista crescia respaldada pela política de valorização do café de 1906, a produção fluminense em 1911 representava menos de 50% do total de 1889.

Um dado adicional que pode reforçar a tese do sucesso inicial da diversificação da agricultura fluminense é que, depois de 1903, praticamente desapareceram do discurso dos administradores as reclamações de escassez de gêneros alimentícios para abastecer o estado.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, portanto, a economia fluminense sofreu uma alteração gradativa, ganhando peso a diversificação agrícola. Enquanto a participação do café na economia fluminense diminuía - em 1918 os impostos de exportação do café contribuíram com apenas 10,7% do valor da receita estadual - a participação dos outros produtos aumentou, reforçando a tendência geral desenhada desde o começo do século. O açúcar liderou esse movimento, constituindo-se num dos produtos que mais cresceram. Enquanto em 1902 foram exportados 15 milhões de quilos de açúcar, em 1917 atingiu-se a soma de 65.463.823 milhões de quilos²⁷.

Nesta fase aprofundou-se também, ainda que de forma mais lenta, o processo de aparecimento de novos agentes de produção, ficando cada vez mais reduzida a importância dos antigos proprietários. Assim, a despeito de uma tendência de declínio dos preços dos produtos derivados da cana, a produção campista iniciou um movimento de recuperação. Mas foi realmente nos anos 1910 que a atividade açucareira passou a desfrutar de uma prosperidade maior. Essa década apresentou um significativo volume de investimentos no setor agrícola campista, graças a uma nova tendência de recuperação dos preços, especialmente depois de 1914, e de ampliação do mercado de consumo²⁸. A Primeira Guerra Mundial foi responsável pelo declínio da plantação de beterraba na Alemanha e pela diminuição das produções coloniais, o que teve como conseqüência o aumento da demanda internacional do açúcar brasileiro. Diante desse quadro favorável, a produção brasileira se expandiu, e o açúcar do Nordeste voltou a destinar-se essencialmente ao mercado externo, reduzindo-se a competição interna com o açúcar fluminense²⁹.

Um outro elemento fundamental nesse processo de recuperação do setor açucareiro no século XX foi a concentração da produção ocorrida com

o estabelecimento e a expansão das grandes usinas, que gradativamente foram incorporando pequenos engenhos e usinas. Em 1852 existiam em torno de 307 engenhocas e 56 engenhos a vapor. O recenseamento de 1920 enumerou 97 estabelecimentos e 27 usinas de beneficiamento de cana. Estes dados mostram com clareza como se ampliou o processo de concentração da produção de açúcar, dando origem a dois segmentos do setor açucareiro: os plantadores de cana e os fabricantes de açúcar. "O monopólio do beneficiamento resumia-se cada vez mais a um pequeno número de empresas"³⁰.

Os dados até aqui apresentados parecem indicar que o estado do Rio havia conseguido superar os entraves à reconversão de uma economia escravista essencialmente baseada no café para uma economia policultora e voltada para o mercado interno. A própria composição das rendas do estado refletia essa alteração. Em 1918 a participação do café no orçamento do estado foi de 1.731:787\$595, enquanto outros gêneros de exportação ampliaram sua participação para 4:202:573\$783. Em termos percentuais, o café respondeu com apenas 12,1%, enquanto outros produtos forneceram 29,3%³¹.

A análise isolada desses dados pode sugerir que a economia do estado do Rio teria sofrido alterações profundas nas duas primeiras décadas do século, tendo sido atingidas as metas básicas dos projetos reformistas das elites fluminenses traçados no final do século XIX. No entanto, o desenrolar dos anos 1920 mostraria o equívoco dessa avaliação.

4. Os anos 20: o fascínio pelo ouro negro

Ao encerrar-se a década de 1910, a cafeicultura fluminense, que durante vários anos apresentou um desempenho declinante, ganhou um novo alento. Desde 1910 já estava em curso uma retomada gradativa do plantio de novos cafezais, tanto em áreas novas no norte do estado quanto em antigas regiões cafeeiras, graças a uma relativa recuperação de preços. Contudo, foi a conjuntura que se delineou com o pós-guerra que realmente proporcionou um novo *boom* da cafeicultura fluminense. As fortes geadas de junho de 1918, o restabelecimento do comércio internacional e o aumento da importação americana, com o fim da guerra, concorreram para um maior equilíbrio entre oferta e procura e conseqüentemente para a elevação dos preços do café no mercado externo.

Ainda que essa conjuntura favorável sofresse alterações nos anos seguintes, ao longo da década de 1920 a intervenção dos órgãos públicos

conseguiu garantir uma significativa expansão para o setor cafeeiro. A oscilação da demanda e de preços do mercado de café provocou uma pressão crescente da parte dos cafeicultores paulistas, que reivindicavam o auxílio do governo federal para a montagem de um esquema permanente de sustentação de preços. Essa pressão resultou na criação pelo governo federal, em 1922, do Instituto de Defesa Permanente do Café, e em 1924, do Instituto de Defesa Permanente do Café de São Paulo, que se tornou responsável por toda a política cafeeira³². Embora essas medidas se destinassem basicamente à cafeicultura paulista, e seus efeitos diretos sobre a cafeicultura fluminense sejam passíveis de discussão, os anos 1920 realmente representaram uma expansão continuada dos cafezais fluminenses.

A retomada da cafeicultura no estado do Rio representou também um deslocamento do eixo econômico do estado da parte meridional para a setentrional, transformando os municípios de Itaperuna, Cambuci e Santo Antônio de Pádua em grandes produtores. Essa nova tendência da economia fluminense foi detectada por Joaquim de Mello em seu trabalho *A evolução da cultura cafeeira no Rio de Janeiro*, de 1926, onde declarava que o reerguimento da cultura cafeeira do estado estava relacionado à sua transplantação para os municípios do norte.

Os dados das publicações da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura e do *Relatório do Instituto do Fomento Agrícola* do estado confirmam igualmente a expansão da cafeicultura. Em 1920 existiam no estado do Rio 10.766 estabelecimentos produtores de café, contra 8.688 no ano de 1928. Mas o número de pés, que em 1920 era de 150.578.704, aumentou para 193.631.746 em 1928³³. A produção, que foi de 81.640 toneladas em 1920, passou a 91.586 toneladas em 1928. A esse aumento da produção correspondeu um aumento da área cultivada, que passou de 194.490 hectares em 1920 para 217.112 em 1928.

Essa tendência pode ser confirmada ainda através dos dados relativos ao percentual de participação dos produtos na cobrança do imposto de exportação. Se em 1918 o café teve uma participação mínima na receita do estado, com uma contribuição de 1.732.192\$030, o que representava 10,7% do total de arrecadação, em 1924 a participação do café se elevou a 40,1%, com uma contribuição de 15.797.128\$228. Os dados apresentados no trabalho de Joaquim Mello, ainda que diversos, indicam tendência semelhante. Segundo este autor, a participação do café chegou a 70% em 1898, tendo caído em 1920 para 20%.

Nos exercícios seguintes esse percentual tornou a subir, até que no ano de 1926, para uma arrecadação de 32.020.272\$667, entrou com 11.050.612\$227, correspondentes a cerca de 30%³⁴.

Percebe-se assim que a cafeicultura voltou a assumir um papel fundamental na economia do estado, o que indica que de fato não ocorreu uma reconversão da economia para a policultura. A expansão da produção de alimentos a partir do começo do século foi uma alternativa conjuntural, e não uma opção definitiva para contornar a crise de preços e de mão-de-obra que ameaçava a lavoura cafeeira.

É importante ressaltar, entretanto, que a recuperação da cafeicultura não atingiu as dimensões do passado, sendo mantida ainda uma participação significativa de outros produtos na pauta dos impostos de exportação. Ainda que o processo de diversificação tenha declinado em termos proporcionais na receita geral do estado ao longo dos anos 20, alguns produtos e atividades, como a pecuária, apresentaram um padrão de crescimento não só no volume exportado, como no percentual de contribuição para a receita geral. Em contrapartida, o milho, o feijão, o arroz e o açúcar declinaram³⁵. Embora estivesse numa posição diferente dos demais gêneros citados, por ser o segundo produto mais importante do estado, o açúcar viveu um processo de dificuldades crescentes.

A década de 1920 foi um momento decisivo para os rumos da agroindústria açucareira do país. O fechamento praticamente definitivo do mercado internacional para o açúcar brasileiro promoveu mais uma vez um acirramento da competição pelo mercado interno e da luta dos produtores pela obtenção de subsídios do governo federal, bem como a defesa da intervenção estatal na agroindústria açucareira. A produção fluminense, que sempre estivera associada ao mercado interno, mais especificamente ao abastecimento do Rio de Janeiro, perdeu no decorrer dos anos 20 sua antiga posição, tornando-se mais vulnerável à ação dos intermediários e do capital comercial.

O setor açucareiro fluminense, ainda localizado no norte do estado e tendo como principal produtor o município de Campos, teve um desempenho oscilante com tendência decrescente ao longo dos anos 1920, em termos do volume de açúcar exportado. De acordo com os dados do Retrospecto Comercial do *Jornal do Commercio*, houve uma expansão até 1921, quando chegaram a entrar no Rio de Janeiro, provenientes de Campos, 1.164.495 sacas de açúcar. Mas nos anos seguintes, com exceção de 1926, ocorreu um declínio desse montante, que chegou em 1927 a 693.215

sacas³⁶. As informações apresentadas no *Relatório da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Rio* de 1926 também indicam tendência semelhante. Até 1920 houve um crescimento do montante exportado de açúcar, que chegou a atingir 75.706.080 quilos, mas depois houve uma queda que chegou a 23.633.879 quilos em 1925. Para a segunda metade da década, os dados fornecidos pelo *Anuário açucareiro* para o conjunto de produção fluminense também mostram a oscilação com tendência ao decréscimo. Em 1926 foram produzidas 1.467.800 sacas de 60 quilos, em 1928 houve uma queda para 807.434 sacas, e um novo aumento, em 1930, para 1.345.297³⁷.

A instabilidade que marcou a produção e a exportação também se expressou na participação do açúcar na receita do estado. Se em 1920 o percentual de contribuição das rendas do açúcar chegou a representar 9,6% da receita geral arrecadada, com a exportação de 75.706.080 quilos, em 1925 a participação ficou reduzida a 2,5%, e a exportação, a 23.633.879 quilos. A aguardente, oriunda da cana-de-açúcar, também apresentou um desempenho declinante. Em 1920 chegaram a ser exportados 10.940.440 litros do produto, o que representava 1,6% da receita geral arrecadada no estado. Essas cifras desceram em 1925 para 1.566.789 litros e apenas 0,4% da receita geral³⁸.

Essa oscilação com tendência declinante da produção do açúcar estava associada não só aos problemas de comercialização e de mercado consumidor, mas igualmente à baixa produtividade das plantações de cana, segundo depoimento de época. Em 1927 a situação da lavoura canavieira era a mais precária possível, sendo o rendimento estimado em 25 toneladas de cana por hectare. As variedades cultivadas encontravam-se em plena degenerescência, e o aparecimento da enfermidade do mosaico naquele ano foi o corolário da situação crítica por que passou a lavoura durante os anos de 1927, 1928 e 1929³⁹.

Portanto, somavam-se o aumento da competição pelo mercado interno, o declínio dos preços do açúcar e a reduzida produtividade das plantações para dificultar a atuação dos usineiros e plantadores de cana. Um dos resultados desse conjunto de problemas foi o surgimento de um processo de concentração fundiária. Num primeiro momento esse processo compreendeu a absorção das terras das engenhocas que, geralmente por questões de endividamento, iam sendo fechadas. Ao lado desse processo de concentração territorial ocorreu um processo de concentração industrial. As usinas foram absorvendo as menores, aumentando gradativamente sua capacidade⁴⁰.

Ao iniciar-se o ano de 1930, a agroindústria açucareira teve sua situação ainda mais agravada, em consequência da impossibilidade de o açúcar brasileiro ser exportado para o exterior e do encolhimento do mercado interno. A crise da economia cafeeira também afetou a agroindústria açucareira tanto na demanda quanto na oferta. Os cafeicultores paulistas que já cultivavam a cana como uma alternativa para reduzir seus prejuízos intensificaram essas atividades e assim tornaram-se auto-suficientes em relação ao açúcar, o que agravaria ainda mais os problemas das velhas regiões produtoras. A análise comparativa dos índices relativos ao cálculo de custo de produção da cana-de-açúcar e dos preços pagos pela tonelagem na praça de Campos indica que os prejuízos que atingiram os lavradores no final da República Velha eram de grande monta. Entre 1928 e 1930, o preço pago pela tonelada de cana caiu de 40\$000 para 15\$000, enquanto os custos de produção da mesma quantidade do produto giravam em torno de 16\$000⁴¹.

Por sua vez, o *boom* cafeeiro do norte do estado estava esgotado, sem que tivesse ocorrido um processo de capitalização do setor. Grande parte dos lucros gerados nesta atividade havia sido drenada para fora da região e inclusive para fora do estado. Ao que tudo indica, embora não haja estudos realizados sobre o assunto, os recursos gerados na atividade cafeeira foram transferidos para grandes firmas de comercialização de café no Rio de Janeiro. Por outro lado, não existem indicações disponíveis que demonstrem que a região cafeeira do norte fluminense, capitaneada por Itaperuna, tenha promovido algum tipo de investimento novo, ou propiciado bases para uma maior dinamização do estado. A própria atividade cafeeira enfrentou um permanente declínio a partir de 1929.

5. A indústria fluminense

A despeito das inúmeras dificuldades que marcaram a evolução da agricultura, e da opção das elites fluminenses pela vocação agrícola do estado, várias indústrias foram implantadas no estado do Rio, especialmente nas décadas de 1880 e 1890 e no ramo têxtil. Na verdade, a crise da cafeicultura fluminense não entrou completamente o estabelecimento de empreendimentos industriais, e em 1907 o estado do Rio era o quarto colocado em relação ao valor percentual bruto da produção industrial do país. O Distrito Federal ocupava o primeiro lugar com 30,2%; São Paulo, o segundo, com 15,9%; o Rio Grande do Sul tinha 13,5%; o estado do Rio, 7,6% e Minas Gerais, 4,4%⁴².

É importante explicitar, entretanto, que essa expansão industrial fluminense se fez graças não à acumulação do capital local, mas com investimentos de empresários das indústrias cariocas. As características que assumiram as produções cafeeira e açucareira, agravadas pela crise do trabalho escravo, provocaram uma descapitalização desses setores e uma drenagem de seus capitais para os setores comerciais financeiros localizados na cidade do Rio de Janeiro, o que dificultava a realização de investimentos locais de maior porte. Assim, as principais empresas implantadas no estado do Rio de Janeiro surgiram articuladas com as atividades comerciais daquela cidade. Nesse contexto foram implantadas inúmeras fábricas e tiveram origem alguns núcleos industriais, tais como Niterói, Petrópolis, Magé e Campos.

Esta característica fundamental da industrialização fluminense, que teve sua expansão articulada com interesses e capitais externos ao estado do Rio e vinculados a firmas comerciais do Distrito Federal, não se limitou aos anos de 1880 e 1890, mas persistiu nas décadas de 1910 e 1920. A localização dessas empresas em municípios do estado do Rio deveu-se à presença de um contingente de mão-de-obra disponível e à possibilidade de pagamento de salários mais baixos, além da existência de ferrovias que facilitavam o recebimento da matéria-prima e o escoamento da produção.

Contudo, esse movimento de expansão industrial não manteve uma linha ascendente em relação a si próprio e aos demais estados. Em 1919, embora ainda se conservasse no quarto lugar em termos percentuais com relação ao valor da produção industrial bruta, o estado do Rio desceu para 7,4% do valor total, seguindo a mesma tendência do Distrito Federal, que perdeu o primeiro lugar para São Paulo e teve o valor percentual de sua produção bruta reduzido para 20,8%. Essa tendência se agravaria ainda mais, e em 1939 o estado do Rio cairia para 5% e o Distrito Federal para 17%. Em contrapartida, São Paulo e Minas Gerais seguiram uma linha ascendente. Em 1919, o valor bruto da produção industrial de São Paulo havia crescido para 31,5% e em 1945 atingiu 45,4%; em Minas Gerais igualmente ocorreu uma elevação: de 4,4% em 1917 para 5,6% em 1919 e 6,5% em 1939⁴³.

Ildete Melo e Cláudio Considera, trabalhando com dados conjuntos para o estado do Rio e o Distrito Federal, também constatam essa tendência declinante, na medida em que houve uma diminuição da participação dessas regiões no produto industrial da década de 1930⁴⁴.

Essas dificuldades para uma expansão industrial mais consistente no estado do Rio pode ser pensada como consequência da própria característica

que o processo assumiu, de constituir-se em um desdobramento da industrialização carioca. Além disso, a implementação de incentivos à industrialização nunca foi objeto das elites fluminenses. Os diversos projetos reformistas implementados ao longo da Primeira República não contemplavam medidas industrializadoras e tinham uma marca essencialmente agrarista. A opção industrialista para a crise fluminense nunca fez parte das cogitações das elites do Rio de Janeiro, e a expansão industrial que teve lugar no estado não foi resultado nem de incentivos oficiais nem da iniciativa das elites agrárias locais ou políticas.

Assim, o estado do Rio ingressou na década de 1930 sem ter encontrado alternativas econômicas que viabilizassem um maior dinamismo. A recuperação da cafeicultura nos anos 1920 manifestou-se como um fenômeno efêmero e sem capacidade de provocar desdobramentos multiplicadores na economia. Seu padrão de funcionamento reproduziu as práticas passadas, tanto do ponto de vista do cultivo extensivo e com baixa produtividade, quanto do ponto de vista da transferência de capitais para o setor de comercialização e financiamento. Dessa forma, com a crise de 1929, a cafeicultura fluminense passou a viver um processo rápido de desaparecimento.

A nova política desenvolvida pelo Departamento Nacional do Café (DCN) de favorecer o escoamento de cafés finos atingiu frontalmente a cafeicultura fluminense, que produzia cafés inferiores com restritas possibilidades de exportação. A partir de 1933, o café deixou de ser o principal produto da economia estadual e o maior contribuinte na arrecadação da renda, com 28%, seguido pela laranja com 17,80% e pelo açúcar com 13,89%. Em 1934, o principal item da pauta de arrecadação estadual era a laranja, ficando o café em segundo lugar. Em 1935, o imposto sobre o açúcar também gerava mais renda do que o cobrado sobre o café. Paralelamente à queda de arrecadação observava-se uma redução do volume físico da produção e da área cultivada, tendo havido um declínio de cerca de 70% entre 1930 e 1937⁴⁵. Enquanto o café desaparecia do cenário econômico fluminense, novas atividades lentamente ganhavam espaço. A agroindústria açucareira passava por um processo de recuperação, e a fruticultura, a exploração do sal e a pecuária despontavam como as novas atividades passíveis de ocupar o espaço da cafeicultura como geradora de rendas para o estado.

Finalizando, podemos dizer que se de um lado a trajetória da economia fluminense na Primeira República esteve longe de poder ser caracterizada como decadente e estagnada, não devem ser minimizadas as inúmeras

dificuldades econômicas que o estado do Rio enfrentou em seu processo de transição do modelo de economia baseado na escravidão para o estabelecimento do trabalho livre. Não deve ser esquecido igualmente que, mesmo após terem sido ultrapassados os problemas mais críticos da década de 1890, a retomada do crescimento da cafeicultura e a tentativa de estabelecimento de uma nova base produtiva centrada na produção diversificada de alimentos enfrentaram inúmeros entraves, o que indica que alguns componentes da crise de reconversão da economia mantiveram-se de maneira mais duradoura.

Uma avaliação das rendas públicas fluminenses, comparadas com outros estados da federação de 1897 a 1936, indica um declínio constante. O percentual da receita fluminense sobre o total da receita dos demais estados declinou de 56,4% entre 1897 e 1906 para 39,6% entre 1927 e 1937. Por sua vez, o percentual da despesa sobre o total de despesa dos demais estados confirmou essa tendência, caindo de 65,9% entre 1897 e 1906 para 47,8% entre 1927 e 1936 (anexos I e II). Igualmente, o percentual de crescimento populacional do estado do Rio comparado ao dos demais estados foi um dos menores. De 1872 a 1890 cresceu 0,0038, o menor índice de crescimento anual do país, e de 1890 a 1900 cresceu 0,0055, ficando acima apenas do Ceará.

Notas

1. Para o acompanhamento da discussão da chamada decadência do Rio de Janeiro ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses*. 1991. p.40-46. tese.

2. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. p.46-53.

Do ponto de vista geográfico, o Rio de Janeiro divide-se em duas regiões básicas demarcadas pela Serra do Mar, que atravessa todo o seu território. A primeira delas é a Baixada Fluminense, planície que se expande paralelamente à costa em corredor entre a Serra do Mar e o oceano, tendo como limites Itaguaí, do lado ocidental, e a divisa com o Espírito Santo, do lado oriental. Em função de peculiaridades locais pode-se subdividir esse extenso território em unidades fisiográficas menores: Baixada dos Goitacazes ou de Campos, Baixada de Araruama, Baixada da Guanabara e Baixada de Itaguaí.

A segunda região localiza-se no interior, constituindo o Planalto Fluminense, demarcado pela Serra do Mar a leste e a fronteira dos estados de Minas e São Paulo a oeste. O Planalto Fluminense é percorrido em quase toda a sua extensão pelo principal rio do estado, o rio Paraíba do Sul, que nasce no estado de São Paulo e vai desembocar no oceano Atlântico, na altura de Campos.

3. LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. op. cit., p.29-40.

4. MELLO, Pedro, SLENES, Robert. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *A economia brasileira: uma visão histórica*. p. 89. SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência?* o mercado de escravos e a economia cafeeira da

província do Rio de Janeiro: 1850-1888. EISEMBERG, Peter. "A mentalidade dos fazendeiros vista no Congresso Agrícola de 1878", In: LAPA, J. R. Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. op. cit., p.167-194.

5. LEVY, Maria Bárbara. A República S.A. *Ciência Hoje*, n.59, p.36, 1989.

6. CARLI, Gileno de. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. p.18-43.

7. GNACARINE, José. O açúcar e o pacto colonial. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. v.8, p.311-319.

8. MARCHIORI, Maria Emília. *A ilusão do progresso: a pantomima dos engenhos centrais (1875-90)*. p.51.

9. CARLI, Gileno de. op. cit., p.53. LAMEGO, Alberto. *A terra goitacáz*. v.6. Nesta obra são apresentadas biografias da elite campista e a genealogia das principais famílias.

10. FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes: (1850-1920)*. op. cit., p.241-242, 250.

11. MULLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo da formação de políticas agrícolas no Brasil*. p.37. Lima Sobrinho, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. p.20-21.

12. FRITSCH, Winston. Aspectos da política econômica do Brasil: 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). op. cit., e Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. p.31-37. Ver também FRANCO, Gustavo Barroso. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). op. cit., p.11-30. FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In:_____. *O Brasil republicano*. v.8. p.196-248.

13. *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*. Apresentado pelo dr. Hermogêneo Silva ao dr. Alberto Torres em 1898 (anexo). p.61-249.

14. Mensagem presidencial de 1903 em *Anais da ALERJ* de 1903. p.17.

15. LAMARÃO, Sérgio. *A crise da economia fluminense*. p.45, 46. documento de trabalho.

16. FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p.343, 349.

17. GNACARINE, José. op. cit., p.312-313.

18. Mensagem presidencial de 1903 em *Anais da ALERJ* de 1903. p.24-25.

19. LEMOS, Renato. A oligarquia no poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.81-82. *Anais da ALERJ 1894*, sessões de 27 de janeiro, p.270, e de 28 de agosto, p.45.

20. PADILHA, Sílvia. *Da monocultura à diversificação econômica*. p.83. PANTOJA, Sílvia. *As tentativas de recuperação econômica do estado do Rio*. p.40. documento de trabalho.

21. *Anais da ALERJ* 1903. p.216.

22. SANTOS, Ana Maria, MENDONÇA, Sônia. Intervenção estatal e diversificação agrícola no estado do Rio de Janeiro (1884-1914). *Revista do Rio de Janeiro*, n.2, p.8-17, 1986. MENDONÇA, Sônia. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio*. p.171.

23. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. p.52. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. p.16-17.
24. Questionário sobre as condições da agricultura no estado do Rio de Janeiro em 1913. Diretoria de Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola.
25. MENDONÇA, Sônia. op. cit., p.178.
26. SANTOS, Ana Maria. *Agricultural reform and the idea of "decadence" in the state of Rio de Janeiro*. p.255-256.
27. *Relatório do secretário de Finanças do estado do Rio de Janeiro apresentado a Feliciano Sodré em 1926*. p.44, 45.
28. FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p.249, 351, 344, 354.
29. GNACARINE, José. op. cit., p.310.
30. FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p.165-167.
31. *Relatório do secretário de Finanças do estado do Rio apresentado a Feliciano Sodré em 1926*. p.44, 45. *Exposição do interventor do estado do Rio ao chefe do Governo Provisório*. 1933. p.51-53.
32. FRITSCH, Winston. 1924. In: *Pesquisa e planejamento econômico*, p.713-774. FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In:_____. *O Brasil republicano*. p.237, 238.
33. *Relatório do Instituto de Fomento Agrícola do estado do Rio de Janeiro*. 1928. p.30.
34. *Relatório da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro*. 1928. p.44, 45. MELLO, Joaquim de. op. cit., p.11.
35. *Relatório da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro*. 1928. p.42-50.
36. Retrospecto comercial. *Jornal do Comércio*, 1926, p.351. 1929, p.766.
37. *Relatório da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do estado do Rio*. 1926. p.45. *Armário Açucareiro*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.22, set. 1937.
38. *Relatório da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas*. 1926. p.45-49.
39. CAMINHA FILHO, Adrião. op. cit., p.28, 29.
40. MARCHIORI, Maria Emília. O amargo do açúcar. *Revista do Rio de Janeiro*, n.3, p.89, 1986. CARLI, Gileno de. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. p.76.
41. Preço da cana em Campos por tonelada e por carro no período de 1928 a 1935. *Brasil Açucareiro*, v.7, n.3, maio 1936.
42. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. p.253.
43. LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro. *Revista do Rio de Janeiro*, n.3, p.63, 1986.
44. MELO, Ildete, CONSIDERA, Claudio. Industrialização fluminense: 1930/1980. *Revista do Rio de Janeiro*, n.3, p.113, 1986.
45. LAMARÃO, Sérgio. *A crise econômica fluminense e as tentativas para sua recuperação (1930-1937)*. documento de trabalho. *Relatório do interventor Ari Parreiras ao chefe do Governo Provisório em 1933*. p.129-132.

3

Projetos de reforma

Entre os fatores que dificultaram a construção da unidade política do estado do Rio, gerando uma fragmentação de tão graves conseqüências, figura a ausência de uma efetiva integração entre a elite política e os setores produtivos fluminenses.

Entretanto, é importante ressaltar que essa falta de consonância não resultou de contradições mais profundas, ou seja, do choque entre projetos econômicos antagônicos. A necessidade de recuperar a economia fluminense, reconhecida e debatida desde a década de 1870, baseava-se num pressuposto comumente aceito: a defesa da vocação agrícola do estado. Se é verdadeiro que esse ponto constituía um elemento comum a todos - classe de proprietários de terras e elite política -, é importante ter em mente que ele não resolvia todos os problemas e não era suficiente para a criação de um consenso.

Com o agravamento da crise da cafeicultura fluminense após 1896, as finanças públicas entraram praticamente em colapso, inviabilizando a administração do estado. Nesse momento tornou-se fundamental e premente intervir para equacionar os problemas que se apresentavam. Há longos anos produziam-se debates acerca da chamada "decadência fluminense", tanto no Legislativo provincial quanto em comissões formadas pelo Executivo estadual. Esses debates resultaram em diferentes diagnósticos e prognósticos, mas na prática muito pouco foi concretizado. No final dos anos 1890 tornou-se impossível adiar a implementação de medidas, e foi necessário colocar em prática um programa que viabilizasse minimamente a administração e saneasse as finanças públicas.

Foi neste quadro que ganharam expressão as divergências e dificuldades encontradas para solucionar a crise. Se a opção pela agricultura e o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento da base produtiva do estado eram consensuais, o mesmo não acontecia em relação a como, quando e em que medida deveriam ser implementadas propostas reformistas. Procuraremos demarcar a seguir, dentro da elite política, o núcleo de políticos que, sobretudo no período de 1898 a 1906, lutou pela implementação de reformas na agricultura e procurou sanear a crise financeira.

Examinaremos por fim o conteúdo dessas propostas e as resistências que contra elas se levantaram.

Nossa idéia central é que este núcleo reformista não atuava em perfeita consonância com a elite política no seu todo nem com a classe dos proprietários de terras. Sem negar a posição hegemônica desses proprietários, em especial os cafeicultores, é nosso objetivo questionar as afirmações de que o governo estadual sempre se curvou às pressões da cafeicultura no sentido de apoiar seus interesses. Ao contrário, os projetos de reforma da agricultura e das finanças públicas, elaborados especialmente entre 1898 e 1906, mas que se prolongaram ao longo da Primeira República, não estavam estreitamente conectados com as demandas dos proprietários de terra em geral, e com os cafeicultores em particular, e por isso foram objeto de resistência no momento de sua implementação.

1. O núcleo reformista

O acompanhamento da atuação da elite política fluminense tanto no Executivo quanto no Legislativo federal ou estadual permitiu-nos perceber uma nítida diferenciação em seu interior. A fim de instrumentalizar nossa análise, selecionamos um conjunto de 35 atores que nas duas esferas de poder se pronunciaram e lutaram de forma clara por um corpo mínimo de idéias que embasavam projetos de reforma da economia. O critério utilizado para essa seleção pautou-se fundamentalmente no comprometimento explícito com idéias, não sendo obrigatória a existência de redes de articulação ou de alianças políticas como fator de ligação entre os elementos¹. Se em algumas ocasiões todos podiam estar unidos politicamente, em conjunturas posteriores poderiam ocorrer cisões políticas que colocavam antigos aliados em campos opostos.

Os atores políticos atuantes no Executivo estadual selecionados para nossa análise foram: Alberto Torres (pres. do estado, 1898-1900); Hermogêneo Pereira da Silva (sec. de Obras Públicas e Indústrias, 1898-1900); João Rodrigues Costa (sec. de Finanças, 1889-1903); Martinho Alvares da Silva Campos (sec. do Interior e Justiça, 1898-1900); Nilo Peçanha (dep. fed., 1891-1903 e pres. do estado, 1903-1906); Henrique Carneiro Leão Teixeira (dep. est., 1900, figura-chave no Legislativo e sec. geral do governo, 1904-1906); Manoel Alvares de Azevedo Sobrinho (diretor do Interior e Justiça, 1904-1906), e Mateus Brandão (diretor de Finanças, 1904-1906).

Em torno desse núcleo central que atuava no Executivo articulavam-se os deputados estaduais, federais e senadores Francisco Soares Gouveia (líder do gov. Alberto Torres no Legislativo estadual); Fidélis Alves; João Carlos Teixeira Brandão; Américo Werneck; João Martins Teixeira; Antonio Fialho; Oliveira Figueiredo; Rangel Pestana; Antonio Augusto Pereira Lima (líder da bancada fluminense na Câmara Federal); Mateus Brandão; Idelfonso Brant Bulhões de Carvalho; Eduardo Cotrim; Henrique Borges Monteiro; Oliveira Botelho; João Curvelo Cavalcanti; Elísio Araújo; Baltazar Bernardino; Luis Alves Leite de Oliveira Belo; Raul Fernandes; Pedro Cunha; Raimundo da Câmara Barreto Durão; Érico Coelho; José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho; Raul de Moraes Veiga; Sebastião Barroso; Antônio Augusto Pereira Lima; Manuel Martins Torres; Araújo Pinheiro; Fernando Ferraz.

O elo aglutinador desses atores era o reconhecimento da necessidade de transformações urgentes na economia, de maneira a garantir um desempenho adequado das atividades produtivas do estado e sustentar o funcionamento de sua máquina administrativa. As inúmeras ameaças que colocavam em risco até mesmo a autonomia do estado do Rio exigiam um rompimento com os padrões correntes de enfrentamento das já antigas dificuldades que marcavam a vida fluminense, e suscitavam a adoção de medidas duras para o combate à crise.

Na tentativa de equacionar esse desafio, esse grupo de atores lançou mão de um conjunto de idéias que na virada do século começavam a circular mais amplamente, difundidas pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)². Fundada em 1897, a SNA era uma entidade que articulava interesses de proprietários rurais empenhados em formular propostas reformistas para promover uma regeneração da agricultura através da diversificação da produção. O ponto de partida para atingir tal objetivo era a crença na ciência como instrumento de "modernização". Tencionava-se difundir noções de agronomia para melhorar o nível técnico, racionalizar os custos de produção através da mecanização e da redução de impostos e fretes, incentivar a criação de associações congêneres em nível local e regional como forma de articular os proprietários rurais, para citar apenas as iniciativas mais importantes.

Ao formular esse conjunto de idéias, a SNA voltava-se claramente para o fortalecimento de atividades que pudessem constituir-se em alternativas para regiões menos dinâmicas no espaço agrário brasileiro. Do ponto de vista político, essa orientação visava articular os interesses dos grandes proprietários

situados à margem do eixo dominante de poder, mais particularmente dos setores oligárquicos menos dinâmicos na correlação de forças estabelecida com o pacto político republicano.

Vários elementos do núcleo reformista por nós selecionado (anexo I) possuíam estreitas conexões com a SNA, como Oliveira Belo, Fidélis Alves, Abelardo Saturnino e especialmente Antonio Fialho, vice-presidente de Alberto Torres e presidente da SNA (1902-1908). Constatação semelhante é feita por Sônia Mendonça ao analisar a composição das diversas diretorias da SNA, onde havia uma nítida predominância de fluminenses, o que sugere a existência de pontos de contato e a possibilidade de circulação de idéias.

Identificado o corpo de idéias que os unia, resta saber quem eram esses homens dedicados à reforma da agricultura fluminense. Representariam algum setor econômico específico ou alguma região do estado? Ou eram apenas intelectuais sem nenhuma articulação com a esfera produtiva, comprometidos com um programa modernizador?

As dificuldades enfrentadas na coleta de dados para reconstituir as biografias individuais e a limitação das informações disponíveis exigem que a análise seja extremamente cuidadosa para que as perguntas acima possam ser respondidas.

Do universo demarcado de 35 indivíduos, podemos afirmar com segurança que todos sobre os quais obtivemos dados escolares tinham formação superior, havendo uma predominância de advogados sobre médicos e engenheiros. Este fato por si só criava uma base de entendimento e indicava um elevado nível de formação intelectual. Um segundo ponto relevante, mas que apresenta uma base informativa problemática, diz respeito a geração e datas de nascimento. A despeito dos dados incompletos, pode-se perceber que não há uma concentração geracional. Os atores nasceram entre 1840 e 1870, o que pode configurar a presença de mais de uma geração. De qualquer forma, um dado a ser retido é que um número significativo teve militância política desde o Império, especialmente nas hostes liberais. Esse dado é especialmente evidente para os atores que estavam em cena no governo de Alberto Torres e reforça a hipótese levantada por Barbosa Lima, e divulgada no editorial do jornal *Gazeta de Petrópolis* em 1899, de que Alberto Torres aliara-se aos liberais para afastar os conservadores liderados pelo Conselheiro Paulino e pelo republicano histórico José Tomás da Porciúncula³.

Um terceiro ponto relevante para a análise está ligado às bases econômicas dos atores em questão. A obtenção de informações sobre esse

item foi ainda mais problemática, mas ainda assim pode-se dizer que existiam relacionamentos familiares desses elementos com tradicionais proprietários rurais fluminenses. Eles próprios não eram em sua maioria proprietários rurais, e mesmo quando possuíam terras, sua atividade principal era a de profissionais liberais. O fato de não estarem eles próprios à frente da administração de um estabelecimento rural lhes dava uma margem suficiente de distância para, mesmo estando ligados aos interesses da classe dominante, poderem propor programas que contrariavam esses mesmos interesses a curto prazo.

Uma outra indagação a ser respondida é a base regional desses elementos. Embora haja uma certa dispersão na origem regional, é visível a insignificância numérica de representantes do norte do estado, mesmo considerando Campos. A concentração maior se dá em torno de Petrópolis, de Niterói e dos tradicionais municípios cafeeiros do Vale do Paraíba, como Valença, Vassouras, Barra Mansa, Resende e Piraí, o que indica que as antigas áreas cafeeiras ainda mantinham uma expressiva representação. Em contraste, a representação de Campos se resumia a Nilo Peçanha e Abelardo Saturnino, aparentemente pouco identificados com os interesses locais.

Uma avaliação mais global do perfil do núcleo reformista fluminense nos permite pensar que se tratava de elementos com alto nível de formação intelectual, que ocuparam inúmeros cargos não só na administração fluminense mas também na administração federal. Residiam ou passavam boa parte do ano na cidade do Rio de Janeiro e tinham uma mentalidade cosmopolita na maneira de encarar os problemas. Muitos tinham experiência política anterior. Alguns nomes de destaque, como Martins Torres, Rangel Pestana, Antônio Augusto Pereira Lima e Luis Alves Oliveira Belo, tinham uma tradição de longa militância no quadro do Partido Liberal durante o Império.

2. Os projetos de reforma

Estabelecida a linha geral de análise, cumpre agora examinar o conteúdo das políticas reformistas apresentadas através das mensagens presidenciais e dos debates da ALERJ. Nosso objetivo será demonstrar que o núcleo reformista fluminense tinha como meta desenvolver uma agricultura intensiva racional e científica. O cerne dessa política estava concentrado em dois pontos: a criação do imposto territorial e o desenvolvimento da diversificação da agricultura.

Nossas hipóteses de trabalho para a análise e a interpretação destas iniciativas são as seguintes:

1) a mudança da base tributária do estado, através da introdução do imposto territorial, visava não só garantir nova fonte de recursos para a administração, mas também promover uma modificação do sistema fundiário, o que suscitou forte resistência por parte dos proprietários rurais;

2) o desenvolvimento da diversificação da agricultura pretendia implantar uma nova base produtiva voltada para o mercado interno como uma alternativa definitiva e permanente, e não como uma linha provisória e auxiliar da cafeicultura até que esta superasse suas dificuldades⁴. O desdobramento natural deste argumento é que o café, embora continuasse a ser um produto importante, deixava de ser tratado como a opção preferencial das políticas econômicas implementadas.

É importante ressaltar que o objeto de nossa análise são as intenções e propostas do núcleo reformista, e não os resultados das medidas adotadas. É possível tornar mais clara a orientação de nosso trabalho recorrendo às palavras de Sidney Mintz:

Ao tratar das intenções dos atores num sistema social, atores que empregam uma variante cultural ao invés de outra em vários momentos de suas vidas, parece necessário enfatizar que a relação entre intenção, ato e consequência não é sempre a mesma. Pessoas diferentemente situadas numa sociedade podem fazer a mesma coisa, pensar em significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo, e acarretar consequências diferentes ao praticarem atos similares.⁵

Poderíamos acrescentar ainda que pessoas igualmente situadas numa sociedade podem fazer coisas diferentes e pensar em significados muito diferentes para aquilo que estão fazendo. Com isso, estamos afirmando a existência de uma defasagem entre as propostas e intenções do núcleo reformista fluminense e os resultados alcançados, seja por conta das próprias incoerências e limitações internas dos programas, seja por conta das resistências provenientes dos proprietários rurais.

O procedimento adotado para examinar os dois pontos-chave das propostas reformistas foi o acompanhamento das iniciativas e dos debates que ambos suscitaram ao longo dos diferentes governos fluminenses, com ênfase especial no período 1888-1906. É importante esclarecer que esses temas receberam tratamento diferenciado e desigual ao longo do tempo. Se durante o período de 1898 a 1903 o imposto territorial foi o tema que suscitou maiores discussões e iniciativas, a partir de 1904 o carro-chefe das reformas passou a ser a diversificação da agricultura, embora a questão do imposto

continuasse a ser alvo de atenção. Essa alteração de ênfase deveu-se em parte a um abrandamento das medidas propostas, visando a neutralizar as resistências enfrentadas.

A mudança da base tributária: o imposto territorial

As iniciativas do Executivo fluminense para a introdução do imposto territorial tiveram início no governo Alberto Torres (1898-1900), e estavam integradas em um programa mais amplo. Alberto Torres e seus auxiliares formularam um plano de reformas inovador e de caráter estrutural. Partindo do diagnóstico de que a raiz da crise fluminense localizava-se na grande propriedade e na escassez de mão-de-obra, propunham a difusão da pequena propriedade, a valorização do trabalhador nacional e a diversificação da agricultura⁶.

A implementação deste programa estava ligada a reformas de caráter financeiro e econômico, nas quais o imposto territorial assumia um papel-chave. Na esfera financeira, a estratégia era conter os gastos públicos e ampliar a receita através de uma profunda alteração da base tributária do estado, com a substituição gradativa do imposto de exportação pelo imposto territorial⁷. Na esfera econômica, o imposto territorial visava a alterar o regime de propriedade da terra, o que por sua vez seria um elemento de incentivo para atrair trabalhadores.

No entender de Alberto Torres, a mobilização da propriedade rural e o parcelamento da terra seriam alcançados não através de medidas que visassem diretamente a esses objetivos, mas através da instituição do imposto territorial e de alterações do imposto de transmissão da propriedade rural. Ao fazer recair sobre as propriedades o peso do imposto territorial, o governo fluminense acreditava estar induzindo o proprietário a tornar sua propriedade produtiva e portanto capaz de pagar o imposto, ou a aliená-la, total ou parcialmente.

A proposta do governo estabelecia que o imposto territorial incidiria sobre o valor do solo das propriedades e seria cobrado, enquanto não se criasse um cadastro de terras, "em percentagem sobre o valor das terras indicado nas últimas médias, das últimas vendas efetuadas na localidade onde estivessem situadas"⁸. No primeiro ano seria cobrado 0,5% sobre o valor das terras, "aumentado anualmente até atingir a renda produzida pelos impostos de exportação sobre o café e o açúcar". Propunha-se também que as terras de domínio federal, estadual e municipal, as áreas urbanas e os terrenos pantanosos ficassem isentos do imposto. Finalmente, determinava-se

a redução imediata do imposto de exportação sobre o café e o açúcar, de 11% para 10% e de 3% para 2%, respectivamente⁹. Esta proposta foi aprovada pela ALERJ, transformando-se na Lei 395.

A mobilização da propriedade seria estimulada através da redução ou mesmo supressão do imposto sobre a venda dos imóveis rurais. Assim foi promulgada a Lei 396, que reduzia de 6% para 1% sobre o valor dos imóveis rurais a taxa do imposto de transmissão de propriedades *intervivos* e elevava de 1% para 2% a taxa do imposto de transmissão de propriedade *causa mortis* aos herdeiros necessários. A redução do imposto *intervivos* visava a agilizar as operações de compra e venda de terras, estimulando desse modo a movimentação das propriedades rurais. A elevação do imposto *causa mortis* seria, a nosso ver, uma forma encontrada pelo governo para compensar o decréscimo inicial na arrecadação do imposto *intervivos*. Com a redução deste imposto, o secretário de Finanças, Rodrigues Costa, pretendia imprimir uma tal rotação na propriedade rural do estado que o imóvel passaria cinco, seis ou mais vezes de mão em mão¹⁰.

Ainda no que diz respeito à questão fundiária, o governo aprovou a Lei 410, que previa a "venda de terras devolutas e fazendas adquiridas pelo governo estadual em lotes ou em glebas(...) a quem se obrigar a cultivá-las", e a compra,

com os recursos assim obtidos (...) de terras que à fertilidade reúnam condições de salubridade de clima e facilidade de comunicação com os mercados consumidores de gêneros de lavoura, a fim de parcelá-las e vendê-las a imigrantes ou a quem quiser dedicar-se à lavoura.¹¹

Igualmente, o Decreto 522 tinha a intenção de expandir a pequena propriedade. Autorizava a concessão de lotes dos núcleos coloniais do estado a funcionários públicos, empregados ou operários de estabelecimentos industriais ou comerciais, e também aos operários dos arsenais do Distrito Federal que, por motivo de economia, foram dispensados de seus empregos¹².

No que diz respeito à mão-de-obra, a posição do governo era de que a instabilidade da oferta de trabalhadores não deveria ser resolvida através da imigração oficial. A chegada maciça e sem uma seleção prévia de imigrantes contribuiria para a não fixação desses trabalhadores no campo. O estado deveria limitar seu auxílio ao pagamento de passagens para colonos, solicitado pelos lavradores, o que evidenciava não só a opção do governo pelo

trabalhador nacional como seu intuito de reservar-se um papel acessório no processo de imigração, restrito ao apoio das iniciativas dos proprietários privados. É importante ressaltar igualmente que a imigração como fonte de mão-de-obra referia-se não apenas aos trabalhadores estrangeiros, mas também a elementos nacionais que, enfrentando nas cidades grandes dificuldades ocasionadas pela crise de 1898, poderiam transferir-se para o campo¹³.

Esse conjunto de propostas apresentado pelo governo Alberto Torres foi pensado e parcialmente implementado por um conjunto de atores que integravam um núcleo reformista. Um primeiro momento de constituição desse núcleo foi a escolha dos secretários de estado independentemente da indicação do Partido Republicano Fluminense, segundo o critério de competência técnica e administrativa. Foram escolhidos Martinho Alvares da Silva (secretário do Interior e Justiça, de Campos), Hermogêneo Pereira da Silva (secretário de Obras Públicas e Indústrias) e João Rodrigues Costa (secretário de Finanças).

Ao lado do Executivo reunia-se um conjunto de deputados que dava sustentação política ao governo, atuando seja no Legislativo estadual, apresentando projetos de lei e articulando sua aprovação, seja na esfera federal, promovendo negociações no Congresso ou com a Presidência da República. No primeiro caso pode ser citado Soares Gouveia, de Petrópolis, que apresentou o projeto que introduzia o imposto territorial no estado¹⁴.

As discussões sobre o projeto do imposto territorial dominaram amplamente os trabalhos da ALERJ em 1898, contando com o apoio de Fidélis Alves, João Carlos Teixeira Brandão, Américo Werneck, Baltazar Bernardino, Barreto Durão, Pedro Cunha e Sebastião Barroso. Na esfera federal Nilo Peçanha colocava-se como figura-chave, atuando como articulador junto ao Executivo, auxiliado por Rangel Pestana.

A despeito da gravidade da crise financeira e dos esforços do governo, algumas medidas reformistas apresentadas, e até aprovadas, não foram postas em prática. A Lei 395, de dezembro de 1898, que instituía o imposto territorial, virou letra morta, as medidas voltadas para o controle dos gastos públicos não tiveram maior eficácia e, em relação à diversificação agrícola, nenhuma medida concreta chegou a ser executada¹⁵.

Porém, o fracasso desse conjunto de propostas não dobrou as pretensões do núcleo reformista fluminense. O fim do governo de Alberto Torres e seu afastamento da vida pública tirou de cena um importante aliado,

mas não impediu a retomada dos debates ao se iniciar o governo de Quintino Bocaiúva em 1901, nem levou à desarticulação dos elementos afinados com aquelas idéias.

Ainda que Quintino Bocaiúva divergisse em muitos aspectos do programa anterior, alguns pontos básicos levantados por Alberto Torres tiveram continuidade. No entanto, a iniciativa da elaboração e implementação de medidas reformistas deslocou-se para o Legislativo. Diferentemente de Alberto Torres, Quintino fazia sérias restrições à instituição do imposto territorial, tinha preferência pelo imigrante estrangeiro em detrimento do trabalhador nacional, e atribuía importância apenas relativa à diversificação agrícola, defendendo sua expansão, mas em consonância com a cafeicultura, ou seja, como uma atividade alternativa temporária e secundária¹⁶. As propostas relativas ao controle dos gastos públicos eram ainda mais limitadas, não se delineando iniciativas consistentes para promover um saneamento financeiro.

Ainda que não encontrassem base de apoio no presidente do estado, os pontos básicos das propostas anteriores tinham respaldo em elementos do Legislativo e mesmo do Executivo. João Rodrigues Costa continuava como titular da Secretaria de Finanças e era um forte defensor da cobrança do imposto territorial. No Legislativo destacavam-se os deputados Fernando Ferraz, Soares Gouveia, Araújo Pinheiro, Mateus Brandão, Oliveira Botelho, Bulhões de Carvalho, Hermogêneo Silva (agora presidente da ALERJ) e especialmente o estreante Henrique Carneiro Leão Teixeira, que com suas posições sintetizava a resposta dos reformistas para a crise econômica e financeira¹⁷. Esse grupo de deputados, embora fosse numericamente pouco expressivo, era o responsável pelos principais debates da ALERJ. Os pontos principais colocados em pauta foram mais uma vez o imposto territorial e a diversificação agrícola.

As discussões sobre a cobrança do imposto territorial foram levantadas através de dois projetos. Em 1901, o deputado Fernando Ferraz apresentou um projeto que defendia a extinção quase imediata do imposto de exportação e a introdução do imposto territorial sobre a totalidade das propriedades rurais do estado. O imposto seria pago à razão de 400\$ por 48000 m², quanto à área, e à razão de 1% quanto ao valor venal da propriedade¹⁸. Confrontando esse projeto com a Lei 395, pode-se perceber que suas pretensões eram mais amplas. Enquanto a lei previa a extinção progressiva do imposto de exportação, Ferraz preconizava o fim desse imposto em apenas seis meses. A lei isentava os terrenos de domínio público e os de propriedade da União,

do governo estadual, dos municípios e das instituições de caridade do pagamento do imposto territorial, mas pelo novo projeto nenhuma propriedade rural ficaria isenta. Além disso, o percentual relativo ao valor venal da propriedade era de 1%, contra 1/6% da Lei 395. O projeto Ferraz foi vetado na ALERJ¹⁹.

O segundo projeto apresentado foi o de Leão Teixeira. Ainda que propusesse a anulação da Lei 395, não apresentava propostas substancialmente diferentes. Reiterando uma posição praticamente comum a todas as propostas de implantação do imposto territorial, este projeto previa a cobrança do imposto com base na área, à razão de 500 réis por 48000 m², e à razão de 1/4% quanto ao valor venal do imóvel. No mais, era bastante semelhante à lei anterior, garantindo as mesmas isenções e prevendo a extinção gradual do imposto de exportação. A novidade do projeto era a previsão de multas para quem se recusasse a fornecer informações para o cálculo do imposto e a especificação de que o montante a ser pago seria retido sempre que se verificassem alterações no valor venal dos imóveis ou seu parcelamento. Finalmente, Leão Teixeira propunha que a taxa de exportação sobre o café caísse para 9% logo que fosse iniciada a cobrança do imposto territorial.

Associado à discussão do imposto territorial, Leão Teixeira apresentou também um projeto visando a instituição da cédula residencial, que tinha por objetivo estabelecer uma taxa sobre a população urbana de maneira a distribuir o ônus da tributação não apenas pelo conjunto dos proprietários rurais²⁰.

O projeto de Leão Teixeira referente ao imposto territorial não sofreu maiores percalços. Depois de receber algumas emendas, entre as quais a de Soares Gouveia, que amenizava ainda mais seu conteúdo, foi aprovado e transformado na Lei 507, de 1901. Mas ainda uma vez a legislação não entrou em vigor, e em 1902 foi aprovada a Lei 557, pela qual o imposto incidia unicamente sobre o valor venal dos imóveis rurais e era reduzido para 3/10 de 70% desse valor. Além disso, a nova lei adiava a redução do imposto de exportação sobre o café para seis meses depois de iniciada a arrecadação do imposto territorial e determinava que o montante dessa redução teria relação direta com esse último imposto²¹.

Um balanço do encaminhamento das propostas reformistas no estado indica que essas idéias tiveram continuidade, embora as posições de Quintino Bocaiúva não estivessem plenamente afinadas com as idéias mestras que começaram a ser desenhadas mais claramente durante a gestão de Alberto Torres. A figura dissonante de Quintino não inibiu a evolução e o

amadurecimento das propostas levantadas pelo núcleo reformista referentes à questão do imposto territorial. Mas também é verdade que os deputados estaduais reformistas não enfrentaram explicitamente a questão da diversificação agrícola, e que a aprovação da Lei 557 não significou sua aplicação.

Com a eleição de Nilo Peçanha e sua posse em 1903, as iniciativas reformistas ganharam novo impulso. Os pontos centrais da nova investida guardavam estreita conexão com as medidas propostas durante o governo de Alberto Torres. O saneamento financeiro deveria ser alcançado com recursos próprios, sem se recorrer a empréstimos estrangeiros, visando-se a reduzir as despesas e ampliar a receita. Para atingir tais objetivos procedeu-se a uma reforma administrativa, reduziram-se os gastos públicos e foi retomada a tese da mudança da base tributária do estado através da cobrança do imposto territorial em substituição ao imposto de exportação do café. Novamente a implementação do imposto territorial deveria cumprir um papel duplo: auxiliar na resolução dos problemas financeiros de maneira a ampliar a receita, e estimular o desenvolvimento da agricultura nas grandes propriedades improdutivas através de seu esfacelamento em pequenas unidades produtivas. Nesse quadro, mais uma vez o imposto territorial ocupou um espaço importante, e concentraram-se esforços para implementá-lo. Para viabilizar sua cobrança, Nilo Peçanha baixou um decreto alterando o projeto de 1901 de Leão Teixeira. A mudança consistia em determinar que o imposto incidiria unicamente sobre o valor venal das terras e benfeitorias e seria devido anualmente na porcentagem de 0,3 % sobre 70% do valor venal²². Essa iniciativa, ainda que tenha dado partida à efetiva cobrança do imposto, teve resultados bastante limitados tanto do ponto de vista dos recursos gerados quanto da intenção de provocar uma fragmentação da propriedade.

Durante a presidência de Oliveira Botelho (1910-1914), mais uma vez a cobrança do imposto territorial voltou à cena, o que indicava as graves limitações enfrentadas em sua arrecadação. O exame da renda por ele gerada, em comparação com o imposto de exportação e com a receita total, revela claramente o baixo recolhimento deste tributo²³. Na tentativa de contornar esses problemas, foi proposta a criação de um serviço de fiscalização da cobrança do imposto territorial, e em 1913 Botelho promoveu um aumento do imposto, que passou de 0,3% para 0,4% sobre 70% do valor do imóvel²⁴.

Essas iniciativas não atingiram os objetivos desejados em virtude da precariedade dos instrumentos de arrecadação e das resistências dos

proprietários rurais. Para enfrentar esse desafio, mais uma vez, em 1920, o governo Raul Veiga apresentou uma nova lei de regulamentação do imposto territorial que estabelecia novos índices de cobrança: o imposto seria calculado proporcionalmente ao valor venal da propriedade à razão de 0,5% sobre 80% deste valor, não excedendo a área de 500 ha; acrescentava-se ainda que as propriedades de maior extensão ficavam sujeitas a mais 0,1% quando não cultivadas²⁵.

Uma avaliação dessas diversas tentativas demonstra as imensas dificuldades encontradas para se alterar a base tributária do estado. De fato, chegou-se ao fim da Primeira República sem que a cobrança do imposto territorial se tivesse tornado uma realidade significativa no orçamento fluminense ou provocado qualquer alteração na estrutura fundiária do estado.

Diversificação da agricultura: e o café não era mais a opção preferencial

O segundo ponto central dos programas de reforma da agricultura fluminense foi a diversificação da agricultura, encarada como uma alternativa permanente e preferencial, em contraposição a uma outra orientação que, mesmo não discordando da diversificação, a via como uma opção provisória e complementar à cafeicultura.

Embora a diversificação agrícola fosse objeto de discussão desde os anos 1880 e tivesse voltado à cena no governo Alberto Torres, não foi alvo então de medidas concretas. Os pronunciamentos de Alberto Torres diagnosticando o fim da cafeicultura e defendendo a criação de uma nova base produtiva, bem como as iniciativas de seu secretário de Obras Públicas e Indústrias, Hermogêneo Silva, em prol da diversificação, não foram suficientes para concretizar medidas nesse sentido²⁶. Na prática, o que a maioria dos proprietários desejava - e Quintino Bocaiúva era um porta-voz dessa posição - era que a lavoura cafeeira não fosse colocada em segundo plano, mas que incorporasse métodos científicos de cultivo.

O governo de Quintino Bocaiúva não deu portanto maior impulso à diversificação, voltando-se fundamentalmente para a elaboração de um Plano de Valorização do Café consistindo na formação de uma associação de produtores que centralizaria a distribuição e a venda desse produto. Essa medida teria por base a emissão de warrants sobre o café armazenado. Com base neste plano, o Executivo fluminense apresentou à ALERJ um projeto de lei, segundo o qual o governo do estado era autorizado a celebrar ajustes e

convenções com a União e outros estados, visando à valorização do café. Essa iniciativa, mesmo não tendo ido adiante por falta de respaldo em nível nacional, indica o interesse de Quintino e de setores produtivos do estado em sustentar prioritariamente a cafeicultura²⁷.

Foi com a eleição e o início da gestão de Nilo Peçanha (1904-1906) que a tese da diversificação ganhou novo alento, tornando-se o carro-chefe do plano de governo. Recuperando as idéias mestras já em pauta e rearticulando um grupo de políticos que já vinha atuando em defesa dessas propostas (embora se encontrasse isolado e não contasse com o apoio de uma liderança expressiva desde o afastamento de Alberto Torres), Nilo Peçanha deu partida ao programa de reformas.

O programa de diversificação agrícola levado a efeito consistia em fomentar novas culturas de maneira a atender às necessidades internas do estado, que há tempos vinha sendo obrigado a importar gêneros de primeira necessidade. A longo prazo, visava-se substituir a atividade monocultora baseada no café. O objetivo fundamental era transformar o estado do Rio no pomar, horta e celeiro do Distrito Federal²⁸.

Para estimular a diversificação, um dos primeiros atos do governo foi colocar em prática uma política tarifária que por um lado propunha fretes mínimos para os produtos exportados e instrumentos agrícolas, e por outro lado estipulava fretes máximos para os produtos importados. Paralelamente, promoveu-se uma diminuição dos impostos de exportação e uma tributação dos produtos importados²⁹.

Além dessas medidas de caráter tributário, o governo Nilo Peçanha adotou outros instrumentos de estímulo, como a distribuição regular e permanente de sementes e mudas e a criação de estações experimentais e centros agrônômicos. Criou estabelecimentos de ensino agrícola, utilizou instrutores itinerantes para auxiliar na divulgação de técnicas de cultivo agrícola e concedeu prêmios a agricultores que apresentassem bom desempenho³⁰. As principais culturas estimuladas eram arroz, milho, algodão e frutas. A pecuária, que em alguns momentos foi apresentada como atividade a ser incentivada, foi alvo de insignificantes medidas concretas.

A sustentação dessa política continuou a ser feita por aquele núcleo de políticos que se constituiu a partir do governo Alberto Torres e gradativamente incorporou novos elementos. Ao lado dos antigos nomes da confiança de Alberto Torres, como Fidélis Alves de Souza, Antônio Pereira Lima, Carlos Augusto Oliveira Figueiredo, Antônio Fialho, Abelardo Satur-

nino Teixeira, Américo Peixoto e até mesmo Hermogêneo Silva, despontavam novos deputados tais como Leão Teixeira, Oliveira Botelho, Henrique Borges, Manoel Alvares A. Sobrinho, Raul Fernandes e Elisio Araujo³¹.

Mesmo tendo rompido com Nilo Peçanha em virtude da disputa pelo controle do estado em 1903, Hermogêneo Silva ainda apoiava o programa econômico do governo. Em carta a Nilo em 1901, além de fazer comentários específicos sobre o desenvolvimento de novas culturas, declarava: "Pode ficar certo de que encontrará sempre em mim um auxiliar sincero e leal para a execução de quaisquer medidas que visem à reabilitação financeira e econômica do nosso estado"³².

A par das medidas em favor da diversificação agrícola, a política em relação à cafeicultura também é um indicador importante para demonstrar que não se procurava apenas incentivar uma atividade complementar e secundária à lavoura de exportação. As medidas voltadas para o café estavam longe de expressar um comprometimento maior por parte do núcleo reformista com aquele produto. Se é verdade que o programa de governo de Nilo Peçanha apresentava a revitalização da produção já existente como um item importante, e que medidas foram tomadas para dar algum tipo de proteção ao café, tais como a diminuição da taxa de exportação (de 11% para 8%) e dos fretes (esta última medida não estava voltada exclusivamente para o café, mas para o conjunto da produção agrícola)³³, essas medidas concentravam-se na esfera da circulação e da comercialização. De fato, nada foi feito para enfrentar os problemas na esfera produtiva - ou seja, melhorar a qualidade do produto e diminuir os custos de produção.

Um outro argumento a ser considerado é que as iniciativas governamentais, ainda que não tivessem no café sua opção preferencial, refletiam a necessidade de sustentar ao menos temporariamente essa cultura, uma vez que a receita do estado estava fundamentalmente condicionada a seu desempenho. Enquanto a base tributária não fosse alterada e a diversificação não deslanchasse, o café ainda ocuparia um lugar importante na economia fluminense, e como tal não podia ser abandonado. Contudo, ele não foi alvo de uma ofensiva por parte do governo. Enquanto no Legislativo estadual os deputados travavam intensos debates e apresentavam propostas concretas de intervenção no setor, o governo limitava-se a rechaçar as denúncias de negligência frente ao problema cafeeiro, sem no entanto apresentar alternativas³⁴. Ainda que não fosse claramente explicitado que o café não era mais a opção preferencial, a articulação entre a mudança da base

tributária e a diversificação da agricultura continha em si a intenção de superação daquela cultura.

Esse comportamento do núcleo reformista pode ser entendido não só pela falta de perspectiva com que encarava o futuro do café, mas também por sua resistência a políticas intervencionistas em favor desse produto. As propostas de intervenção no setor cafeeiro em discussão no período traziam na base a idéia de participação do Estado no mercado cafeeiro "como elemento garantidor de recursos financeiros", isto é, como avalista na obtenção de empréstimos externos. A orientação financeira ortodoxa do núcleo reformista via com restrições esse tipo de proposta.

No entanto, pode-se perguntar: se havia tantas restrições por parte do núcleo reformista em geral, e de Nilo Peçanha em particular, em promover medidas mais efetivas que implicassem uma maior intervenção do Estado na defesa da cafeicultura, o que teria levado à participação do governo fluminense no Convênio de Taubaté? O acompanhamento das negociações para este acordo mostra que a posição fluminense foi ambígua e contraditória. A despeito da pressão interna dos setores cafeeiros fluminenses e do estado de São Paulo para que se organizasse uma ação conjunta que exigisse do governo federal medidas concretas para proteger o café, um maior comprometimento de Nilo Peçanha só ocorreu por ocasião de sua indicação para o cargo de vice-presidente na chapa de Afonso Pena na sucessão presidencial de 1906³⁵.

Durante o governo Rodrigues Alves, as investidas dos setores cafeeiros a fim de garantir o apoio federal foram constantes mas não obtiveram maior ressonância. No entanto, com a abertura do processo sucessório, aqueles setores conseguiram obter um comprometimento da nova chapa em troca de algumas alterações no plano de defesa do café, que acabou sendo assinado pelos três presidentes de estado, Jorge Tibiriçá (SP), Francisco Sales (MG) e Nilo Peçanha (RJ), em 26 de fevereiro de 1906³⁶.

Mesmo comprometendo-se formalmente com a política de valorização do café, Nilo Peçanha continuaria criando dificuldades para seu efetivo funcionamento. Segundo Wolloway, as posições de Nilo em torno da criação e do funcionamento da caixa de conversão tinham como objetivo inviabilizar a aprovação do Convênio no Congresso. Ao defender a inclusão da taxa de câmbio, que deveria vigorar na caixa de conversão prevista no Convênio, em patamar mais baixo do que o vigente, Nilo contava reacender fortes resistências ao programa³⁷.

Essa interpretação do comportamento do líder fluminense pode ser reforçada pelas próprias declarações públicas de Nilo Peçanha, em Taubaté, acerca da impropriedade da obtenção de empréstimos para a valorização antes de ser alcançada a estabilidade da taxa de câmbio. Igualmente, declarações de Nilo publicadas no *Correio da Manhã*, de que as vantagens que o estado do Rio tiraria da valorização não justificavam os riscos de se levantar grandes empréstimos externos, só reafirmam aquele ponto de vista³⁸.

No plano estadual, o depoimento do deputado Alexandre Moura também caminha nessa direção:

Introduzindo no Convênio de Taubaté a cláusula que devia prender a medida valorizadora com a fixação cambial, Nilo obteve que ele entrasse em execução imediata (...) e independente da sanção dos outros poderes iguais do Estado e dos poderes superiores da República.³⁹

Essa estratégia foi em grande parte bem-sucedida, pois provocou um retardamento da aprovação do Convênio no Congresso. Isto só ocorreu em maio de 1906, e assim mesmo parcialmente, com a exclusão dos itens relativos à estabilidade cambial. Esta última questão só seria aprovada em dezembro de 1906, quando Nilo Peçanha já estava fora do governo fluminense e empossado na Vice-Presidência da República. O comportamento de Nilo diante de inúmeras outras questões menores no encaminhamento do Convênio em nível estadual caracterizou-se pela mesma perspectiva - inviabilizar e adiar ao máximo sua implementação⁴⁰.

A maneira como se deu o engajamento do estado do Rio no Convênio de Taubaté mostrou com bastante clareza como o núcleo reformista fluminense, do qual Nilo Peçanha era a principal liderança, encarava a atividade cafeeira. De fato, seu comprometimento foi em grande parte resultado de pressões dos cafeicultores fluminenses, que num primeiro momento acreditaram que essa política seria lucrativa, e dos cafeicultores de São Paulo. Para o governo fluminense, o café estava longe de representar uma opção preferencial. Nas palavras de Oliveira Botelho, o café era um ditador que limitava o espírito empresarial e impedia o desenvolvimento das fazendas mistas⁴¹.

A despeito das divergências e cisões políticas que ocorreram a partir do afastamento de Nilo do governo fluminense em 1906, o discurso diversificador, com altos e baixos, foi levado adiante. Ainda que possa ser percebida uma atenuação ou modificação de ênfase nas medidas de

diversificação ao longo dos anos 1910, e até o começo da década de 1920, as políticas oficiais levadas a efeito sustentaram a policultura como opção preferencial. O governo de Oliveira Botelho (1911-1913), mesmo apresentando dificuldades na manutenção de sua aliança com Nilo Peçanha, manteve como ponto central de sua política econômica a diversificação, através do desenvolvimento da pecuária. O café, ainda que naquele momento passasse por uma melhoria conjuntural de preços, não foi objeto de nenhuma iniciativa concreta por parte do governo⁴². Igualmente, o segundo governo de Nilo Peçanha (1914-1919) promoveu uma nova investida em direção à diversificação da agricultura, reeditando várias de suas antigas iniciativas de incentivo à produção de alimentos. Nos anos 1920, ainda que a bandeira da diversificação fosse perdendo espaço diante da recuperação da cafeicultura, localizada no norte do estado, Nilo Peçanha e Raul Fernandes continuaram a sustentar essa proposta.

No programa de campanha da Reação Republicana, Nilo Peçanha reeditou inúmeros pontos defendidos em seu primeiro governo fluminense. Um dos temas centrais era a defesa da agricultura, que deveria caminhar fundamentalmente para a diversificação, de maneira a garantir a auto-suficiência na produção de alimentos. Os meios de atingir esses objetivos seriam a redução dos fretes, a tributação dos produtos estrangeiros similares ao da produção nacional, e a diminuição progressiva dos impostos sobre a produção nacional em troca da implantação do imposto territorial. No tocante à agricultura de exportação, embora reconhecesse que o café era a espinha dorsal da economia, Nilo chamava a atenção para a necessidade de amparar as demais culturas, como o cacau, a borracha e o açúcar. Na verdade, Nilo Peçanha sempre viu com restrições as políticas valorizadoras, pois no seu entender

não criaram no estrangeiro senão concorrentes ameaçadores, e nos mercados internos, com o câmbio que temos, a ilusão de preços que realmente menos têm aproveitado ao produtor que ao exportador, ao torrador, ao retalhista, ao consumidor.⁴³

Da mesma forma, Raul Fernandes, em sua plataforma eleitoral para disputar as eleições para o Executivo fluminense em 1922, reafirmava uma opção clara pelo mundo rural, colocando mais uma vez a diversificação da agricultura como a alternativa preferencial⁴⁴.

Pode-se portanto perceber que a atuação do grupo reformista fluminense, que tem em Nilo Peçanha sua liderança mais expressiva,

representou "mais que um conjunto de medidas empreendidas como paliativos conjunturais a momentos de agudização da crise em complexos agroexportadores regionais". De fato, essas iniciativas "expressavam o esboço de um projeto de crescimento econômico alternativo à monocultura tradicional, ainda que centrada nos limites da própria economia agrícola"⁴⁵.

O reconhecimento de que o café não foi encarado como o alvo prioritário nas propostas de reforma da agricultura fluminense, e que as iniciativas diversificadoras não constituíram apenas medidas complementares ao funcionamento da *plantation*, não significa dizer que os objetivos do núcleo reformista tenham sido alcançados. Ainda que não seja nosso propósito fazer uma avaliação da coerência interna dos programas implementados ou de seus resultados concretos como instrumentos de modernização da agricultura, pode-se perceber que inúmeras foram as limitações desses programas e que, de fato, a diversificação não conseguiu se tornar um substituto pleno do café.

A conclusão principal que emerge da argumentação apresentada é que os programas de reforma propostos pelo núcleo reformista fluminense, centrados na diversificação da agricultura e na criação do imposto territorial, não estavam em sintonia com as demandas dos cafeicultores e dos proprietários rurais em geral. Ainda que não tenham sido detectados projetos econômicos antagônicos, pode-se perceber com nitidez a elaboração de um projeto de reforma para a agricultura e as resistências levantadas contra ele. Esta falta de consonância funcionaria como um elemento que dificultaria a construção de um consenso político.

Notas

1. Howard Becker, em entrevista publicada na revista *Estudos Históricos*, n. 5, p.119-126, chama a atenção para a possibilidade de se identificar grupos (ou "escolas de pensamento") a partir de idéias e pensamentos comuns, ainda que os componentes desses grupos não tenham ligações diretas.

2. Todas as análises relativas à SNA foram extraídas do trabalho de Sônia Mendonça, *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*.

3. Ver LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. p. 155. *Gazeta de Petrópolis*, 30 mar. 1899. p.1. FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.15-16.

4. Ana Maria Santos, em seu trabalho *Agricultural reform and the idea of "decadence" in the state of Rio de Janeiro*, p.275, sustenta que o programa de diversificação foi concebido pela elite política como uma alternativa provisória e uma linha auxiliar às lavouras de exportação. Na sua perspectiva, as políticas oficiais estavam plenamente conectadas com a classe dos proprietários e por isso mesmo eram limitadas e alcançaram resultados exíguos. Sérgio Lamarão, em seu documento de trabalho *O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica*, p.23, também considera "que não existe divergência de fundo entre oposição e governo em relação à maneira de solucionar a crise econômico-financeira", o que leva ao raciocínio de que o governo, a oposição e os proprietários em geral partilhavam de pontos comuns para a solução da crise em 1898.

5. MINTZ, Sidney. Culture: an anthropological view. *The Yale Review*, Yale University Press, p.509, 1982.

6. LAMARÃO, Sérgio. O projeto econômico financeiro de Alberto Torres. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.103. LIMA SOBRINHO, Barbosa. op. cit., p.193-202.

7. Mensagem presidencial 1899. p.45.

8. LAMARÃO, Sérgio. *O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica*. p.20. documento de trabalho.

9. *Anais da ALERJ 1898*. p.81.

10. Idem.

11. Coleção de leis e decretos 1898. p.85.

12. Decreto de 22 fev. 1899, publicado em *O Fluminense* de 20 mar. 1900, p.1, cit. por Sérgio Lamarão, op. cit., p.20.

13. Mensagem presidencial 1898. p.14.

14. *Anais da ALERJ 1898*. p.81

15. LAMARÃO, Sérgio. op. cit., p.27.

16. Para Quintino o imposto territorial era um verdadeiro seqüestro da propriedade. Ver Mensagem presidencial 1903 em *Anais da ALERJ 1903*. p.10.

17. *Anais da ALERJ 1901*. p.230-232. Leão Teixeira era bisneto do Marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos artífices da unidade monárquica, e neto do Visconde de Cruzeiro.

18. *Anais da ALERJ 1901*. p.113, 117.

19. LAMARÃO, Sérgio. *O governo Quintino Bocaiúva e a escalada do nilismo*. p.2. documento de trabalho.

20. *Anais da ALERJ 1901*. p.18. Mensagem presidencial 1902 em *Anais da ALERJ 1902*. p.54. Coleção de leis e decretos 1902. p.76. LAMARÃO, Sérgio. op. cit., p.5, 6.

21. *Anais da ALERJ 1901*. p.600. Coleção de leis do Rio de Janeiro 1903. p.95-100.

22. *Anais da ALERJ 1904*. p.413, 415.

23. Mônica Kornis, no documento de trabalho *Os impasses para a consolidação do nilismo*, p.101, fornece os seguintes dados:

ANO	IMPOSTO TERRITORIAL	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO SOBRE O CAFÉ	RECEITA TOTAL
	(1)	(2)	(3)
1904	533:699\$778	2.959:696\$598	8.231:276\$637
1905	484:953\$764	2.231:301\$849	7.799:245\$293
1906	444:672\$223	2.498:873\$098	8.680:574\$762
1907	368:370\$696	2.308:497\$944	7.577:854\$470
1908	361:008\$225	1.757:120\$942	7.279:366\$686
1909	366:808\$181	1.932:175\$959	6.824:112\$795
1910	333:632\$540	2.094:721\$202	9.281:570\$780
1911	304:985\$611	2.561:994\$164	9.066:692\$385
1912	373:585\$416	3.354:966\$426	11.563:291\$588
1913	400:099\$301	2.505:900\$946	12.093:861\$321

(1) *Relatório do secretário-geral do estado do Rio ao presidente do estado Oliveira Botelho*. 1914. p.681.

Por disposição da Lei 1131 (26 nov.1912), houve um aumento da renda do imposto a partir de 1913: passou de 0,3% a 0,4% sobre o valor geral dos imóveis.

(2) 1903 a 1909 - *Relatório do secretário-geral do estado do Rio ao presidente do estado Oliveira Botelho*. 1911. p.759. 1910 a 1913 - idem. 1914. p.167.

(3) MENDONÇA, Sônia. op. cit., p.188.

24. *Relatório do secretário-geral do estado do Rio ao presidente do estado Oliveira Botelho*. 1914. p.681.

25. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A política econômica do governo de Raul Veiga*. documento de trabalho.

26. Alberto Torres declarou a esse respeito: "A diversificação da agricultura era a alternativa adequada para substituir a inexorável decadência da lavoura cafeeira". Citado por LAMARÃO, Sérgio. O projeto econômico financeiro de Alberto Torres. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.103.

Em janeiro de 1898, Hermogêneo Silva organizou um questionário para avaliar a crise da agricultura fluminense, e que foi enviado a todas as câmaras municipais do estado. O questionário foi organizado de modo a influenciar as respostas, no sentido de justificar a política de defesa da diversificação da agricultura. Ver *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Indústrias apresentado pelo dr. Hermogêneo Silva ao presidente do estado dr. Alberto Torres em 1898*.

27. Ver HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. p.48.

28. PANTOJA, Sílvia. O projeto político de Nilo Peçanha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.138. SANTOS, Ana Maria, MENDONÇA, Sônia. Intervenção

estatal e diversificação agrícola do estado do Rio de Janeiro (1888/1914). *Revista do Rio de Janeiro*, n.2, p.10-13.

29. *Anais da ALERJ 1904*. p.413-415.

30. Relatório do secretário geral do estado 1906. p.178.

31. O arquivo de Nilo Peçanha possui várias cartas que demonstram o apoio de chefes políticos ao programa de diversificação. Ver carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha em 28 abr. 1904 e carta de Oliveira Botelho a Nilo Peçanha em 27 nov. 1904.

32. Carta de Hermogêneo Silva a Nilo Peçanha em 4 nov. 1904 e 7 dez. 1904. Arquivo Nilo Peçanha.

33. PANTOJA, Sílvia. op. cit., p.138-142.

34. *Anais da ALERJ 1905*. p.358. 1906. p.33.

35. PANTOJA, Sílvia. *As tentativas de recuperação econômica do estado do Rio (1904-1906)*. p.34-41. documento de trabalho.

36. FRITSCH, Winston. Aspectos da política econômica no Brasil: 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *A economia brasileira: uma visão histórica*. p.269.

37. HOLLOWAY, Thomas. op. cit., p.63-64.

38. Idem. p.63.

39. *Anais da ALERJ 1906*. p.33.

40. PANTOJA, Sílvia. op. cit., p.34-35.

41. Citado em SANTOS, Ana Maria. *Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro*. p.194.

42. KORNIS, Mônica. op. cit.

43. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*. p.56-57.

44. Idem. p.80-83.

45. MENDONÇA, Sônia. op. cit., p.63.

4

A força da tradição

Constatadas as dificuldades na implementação das propostas reformistas, procuraremos agora recuperar as formas e os mecanismos de resistência de setores da elite política e da classe dos proprietários rurais. Examinaremos as causas dessas resistências ao programa de diversificação agrícola como uma alternativa definitiva, bem como à introdução do imposto territorial, direcionando nossa argumentação para a discussão de dois aspectos:

1) a cultura e a mentalidade¹ dos proprietários rurais fluminenses estavam estreitamente ligadas a uma tradição plantacionista cafeeira e açucareira, sendo a produção de alimentos para o mercado interno encarada como uma atividade menor e pouco lucrativa, que não conferia prestígio, e era apenas temporária e auxiliar à grande lavoura. Igualmente, a taxação da propriedade rural era vista como um atentado à propriedade privada e, conseqüentemente, como intolerável.

2) os condicionamentos da conjuntura nacional também desempenharam um papel importante na obstaculização do programa de reformas. O café, a despeito de todas as crises, era tratado como o principal produto do país e ao longo de toda a Primeira República foi alvo prioritário de atenção e proteção do governo federal. Esta circunstância estimulava o interesse e as ligações dos proprietários fluminenses com a cafeicultura, criando entraves para a adoção definitiva de outras alternativas.

Para trabalhar o primeiro aspecto proposto, a estratégia escolhida foi privilegiar a análise das complexas conexões entre o cultural e o político, enfatizando o papel das heranças e dos projetos nos mecanismos formadores das mentalidades e dos comportamentos das elites agrárias e políticas fluminenses².

A memória histórica nunca deixou de ser referência no jogo político, e a busca das raízes sempre foi um caminho para solucionar os problemas através dos tempos. Mais uma vez a noção de Idade de Ouro apresentada por Raoul Girardet é fundamental para o entendimento das resistências dos proprietários rurais fluminenses³. Tendo como referencial

um tempo passado marcado pela opulência, a elite agrária do estado do Rio tinha dificuldade em aceitar programas de reforma que mexessem com elementos básicos associados a esse imaginário.

Outro autor importante para esta análise é Arno Meyer, em *A força da tradição*. Ao analisar a Europa ocidental de 1848 a 1914, Meyer não só chama a atenção para as forças de resistência e inércia que refreavam as novas tendências econômicas da época, como trabalha com as noções de tradição e permanência nas elites agrárias europeias, sem associá-las à idéia de atraso. Ainda que preservando traços do antigo regime e sem abdicar de sua concepção de mundo, postura e relações aristocráticas, essas elites eram dotadas de grande capacidade de adaptação. Assim, para Arno Mayer, afirmar que as formas de atuação das elites se mantiveram clássicas e tradicionais não significa dizer que fossem arcaicas, sem vida, e impermeáveis à mudança⁴.

Podemos também considerar que os problemas e resistências das elites fluminenses não são específicos e singulares, mas, ao contrário, são comparáveis aos de suas congêneres europeias. Os impasses que se apresentaram para a realização do programa de reformas no estado do Rio não seriam assim fruto do atraso ou da aversão a todo tipo de mudança, mas estariam relacionadas com uma determinada maneira de conceber o mundo.

A concepção de mundo das elites fluminenses, como já foi visto, era fortemente influenciada pela visão de um "tempo de antes". Depois de ter sido durante quase meio século um dos principais sustentáculos do regime monárquico, graças à pujança da cafeicultura escravista e à prosperidade do setor açucareiro campista, a classe dos proprietários rurais fluminenses passou a enfrentar, a partir de fins do século passado, graves dificuldades econômicas e políticas. Tais dificuldades, na sua perspectiva, caracterizavam a situação de "decadência geral da Velha Província", que contrastava com um passado de opulência, fartura, grandeza e prodigalidade.

Esse "tempo de antes", a despeito da significativa diversidade regional e da complexidade social existente entre os proprietários rurais fluminenses⁵, era o tempo de uma economia cujos produtos básicos eram o açúcar e o café e na qual a propriedade da terra e a posse de escravos eram fatores fundamentais. Foi com base nesses componentes que, ao longo de todo o século XIX, constituiu-se uma poderosa aristocracia rural no Rio de Janeiro.

Partindo desse quadro, nosso objetivo é examinar as ligações dessa elite fluminense com a terra e seus produtos nobres, o café e o açúcar, símbolos de riqueza e poder, e mostrar como esses elementos passaram a fazer parte do imaginário dessas elites, associados a uma Idade de Ouro perdida que era preciso recuperar.

1. A propriedade: símbolo de prestígio

O papel-chave da propriedade territorial no universo cultural da sociedade brasileira é tão antigo quanto os primórdios da colonização portuguesa. Tornar-se proprietário rural e ingressar na aristocracia territorial brasileira era o símbolo máximo de prestígio e poder no Brasil desde o século XVI⁶. No caso fluminense essa situação não foi especialmente diferente, e desde a abertura das primeiras fazendas e engenhos o acesso à terra foi o primeiro passo para atingir posições de destaque social e político.

Sheila de Castro Faria, ao analisar a estrutura fundiária de Campos, fornece informações reveladoras a esse respeito⁷. Os senhores do açúcar do norte fluminense, a despeito de suas origens econômicas diversas, viveram na segunda metade do século XIX um processo de enriquecimento que deu lugar à constituição de uma "nobreza territorial". A ampliação dos capitais foi acompanhada do aumento das propriedades rurais e dos engenhos, o que por sua vez trouxe a possibilidade de enobrecimento com a obtenção de um título nobiliárquico. Esta foi a história do Barão de Abadia, do Barão de Santa Rita e de muitos outros. Esses ricos fazendeiros viviam luxuosamente em grandes casarões, ampliando e refinando seus padrões de consumo. A análise dos inventários dos grandes proprietários campistas revela a diversificação e sofisticação de seu estilo de vida. No universo cultural desses indivíduos, a propriedade fundiária era sem dúvida o indicador fundamental de riqueza e prestígio. Ser proprietário de áreas expressivas de terra significava poder deixar de ser um sitiante ou mesmo um comerciante abastado para adquirir uma nova posição, um novo *status* social.

Se os comerciantes pretendiam transformar-se em proprietários rurais assim que possível, abandonando suas antigas atividades, em contrapartida os produtores agrícolas de maior vulto desdenhavam o comércio como lugar de investimento de capital. Este fato evidencia que a posse de terras era condição *sine qua non* para a ascensão social⁸. Fica explicitado assim o papel fundamental da propriedade territorial,

não só como elemento de enriquecimento, mas como forma de obter *status* e poder.

Esse quadro não era muito diferente nas áreas cafeeiras, onde, ao longo do século XIX, também se constituiu uma poderosa aristocracia territorial. Oriundos em grande parte das atividades comerciais, os novos plantadores de café encaravam a aquisição de terras e sua própria transformação em fazendeiros como uma possibilidade de ascensão social e de obtenção de prestígio.

João Luis Fragoso, ao analisar os mecanismos de acumulação de capital no Rio de Janeiro no século XIX, comprova essas práticas. Os fazendeiros fundadores dos primeiros cafezais do Vale do Paraíba eram grandes comerciantes do Rio de Janeiro, que acumularam seus capitais no comércio, mas que tão logo tornaram-se proprietários rurais abandonaram os negócios mercantis⁹. Assim, na medida em que se consolidava uma elite rural ligada ao café, a maior parte de seus negócios vinculava-se à reprodução da agricultura escravista, sendo pequena a parcela de capitais destinada a negócios não agrícolas. Isso se explica, segundo Fragoso, porque tratava-se de uma sociedade em que vigorava uma economia pré-capitalista onde o uso do excedente não deveria de maneira exclusiva e obrigatória ter fins produtivos ou lucrativos. Inúmeros eram os casos de comerciantes que, após assumir uma considerável posição econômica, direcionavam seus excedentes para a obtenção de prestígio social e *status*. É certo que esses investimentos não eram obrigatoriamente destinados a aplicações economicamente improdutivas, como por exemplo a aquisição de prédios, a compra de comendas etc. Também se poderia melhorar a posição na hierarquia social através de investimentos produtivos. Foi nesse sentido que ocorreu nas primeiras décadas do século XIX a montagem das grandes fazendas escravistas de açúcar e café pelos grandes comerciantes da Corte¹⁰.

Tornar-se proprietário rural, para esses indivíduos, era a forma de escapar do preconceito que atingia aqueles que pertenciam, na linguagem de Joaquim Nabuco, "às classes que traficam"¹¹. Essa opção pelo enobrecimento e por seguir um *ethos* "em que o resguardo em relação ao lucro" era um traço fundamental é o que explica o afastamento dos grandes comerciantes das atividades mercantis para se limitar a seus afazeres agro-escravistas, ainda que isso pudesse representar perdas econômicas significativas, já que as atividades mercantis em geral apresentavam um maior potencial de acumulação. Não se tratava de menosprezar o lucro, mas de defini-lo como uma forma de alcançar prestígio social e poder político¹². Esse fenômeno vem demonstrar

que a transformação da acumulação mercantil em fazendas escravistas era um movimento que estava também subordinado a uma lógica pré-capitalista de ascensão social¹³. Este foi o caso de inúmeros comerciantes que se converteram em fazendeiros, como Braz Carneiro Leão, os Gomes Barroso, Amaro Velho da Silva de Ribeiro Avelar.

Esse "escrúpulo" em questões de lucro, esse "desdém" pelos que viviam dele e o procuravam como meio de vida mostram claramente, para Oliveira Viana, que o espírito pré-capitalista tinha raízes fundas na mentalidade da nossa aristocracia agrária. Prova disso é que só nos anos 30, no dizer deste autor, as "profissões mercantis começaram a classificar os que as praticam: o dinheiro só por si não bastava para dar entre nós posição social e mundana a ninguém". No começo do século XIX, foi esta a causa central da rivalidade entre a burguesia comercial do Rio e os senhores rurais, bem exemplificada no conflito entre os grandes senhores territoriais e a classe dos mercadores enriquecidos depois da lei de abertura dos portos (1808).

Burgueses e grandes proprietários disputaram entre si a frequência, os títulos e as honras do Paço naquela época. Mas o preconceito peninsular contra as atividades mercantis dominava a nobreza territorial daqueles tempos e a hostilidade às pretensões da nova burguesia colonial, saída do tráfico e do comissariado, é bem a expressão dessa mentalidade.¹⁴

Realmente, um grande negociante importador, embora com as arcas repletas de dinheiro, não podia penetrar no círculo desta alta roda aristocrática, enobrecida ou pelos cargos ou pela grande propriedade: as atividades do comércio e da indústria eram então consideradas incompatíveis com um homem de nobreza. Mesmo no fim do século XIX, um jovem da aristocracia territorial, diplomado em direito ou medicina, que porventura ingressasse "nas classes que traficam", estaria marcado por uma desclassificação inevitável¹⁵.

Só a terra e o cargo público dignificavam. Durante todo o período imperial as relações do *Almanaque Laemmert*, onde se discriminavam todos os nobiliarcas do Império, abarcavam somente os grandes proprietários de terra e os senhores de considerável escravaria que o Imperador distinguia com as honrarias e insígnias da nobreza de título. Estas características são signos indicativos de uma sociedade em que as atividades econômicas não tinham a preocupação exclusiva de acumular recursos para novas aplicações de puro ganho monetário. O enriquecimento tinha fins mais "elevados": era ambicionado, sem dúvida, e inspirava, como um

ideal dominante, as atividades da quela elite; mas significava principalmente um processo de prestígio social, um meio de assegurar a cada um e aos seus uma posição condigna na sociedade¹⁶.

2. A propriedade intocável

Dentro deste universo, a terra como elemento de poder e prestígio ocupava um papel fundamental. Logo, apresentar propostas de reforma que afetassem esse "bem", especialmente no final do século XIX, quando tantas modificações já estavam em marcha alterando a posição social dos proprietários rurais, significava não apenas um problema econômico que envolvia a taxaço da terra, mas, para além dele, uma ameaça a todo um universo de valores edificado pelo tempo.

O monopólio da terra deveria ser mantido a qualquer preço, especialmente numa conjuntura em que o fim da escravidão era um fato recente e o novo ordenamento social daí decorrente se achava ainda em curso. Os proprietários fluminenses temiam o parcelamento da terra como uma brecha que pudesse alterar a estrutura fundiária e criar possibilidades de surgimento de uma camada de pequenos proprietários rurais, alterando as condições de vida dos trabalhadores de maneira a aumentar seu poder de barganha no mercado de trabalho. Impedir a fragmentação da terra, para os proprietários rurais, era uma forma de manter um rígido controle sobre os trabalhadores¹⁷.

Numa conjuntura de mudanças tão profundas, transformar a propriedade da terra revalorizada pela Abolição em um bem móvel e disponível no mercado, sujeito a um cadastro e ainda por cima tributável, era extremamente ameaçador. Os riscos que a iniciativa de cobrança do imposto territorial trazia para os proprietários transcendiam qualquer vantagem que pudesse ser oferecida para aqueles produtores que mantinham suas terras produtivas e que exportavam seus gêneros para fora do estado, especialmente os cafeicultores, mesmo mediante a redução dos índices do imposto de exportação. As perdas simbólicas que estas iniciativas representavam anulavam para alguns indivíduos os ganhos materiais que poderiam trazer.

É dentro desse quadro que devem ser entendidas as resistências à implementação do imposto territorial, e as formas e mecanismos pelos quais essas reações se manifestavam. Ainda que não possam ser detectadas

manifestações explícitas e agressivas dos proprietários rurais e da elite política diante da instituição do imposto territorial, e que várias leis regulamentando sua cobrança tenham sido aprovadas no Legislativo, na prática uma oposição surda se constituiu, inviabilizando a implantação do imposto.

Essas dificuldades se manifestaram tão logo a bandeira da taxaço territorial começou a ser levantada. Já nos primeiros momentos do governo de Alberto Torres, quando foi organizado um questionário destinado a coletar informações e opiniões acerca das dificuldades da agricultura fluminense e das formas de enfrentá-las, ficaram evidenciadas as dificuldades de qualquer alteração da estrutura fundiária. Embora muitos fazendeiros demonstrassem interesse em vender suas propriedades, não desejavam fazê-lo em lotes pequenos. Pode-se perceber que a divisão das propriedades não era bem vista pelos fazendeiros, o que em si já era um elemento indicativo das resistências que seriam levantadas contra o imposto territorial. Este imposto significava, ainda que por vias indiretas, a possibilidade de fragmentação da propriedade rural¹⁸.

Esse primeiro contorno da posição dos proprietários de terra ficaria mais claramente evidenciado quando começaram a ser implementadas as primeiras medidas concretas para a cobrança do imposto. Na ALERJ, o projeto apresentado pelo governo de Alberto Torres teve como seu principal opositor o deputado André de Lacerda Werneck, do 5º distrito (Resende). Ainda que não possam ser detectadas formalmente adesões explícitas às posições daquele deputado, fica fora de dúvida que seu ponto de vista era abraçado por muitos de seus colegas e pela maioria dos proprietários fluminenses¹⁹.

Para André Werneck, o imposto territorial desvalorizaria as propriedades, uma vez que, incidindo sobre terras pouco produtivas ou improdutivas, acarretaria a diminuição das fortunas dos fazendeiros. Como consequência, os proprietários deixariam de aplicar seus capitais no Rio de Janeiro, desviando-os para outros estados. Diante das dificuldades da agricultura fluminense, o imposto representava um confisco, e desse ponto de vista só seria correta sua cobrança sobre a renda líquida da terra, e não sobre seu valor e área. Portanto, só a terra que produzisse deveria estar sujeita a impostos. Além disso, argumentava Werneck que o imposto territorial constituía uma agressão ao direito de propriedade. Ao pressionar o proprietário a tornar suas terras produtivas, o imposto estaria *obrigando* o indivíduo a cultivar sua propriedade, e tal imposição não podia ser feita pelo estado.

Mesmo tendo sido aprovado na ALERJ, o imposto territorial não entrou em vigor, o que indica resistências latentes. Numa retomada dos debates sobre o tema em 1900, o deputado Alberto Bezamat apresentou um novo projeto, defendendo a aplicação do tributo apenas aos terrenos insalubres²⁰. A aprovação desse projeto evidentemente esvaziaria o conteúdo inicial da proposta do governo, e o imposto territorial não teria condições mínimas para se tornar a nova base tributária do estado. Embora os *Anais da ALERJ* não registrem discussões, sabe-se que a posição de Bezamat saiu vencedora. Em dezembro de 1900 foi publicada na *Coleção de leis do estado do Rio de Janeiro* a Lei 448, determinando que o imposto territorial fosse cobrado somente sobre os terrenos que, "pelas suas condições de insalubridade, estiverem compreendidos entre os que reclamam os trabalhos de saneamento" (art. 9). A redução do alcance do imposto territorial era evidente. No governo de Quintino Bocaiúva, ainda que propostas oriundas do próprio Legislativo tivessem sido apresentadas visando à efetiva implantação do imposto territorial, a posição contrária do chefe do Executivo estadual, aliada às resistências dos proprietários de terra, tornou a legislação aprovada letra morta até o fim do triênio.

Com a retomada do programa de reformas no início da gestão de Nilo Peçanha, a questão do imposto territorial passou a ser encarada mais de frente, o que conduziu à inauguração de sua cobrança. Esta, por sua vez, passou a gerar protestos mais claros. Se no Legislativo já não se erguiam vozes dissonantes (André Werneck e Alberto Bezamat não tinham sido reeleitos deputados estaduais), desaparecendo assim qualquer oposição mais clara no espaço de representação formal, na imprensa e na correspondência privada de Nilo Peçanha os protestos contra a cobrança do imposto territorial se sucediam. Pelos artigos de jornal e pelas cartas localizadas no arquivo de Nilo Peçanha, pode-se perceber que a insatisfação atingia tanto os cafeicultores quanto os demais setores produtivos, tanto os grandes proprietários quanto os possuidores de pequenas parcelas de terra e, finalmente, que esses protestos se mantiveram ao longo do tempo, em todas as ocasiões em que se concretizaram investidas para a cobrança do imposto.

É significativa a reclamação feita por um pequeno produtor a Nilo: "Esse imposto é útil, justo e barato, menos quando se trata do pobre, para o qual é exorbitante(...) sei de muitos que estão dispostos a deixar com a serventia, não registrando e(...) não pagando o imposto, resignados a que o

governo tome-lhes mais tarde o seu cantinho."²¹. O missivista sugeria a redução do *quantum* do imposto e apresentava dados da lei referente ao imposto territorial do estado de Minas Gerais que, implicitamente, considerava mais justa.

Expressando idêntica indisposição, grandes proprietários e chefes políticos de regiões não exportadoras faziam-se porta-vozes dos protestos dos lavradores contra a medida que os atingia de forma incisiva. Assim, Aureliano Portugal, de Itaocara, denunciava o ônus que a cobrança do imposto estava representando para os agricultores da região: "Em Itaocara e aqui em Pádua venderam libras esterlinas e correntes de ouro só para não deixarem de pagar o imposto territorial"²².

O impacto causado pela instituição do imposto repercutiu também na imprensa. *O Fluminense*, ao proceder a uma avaliação dos termos em que fora instituído, teceu sérias críticas ao modo pelo qual era calculado:

A taxa territorial é um *imposto sobre a renda* e não um tributo sobre o valor venal do imóvel. Há em Capivari regiões alagadas que nada produzem de renda e não devem ser incluídas no lançamento, pois a consequência seria o abandono da propriedade ao fisco e este não teria em praça um licitante que o indenizasse do valor do tributo.

O jornal reafirmava no entanto as vantagens já apontadas na implementação do imposto, "que também desejamos ver em nosso sistema tributário para que depressa desapareçam os empecilhos das taxas de exportação que tanto vexam e oprimem a lavoura fluminense"²³.

Contudo, as resistências palpáveis são infinitamente pequenas para explicar as imensas dificuldades que marcaram as tentativas de implantação do imposto territorial. De fato, só uma oposição latente mas de grande força pode justificar a impotência de Alberto Torres para iniciar sua cobrança, e a cautela de Nilo Peçanha em exercer as prerrogativas que a Lei 664, de 1904, lhe facultava.

Esse temor que marcava a atuação de ambas as partes, proprietários rurais e núcleo reformista, fazendo com que os primeiros tivessem medo de expor claramente suas posições deflagrando um movimento anti-reforma, e que os segundos, ainda que conseguindo aprovar suas medidas, ficassem temerosos de executá-las em toda sua extensão, era resultado de um certo equilíbrio de forças e da existência de alguns pontos básicos de identificação

entre as partes. Contudo, se as dissensões não eram suficientes para fazer eclodir cisões mais profundas, constituíam-se em elementos impeditivos para a construção de um consenso que permitisse a unificação das elites fluminenses.

3. A tradição plantacionista

Ao lado de uma tradição em que a ligação com a terra se constituía em elemento fundamental de prestígio e *status*, desenvolvia-se também uma concepção a respeito dos produtos e das formas de produção que traziam mais prestígio e riqueza. A vinculação com o mercado externo era um dado importante e em geral significava maior possibilidade de lucro. Assim, tornar-se um plantador de café, produto destinado à exportação, era visto como um caminho mais seguro para o enriquecimento e o poder. Contudo, a vinculação com o mercado externo não era absolutamente obrigatória. O açúcar do norte fluminense destinou-se, ao longo do tempo, ao mercado interno, mais especificamente à cidade do Rio de Janeiro, e ainda assim tornar-se senhor de engenho também significava alcançar poder e prestígio.

O que de fato contava como elemento fundamental era a forma de produção. Privilegiava-se essencialmente a grande lavoura e a produção em escala mais ampla. Assim, o café e o açúcar constituíam produtos nobres, verdadeiras fontes de prestígio e *status*. Isto evidentemente acarretava limitações para a adoção da diversificação da agricultura como opção preferencial.

Ao contrário do café, a atividade açucareira não foi objeto das políticas econômicas elaboradas pelas elites políticas fluminenses. Não se cogitou de sua substituição por nenhuma outra atividade econômica, mantendo-se seu desenvolvimento à margem das políticas oficiais. A secundarização das atividades açucareiras dentro dos programas de governo pode ser explicada em função do desempenho do próprio setor, que não atravessava dificuldades tão profundas quanto o setor cafeeiro, bem como da posição política de menor relevância que seus representantes ocupavam no cenário estadual. Já que foi na substituição da cafeicultura que se concentraram os esforços dos poderes públicos, é esta a atividade que examinaremos com mais cuidado.

A ligação de parcelas expressivas da classe dos proprietários rurais fluminenses com a cafeicultura repousava numa tradição de várias décadas

que associava o cultivo deste gênero a uma fase de grande prosperidade e riqueza. Grande parte dos textos voltados para retratar a vida e a atuação dos proprietários rurais fluminenses ao longo do século XIX fornece um quadro de grandeza e opulência das atividades cafeeiras. O trabalho de Stanley Stein, *Grandeza e decadência do café*, é exemplar nesse sentido²⁴.

O "fascínio pelo ouro negro" não se restringia às áreas adequadas à cafeicultura e contaminava a todos, levando um grande número de municípios fluminenses a praticar o cultivo do café com alguma expressão. Nem mesmo aquelas regiões geograficamente pouco propícias escaparam da febre cafeeira que assolou a província ao longo do século XIX. No município de Capivari, onde dominava uma estrutura produtiva bastante diferenciada das áreas típicas cafeeiras, e onde a produção voltava-se essencialmente para o mercado interno - com o tamanho das propriedades variando em média entre 35 e 70 hectares e o número de escravos girando em torno de 20 -, o café era a opção preferencial dos produtores, em especial aqueles mais abastados²⁵.

Sem querer valorizar a atividade monocultora na província fluminense ao longo do século XIX e minimizar a expansão da produção de alimentos em inúmeras regiões do estado²⁶, é importante reconhecer que para os proprietários rurais fluminenses a grande lavoura, e particularmente a cafeicultura, tinha um apelo especial. Grande parte das fazendas fluminenses reservava um espaço para produzir para seu autoconsumo, mas a produção de alimentos era vista como uma atividade secundária. A estrutura econômico-social do Vale do Paraíba caracterizava-se por uma agricultura escravista altamente especializada onde havia um predomínio absoluto do café.

Uma carta do Barão de Pati do Alferes a seu comissário, em 1857, é reveladora a esse respeito:

Não é possível que o estado atual da lavoura do café não deixe lugar a sementeiras em larga escala de cereais que possam abastecer os grandes mercados e a falta que hoje ordinariamente se nota nos grandes plantadores de comestíveis para alimentar os trabalhadores.²⁷

O depoimento de Luis Peixoto Werneck de Lacerda em 1855 também reforça essa concepção:

Os lavradores de café hoje só têm vistas à produção desse gênero de exportação, e têm para isso destruído todas as

matas e povoado os terrenos mais férteis de cafezeiros. Esse trabalho ocupa quase todo o ano as forças do lavrador e não lhe resta tempo para fazer roçados grandes, onde cultive os cereais de que precisa para manutenção de seus estabelecimentos. Para economizar serviços, enquanto os cafezais são novos, planta ele o milho de permeio dos arbustos que teve de capinar para os preparos para a colheita; mas apenas estes alcançam certa idade, e que crescendo cobrem o terreno de sombra, é impossível obter resultado algum dessa plantação e como lhes é difícil fazer roçados o resultado é diminuir a cultura do milho.²⁸

Esse tipo de prática econômica, associada a uma conjuntura em que o café trouxe um grande enriquecimento para seus produtores, possibilitou a construção de uma mentalidade em que o apogeu da cafeicultura era visto como uma Idade de Ouro que deveria a todo custo ser recuperada. Raul Fernandes, em artigo intitulado "A redenção", expressa essa mentalidade num tom grandiloquente ao declarar:

O centenário do café recorda aos fluminenses da minha idade uma época de cujo crepúsculo eles foram espectadores, um crepúsculo de cordilheira abrasado em fulgores de apoteose, chispando galas e riquezas, até um minuto antes de soar a abolição dos cativos, a hora da expiação.²⁹

As palavras do deputado estadual Sílvio Rangel também evocam essa Idade do Ouro Negro:

no antigo regime, foram proprietários rurais, fazendeiros de café, os estadistas que fizeram e consolidaram o prestígio do Rio de Janeiro. A política nacional esteve em suas mãos, e nas mesas de voltarete, em Vassouras, fizeram-se e desfizeram-se ministérios. Eis aí a influência que a lavoura cafeeira exerceu na vida econômica e social do Rio de Janeiro. Oxalá os governos de hoje, apreciando o valor dessa influência no passado, procurem restabelecê-la para o futuro, certos de que somente a riqueza e a prosperidade material e moral garantem aos povos o verdadeiro prestígio. Para o Rio de Janeiro este prestígio foi uma realidade enquanto durou a prosperidade de sua lavoura cafeeira.³⁰

Joaquim de Melo, secretário de Finanças do estado, em seu livro *A evolução da cultura cafeeira no estado do Rio*, contribui igualmente para o entendimento do lugar do café no imaginário fluminense:

O estado do Rio, ao comemorar o bicentenário da lavoura cafeeira no país, se orgulha do seu passado, também se rejubila com o seu presente, porque atesta os esforços do seu povo e do seu governo no sentido de honrar a posição que a antiga província ocupava entre suas irmãs como centro irradiador de grande riqueza, que foi e ainda é a maior propulsora do crédito, do progresso e da civilização do Brasil.³¹

O autor resgata o passado de glórias fluminenses, advindas da cafeicultura, e relaciona-as com o esforço presente de recuperação das lavouras cafeeiras. Finalmente, Viçoso Jardim, referindo-se ao café, declarava:

A civilização fluminense teve a alimentar-lhe no berço o café; cresceu com ele e é ainda no café que se nutre o seu progresso atual. (...) Bendito o solo, bendita a árvore, bendito o grão que enche de fortuna o casario branco das fazendas, sustenta a grandeza do estado e é o melhor amigo dos financeiros fluminenses.³²

Se a cafeicultura era símbolo de grandeza e opulência, entende-se por que parcela significativa dos proprietários fluminenses possuía estreitos laços com essa atividade econômica. Manter-se ligado à cafeicultura significava manter-se ligado a elementos do passado que representavam riqueza, nobreza e poder. Era com base nesta tradição, em que as imagens e representações do passado eram associadas ao café e à terra, que se enfrentava o presente, dominado pela noção de queda e degradação, e se buscava soluções para o futuro. Por isso mesmo, quando o núcleo reformista apresentou reformas tendo em vista a diversificação da agricultura e a produção de alimentos como opção preferencial, as resistências tomaram-se inevitáveis. É verdade que essas resistências não eram explícitas, e pode-se até ter a impressão de que aparentemente todos partilhavam do desejo de diversificar a agricultura. Como já foi assinalado, havia mesmo uma tendência "natural" nesse sentido. O problema residia em determinar a extensão e a profundidade dessa iniciativa, e é considerando esse tipo de variável que se pode detectar melhor as resistências.

O interesse fundamental da classe dos proprietários rurais era aceitar e até defender a diversificação, mas como uma atividade complementar e subordinada aos interesses da grande lavoura, para garantir sua sobrevivência e prosperidade. O depoimento do deputado Valadares, de Paraíba do Sul, expressa bem essa concepção: "A defesa da grande lavoura é a principal

obrigação do governo. O governo deve direcionar seu auxílio para as grandes propriedades, sobre as quais estão as bases de riqueza do estado do Rio por longos anos".

Para este deputado, a pequena propriedade e a pequena lavoura não podiam ser criadas pelo governo, mas deviam surgir como uma evolução natural da *plantation*³³. O deputado Licínio Barcelos também reforça essa orientação ao declarar que a criação da pequena lavoura era pura poesia³⁴.

Este tipo de mentalidade era especialmente forte entre os cafeicultores, que viam o "café como lavoura *mater*" e acreditavam que não poderiam cultivar outra coisa que não este gênero. Em sua ótica, o café era a única cultura que poderia suportar consideráveis custos de produção, e "mesmo nos momentos de depreciação dos preços o lavrador só nele pensa na esperança de um novo período de preços favoráveis"³⁵.

Portanto, o desenvolvimento da policultura era considerado uma forma de recriar um setor de subsistência, dentro das fazendas de café, que permitisse o barateamento dos custos de reprodução e consumo dos trabalhadores. O objetivo, em última instância, era a manutenção da cultura exportadora do café, esta sim finalidade da atividade produtiva³⁶.

Além desses aspectos, havia igualmente interesse em subordinar a produção de subsistência, existente desde o auge da cafeicultura e realizada por pequenos proprietários ou por pequenos produtores em terras arrendadas. A policultura deveria seguir os padrões já presentes na *plantation*, e todo o seu desenvolvimento deveria estar condicionado aos interesses da grande lavoura³⁷.

Qualquer iniciativa visando à diversificação já nascia assim limitada e secundária, pois sua meta era propiciar subsistência barata para os trabalhadores, como forma de reduzir os custos da produção.

4. O café na conjuntura nacional

A estreita ligação dos proprietários fluminenses com a cafeicultura deve ser relacionada também à predominância dos interesses cafeeiros em nível nacional. As políticas de proteção à cafeicultura vigentes na Primeira República, ainda que voltadas para as áreas mais dinâmicas como São Paulo, e em algumas ocasiões implicando prejuízos para o café fluminense, traziam, no geral, benefícios para a cafeicultura no estado do Rio, ou, na pior

das hipóteses, criavam expectativas nesse sentido. Assim, a política de valorização do café ajudava a manter a mentalidade dos plantadores prisioneira do café e da produção para o mercado externo³⁸.

A sustentação dos preços em nível nacional representava um compromisso com a lucratividade do setor exportador, e isso constituía um entrave para atrair elementos para as novas atividades. Na verdade, os incentivos criados pelo programa diversificador levado a efeito no estado do Rio foram insuficientes para neutralizar o apelo da cafeicultura. A fim de que houvesse um maior engajamento na produção destinada ao mercado interno era necessário que os plantadores fluminenses perdessem sua confiança na reconversão ao café. Entretanto, a política cafeeira em nível federal corroborava essa confiança. O investimento em unidades agroexportadoras representava, entre os negócios rurais, uma opção pelo lucro e pela proteção pública. Além disso, os produtos de exportação possuíam melhores preços do que os destinados ao mercado interno. Desse modo, as aplicações nas atividades cafeeiras podiam fazer parte de estratégias de proprietários que produziam para um mercado com características "coloniais"³⁹.

O núcleo reformista fluminense tentou reverter esse quadro, criando incentivos para neutralizar o apelo do mercado externo nas opções de cultivo dos proprietários fluminenses. Contudo, as intervenções nesse sentido foram insuficientes, por modestas e pouco agressivas.

Alfredo Backer percebeu essa limitação da política diversificadora voltada para o mercado interno e, sem discordar da diversificação em geral, preconizava que esta fosse direcionada para o mercado externo. No seu entender, o fundamental era encontrar uma nova riqueza que substituísse o café⁴⁰.

Steven Topik, embora relativize o peso das políticas cafeeiras como elemento reforçador da monocultura e inibidor do desenvolvimento da produção de alimentos, reconhece que ocorreu uma concentração de recursos em favor do café⁴¹, o motor da economia nacional, especialmente em áreas cafeeiras menos dinâmicas.

Nesse quadro, os resultados limitados das políticas reformistas no estado do Rio na Primeira República podem ser explicados mais pelas estruturas da sociedade fluminense do que pelas intenções dos atores políticos - ou seja, dos integrantes do núcleo reformista da elite fluminense que as idealizaram.

Contudo, a permanência de uma concepção de mundo ligada à grande lavoura e em especial ao café não deve ser entendida como sinônimo de atraso. Os proprietários rurais fluminenses pós-escravistas também procuraram se adequar aos novos tempos, adotando o emprego de mão-de-obra livre, via parceria, e tentando a diversificação associada ao café e ao açúcar, o que indica que procuravam encontrar caminhos eficientes capazes de trazer alguma lucratividade a seus negócios, mantida a garantia de sua propriedade da terra e de seu *status* de grandes senhores. Em outras palavras, as tradicionais famílias de proprietários fluminenses primaram por adaptar e assimilar de maneira seletiva novas idéias e práticas, evitando contudo que estas ameaçassem seriamente sua condição de grandes proprietárias (segundo os padrões locais) e grandes produtoras e conduzissem a qualquer tipo de repartição das terras.

Este tipo de procedimento criou entraves profundos para que o núcleo reformista da elite fluminense tivesse sucesso em seu programa. Ainda que os proprietários rurais e o núcleo reformista partilhassem a crença na possibilidade de resgatar a Idade de Ouro do estado do Rio, havia uma ausência de integração efetiva em torno de um programa econômico comum. Se esse desencontro não foi o responsável direto e principal pelas cisões que ocorriam constantemente na política fluminense, sem dúvida criou dificuldades para a solidificação de alianças e acordos que viabilizassem o consenso entre as elites do estado do Rio.

Notas

1. O conceito de cultura tem sido objeto de grandes e infundáveis discussões teóricas, que não é nosso objetivo aprofundar aqui. Para essa discussão ver Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro. *Revista Espaço*, v.2, n.2, 1980. Estamos utilizando o conceito de cultura como "sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas", tal como foi explicitado por Clifford Gertz em *A interpretação das culturas*. p.64.

A noção de mentalidade é objeto de precária definição por parte de seus estudiosos. Ver ARIÈS, Philippe. *L'histoire des mentalités*. In: LE GOFF, Jacques. *La nouvelle histoire*. p.167-188. Em nosso caso, estamos usando o termo mentalidades no sentido de "representações mentais". Ver DURKHEIM, Emile. *Representações individuais e representações coletivas*. In: _____. *Sociologia e filosofia*. p.13-41.

2. LABORIE, Pierre. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. v.44, n.6, p.1369, nov./dec. 1989. Igualmente, o antropólogo Marshall Sahlins, em seu trabalho *Ilhas de História*, p.7-8, enfatiza as relações simbólicas de ordem cultural como objeto histórico.

3. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. p.97-98, 101. LE GOFF, Jacques. *Idades míticas*. In: *Enciclopédia Einaudi*. p.311.

4. MAYER, Arno. *A força da tradição*. p.24.

5. Inúmeros estudos têm chamado a atenção para as diferentes regiões econômicas existentes no estado do Rio.

6. VIANA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. v.1, p.116, 126.

7. FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. p.236, 228-229.

8. Idem, ib. Ver também LAMEGO, Alberto. *Terra goitacá*. v.6.

9. FRAGOSO, João Luis. *Comerciantes e fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial*. p.358, 394.

10. Idem, ib., p.338.

11. VIANA, Oliveira. op. cit., v.1, p.116-121. GOMES, Ângela. *A ética católica e o espírito do pré-capitalismo*. *Ciência Hoje*, v.9, n.52, p.23, 1989.

12. FRAGOSO, João Luis op. cit., p.338.

13. Idem, ib., p.339.

14. VIANA, Oliveira. op. cit., p.118, 119.

15. Idem, ib., p.117, 118, 119.

16. Idem, ib., p.111.

17. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra e política no Rio de Janeiro na época da Abolição*. In: SILVA, Jaime da et al. (org.). *Cativeiro e liberdade*. p.61-81. REIS, Elisa. *Brasil: cem anos de questão agrária*. *Dados*, v. 32, n.3, p.291, 1989.

18. RELATÓRIO da Secretaria de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro 1898. p.61-250.

19. *Anais da ALERJ 1898*. p.314.

20. *Anais da ALERJ 1900*. p.352-353. Coleção de leis e decretos de 1900. p.42-48. cit. por LAMARÃO, Sérgio. *O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica*. p.27. documento de trabalho.

21. Carta de Antônio Carvalho a Nilo em 27 jan. 1904. Coleção Nilo Peçanha.

22. Carta de Aureliano Portugal a Nilo Peçanha em 03 jul. 1904. Arquivo Nilo Peçanha.

23. *O Fluminense*, 03 fev. 1904.

24. STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. Recentemente este livro foi reeditado pela Nova Fronteira com novo título: *Vassouras, um município brasileiro do café*. 1850-1900.

25. CASTRO, Hebe de. *Ao sul da história*. p.30-37, 48-49.

26. FRAGOSO, João Luis. op. cit., p.360. SANTOS, Ana Maria. *Agricultural reform and the idea of "decadence" in the state of Rio de Janeiro*. p.275.

27. Citado por SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. p.163.
28. Citado por SILVA, Eduardo. op. cit., p.176.
29. FERNANDES, Raul. A redenção. In: I.B.C. *O café no 2º centenário de sua introdução no Brasil*. v.1,p.46.
30. RANGEL, Silvio. O café no estado do Rio de Janeiro, sua origem e influência na vida econômica e social da terra fluminense. In: I.B.C. *O café no 2º centenário de sua introdução no Brasil*. v.1, p.167.
31. MELLO, Joaquim de. *Evolução da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro*. p.51, 52.
32. JARDIM, Viçoso. A influência do café nas finanças fluminenses. In: I.B.C. *O café no 2º centenário de sua introdução no Brasil*. v.2, p.803.
33. *Anais da ALERJ 1891*. p.109, 160, 191.
34. *Anais da ALERJ 1891*. p.238.
35. BURNICHON, Joseph. *Le Brésil aujourd'hui*. p.174-175. cit. por SANTOS, Ana Maria. op. cit., p.274. RELATÓRIO da Secretaria de Obras Públicas. 1898. p.111.
36. SANTOS, Ana Maria. op. cit., p.315.
37. Idem, ib., p.213, 275, 289.
38. FRAGOSO, João Luis. op. cit., p.340.
39. SANTOS, Ana Maria. op. cit., p.289.
40. TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. p.106-107.
41. MAYER, Amo. op. cit., p.13-25.

5

A nacionalização da política fluminense

A chamada "região do Rio de Janeiro", na definição da geógrafa Lysia Bernardes, envolve a

idéia de uma cidade-porto, a qual, comandando o escoamento da produção regional, que exporta para mercados remotos, serve como intermediário único e direto entre sua hinterlândia e o mundo exterior.¹

Mas não foi apenas na drenagem e na exportação da produção que se apoiou a influência da cidade do Rio de Janeiro sobre o espaço regional mais próximo (Baixada da Guanabara, Baixada Campista e extensa faixa da encosta do planalto). A cidade comandou diretamente a ocupação inicial da maior parte do que então era a província do Rio de Janeiro, e foi também o centro que apoiou todas as atividades, posteriores à ocupação, de construção do espaço regional, constituindo-se num grande mercado consumidor para o *hinterland*. As funções que cada área exerceu marcaram de forma definitiva as relações entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

Ao lado dessas considerações de ordem econômica, devem ser pensadas igualmente as relações político-administrativas que marcaram a evolução da "região do Rio de Janeiro". Durante grande parte do período colonial, o território do atual estado do Rio correspondeu à capitania do Rio de Janeiro. Seu principal centro urbano era a cidade do Rio de Janeiro, que a partir de 1763 passou a sediar a administração portuguesa no Brasil. Com a promulgação do Ato Adicional em 1834, a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir o Município Neutro da Corte, desvinculando-se da província do Rio de Janeiro. Se, por um lado, a província deixava de abrigar a maior cidade, o principal porto e o centro político do Império, por outro lado conquistava sua autonomia política e administrativa. Essa autonomia, contudo, não foi suficiente para libertar a província do peso da cidade do Rio de Janeiro na sua

vida política e econômica. A centralização monárquica acentuava a relação de dependência da província para com a capital do país, o que resultava no carreamento para a Corte de vultosos recursos econômicos e tributários, além de permitir constante ingerência da Corte nos negócios fluminenses².

Referindo-se ao passado monárquico, Miguel de Carvalho assim retratava a situação fluminense:

A grande máquina administrativa movia-se pesadamente, nem sempre impulsionada por fluminenses, como fora de desejar; com a capital a meia hora de viagem da Corte, a província sofria dessa proximidade em vez de auferir vantagens, mais imediatamente centralizada sua direção por esse fato que a de qualquer outra, tornavam-se seus presidentes os mais dependentes do governo central, e assim atrofiavam-se seus meios de desenvolvimento. Não lhe restavam nem aparências de autonomia. Enteada, e não filha, sem nunca ter gozado os delicados extremos dispensados pelos pais carinhosos, nem mesmo se aproveitado dos mais vulgares deveres destes para com a prole, temia a possibilidade de ruína trazida pela desorganização do trabalho agrícola, pelo definhamento do comércio e de suas nascentes indústrias.

A situação econômica tinha feição igual à política, estavam todos fatigados de haver tanto tempo percorrido incessante e infrutiferamente o mesmo caminho áspero, tortuoso e interminável.

Moral e materialmente sentia-se o desfalecimento e a agonia, o cambaleio de uma natureza forte debatendo-se em meio asfixiante.

Eis o que era, a traços largos, o Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889.³

E continua Miguel de Carvalho, agora referindo-se aos novos problemas trazidos pela República:

(...) continuou o Rio a ser tratado pelo governo central da mesma forma ou pior que a antiga província, e assim anunciava o presente que no futuro se burlaria uma das mais ardentes aspirações fluminenses, aliás da essência do regime

republicano federativo, a de livremente governar a si mesmos, de acordo com os próprios interesses e necessidades.⁴

Este discurso de Miguel de Carvalho, proferido em 1894, mostra com clareza não só o ressentimento dos conservadores fluminenses diante da política dos últimos tempos da monarquia, certamente provocada pela questão da mão-de-obra, mas principalmente a rede complexa de relações que envolvia a cidade e a província. Na visão do político fluminense, a província do Rio de Janeiro, mesmo durante seus momentos de apogeu econômico e político, viveu uma situação particular de maior controle por parte do poder central que as demais, o que lhe trazia inúmeros problemas, embora seu potencial econômico e político contrabalançasse essas limitações. Mas, com a crise da escravidão e da cafeicultura essa situação se agravou, na medida em que as políticas implementadas pelo poder central chocavam-se com as demandas dos conservadores fluminenses. Restavam então apenas as desvantagens do intervencionismo centralizador. Com a República, o novo estado do Rio de Janeiro, enfraquecido política e economicamente, continuou a ser objeto de intervenções da política nacional, sem condições de exercer a autonomia que o novo regime preconizava.

De fato, a implantação da República Federativa, ao promover a descentralização político-administrativa do país, gerou expectativas de uma efetiva autonomia no agora estado do Rio de Janeiro, mas não foi capaz de assegurá-la por si só. É partindo deste quadro que pretendemos analisar as relações entre o estado e a cidade do Rio de Janeiro. A idéia básica é que esta relação promovia uma nacionalização⁵ da política fluminense, o que por sua vez acarretava um processo de fragmentação das elites políticas.

Por nacionalização da política fluminense estamos entendendo um conjunto de relações que envolvia o governo federal, a cidade e o estado do Rio. O governo federal, sediado na cidade do Rio de Janeiro, intervinha constantemente nos negócios internos fluminenses, e a cidade, como centro de convergência das principais questões do país, atuava como um pólo de atração sobre o estado. Essa dupla influência fez com que os políticos fluminenses fossem em boa parte absorvidos pela política nacional e pela vida na capital federal. Por esse motivo, as lideranças regionais tiveram dificuldade de se reunir em torno de projetos comuns, que facilitassem a construção de um acordo interno e beneficiassem o estado do ponto de vista econômico.

Nossa intenção é analisar essa relação enfocando-a como uma via de mão dupla, ou seja, observando, de um lado, as interferências do

governo federal nos negócios internos fluminenses, e, de outro, como as elites fluminenses eram suscetíveis ao poder de atração que a cidade do Rio de Janeiro exercia.

1. *Uma relação de amor e ódio*

A interferência do governo federal e da capital

A interferência do governo federal nos negócios internos fluminenses se efetivou basicamente de duas maneiras: intervenção no processo eleitoral, através da imposição de nomes para as listas de candidatos, e controle da inserção do estado do Rio no orçamento da União.

No primeiro caso, as interferências aconteceram em um grande número de pleitos, mas para efeito desta análise optamos por privilegiar dois momentos: as eleições para as Constituintes Nacional e Estadual, em 1890, 1891 e 1892, e as eleições estaduais e federais que tiveram lugar no governo de Oliveira Botelho (1911-1914). Essa escolha se explica não só pela importância desses pleitos, mas também pela intensidade com que as interferências ocorreram.

A implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro, na visão de seus principais atores, colocou de imediato problemas de relacionamento entre o governo provisório de Deodoro da Fonseca e as elites fluminenses. O processo de escolha dos representantes fluminenses para a Constituinte Nacional já indicava as intenções do governo federal, associado com o governo estadual - seu representante -, de intervir de forma radical na formação da chapa de candidatos. Pode-se argumentar que esse expediente ocorreu em todos os estados, como resultado da vigência da legislação Alvim, mas o caso fluminense apresentava uma peculiaridade - a intervenção na organização das chapas para a primeira Constituinte republicana se fez não apenas pela indicação de candidatos afinados com os governos federal e estadual, mas pela apresentação de um número expressivo de elementos estranhos à política fluminense e sem raízes no estado⁶.

Uma das explicações levantadas para este fato era que, além das imposições do governo federal, os próprios governantes fluminenses tinham interesse em cultivar o apoio de setores da capital. Para Miguel de Carvalho, a escolha de elementos estranhos à política fluminense, oriundos da capital para integrar a chapa, tinha como objetivo incorporar indivíduos ligados à imprensa diária da capital, e dessa forma obter o

apoio desta na defesa do governo estadual. A população fluminense se interessava fundamentalmente pela imprensa carioca; portanto, dispor de apoios nessa área era indispensável⁷.

A formação da chapa para as eleições para a Constituinte estadual de 1891 apresentou problemas semelhantes. E até mesmo a Constituinte de 1892, formada por elementos enraizados na política fluminense, tinha um grande número de seus membros residente na cidade do Rio de Janeiro.

A segunda conjuntura importante em que pode ser visualizada com clareza a interferência federal na política fluminense situa-se no governo de Oliveira Botelho. Hermes da Fonseca, então presidente da República, associado ao líder gaúcho e presidente do Partido Republicano Conservador (PRC), Pinheiro Machado, impôs constantemente nomes alheios à política fluminense, tanto para compor as chapas para as eleições legislativas quanto para ocupar cargos executivos e de direção partidária. Já no início do governo de Oliveira Botelho, a indicação de Sebastião Lacerda para ocupar a Secretaria Geral do Estado foi obra de Hermes da Fonseca, considerando-se que Lacerda sempre fez oposição ao nilismo.

O exame das eleições de 1912 para o Legislativo federal confirma esse tipo de prática. Entre os candidatos indicados para compor uma bancada de 17 deputados, dois eram absolutamente estranhos à política do estado, sendo que Augusto Souza e Silva era um verdadeiro agente de Pinheiro Machado. Outros três, embora tradicionais políticos fluminenses, não eram na ocasião nomes bem aceitos pela situação estadual, e sua eleição implicou o alijamento de elementos mais afinados com o grupo nilista⁸.

As várias interferências do governo federal nas eleições fluminenses são relatadas em carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha datada de 1912⁹. No entanto, a interferência mais aberta e duradoura foi a indicação do desconhecido tenente Feliciano Sodré, em 1911, para prefeito de Niterói. Três anos depois, graças novamente ao apoio do governo federal, Sodré tornou-se chefe da oposição aos nilistas e candidato ao governo do estado, provocando a mais disputada eleição para o Executivo estadual de toda a Primeira República. A eleição de 1914 evidenciou como o governo federal interferiu decisivamente na política fluminense, procurando alijar uma força política até então dominante - o nilismo - para garantir a consolidação de um novo grupo, que reunia as antigas oposições fluminenses sob a liderança de Sodré, um agente da política federal.

Nilo Peçanha, negando-se a aceitar a participação de forças estranhas à política fluminense na escolha do candidato ao governo do estado, lançou-se pessoalmente candidato contra Sodré, levantando a bandeira da autonomia estadual. A posição de independência assumida por Nilo, de lançar-se candidato sem apoio estadual e federal, exigiu não só um trabalho de articulação das forças políticas no estado do Rio, como a elaboração de uma estratégia que arregimentasse um apoio mais amplo, de lideranças e da imprensa carioca. Com um discurso em que defendia a autonomia do estado do Rio frente às sucessivas investidas do governo federal e pregava o engrandecimento do estado na federação, Nilo lançou uma campanha eleitoral inédita, que percorreu todo o estado do Rio promovendo comícios com o fim de mobilizar o eleitorado a seu favor. Nessa ocasião, Nilo lançou mão de seus contatos com lideranças e jornalistas do Distrito Federal para sensibilizar a opinião pública carioca. O *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt, deu total cobertura à campanha nilista¹⁰.

O desfecho desta história, favorável a Nilo Peçanha, deveu-se em grande parte à intervenção do recém-eleito presidente da República Wenceslau Brás, que, interessado em neutralizar a força de Pinheiro Machado, deixou o espaço aberto para o líder fluminense consolidar sua posição. As características de que se revestiu a campanha e suas repercussões no Distrito Federal também ajudaram a "engrandecer" a figura de Nilo Peçanha e a garantir o apoio do novo governo federal à sua causa.

Ao lado dessas interferências de caráter político-eleitoral, devem ser consideradas também as interferências de ordem orçamentária. Referindo-se à participação fluminense no orçamento republicano, Raul Fernandes declarou:

O estado do Rio, agora como no Império, dá mais ao tesouro do que dele recebe em serviços públicos, e supera na sua contribuição outros estados maiores em território ou população. E não murmura e não recrimina; porque da híbrida conformação de outrora, fidalga e escravocrata, expellido o escravismo, ficou indelével a fidalguia de caráter.¹¹

Ainda que se possa questionar a veracidade desta afirmação, não há dados disponíveis que a invalidem. Ao contrário, os números expressos nos orçamentos de 1881 a 1912 mostram dotações pequenas para o Rio de Janeiro¹², em comparação com outras províncias e/ou estados (anexo I).

Pode-se argumentar ainda que o orçamento da União apresentava dados problemáticos para a realização desta análise, e que recursos poderiam ser destinados à província/estado do Rio por outros canais. Ainda assim, os dados orçamentários podem ser interessantes para demonstrar a peculiar situação fluminense. Diferentemente de todos os estados da federação, o estado do Rio foi o único que não possuiu uma rubrica própria durante vários anos da República. Os recursos a ele destinados eram reunidos aos do Distrito Federal sem nenhuma especificação. Mesmo que esta falta de especificação pudesse trazer vantagens materiais, e o estado do Rio supostamente recebesse grandes montantes de recursos, é evidente sua situação particular frente à União, se comparada à de outros estados. Por sua vez, esta peculiaridade é um indicativo claro da complexa inserção do estado do Rio na federação e da simbiose então existente entre o estado, a cidade e o governo federal.

Se as excessivas interferências do governo federal e a situação peculiar do estado do Rio no orçamento da União suscitavam reclamações, a proximidade com o Distrito Federal e o contato constante com a população carioca abriam potencialmente inúmeras possibilidades de vantagens para os fluminenses.

O fascínio pela metrópole

Se é fácil detectar e captar as formas de intervenção do governo federal nos negócios internos fluminenses, há um outro tipo de influência, fruto da proximidade da capital e do fascínio que a "metrópole" exercia sobre a "província", que, por ser informal e fora dos limites da ação do poder público, é mais problemático e difícil de ser apreendido.

Alain Corbin, em seu artigo "Paris - province"¹³, oferece indicações interessantes para pensar esta questão. Para este autor, a noção de província se funda na percepção de uma carência, de um distanciamento, de uma privação, de uma exclusão; é o lugar do exílio interior, do esquecimento, da zombaria dos elementos da capital. A província se identifica com a letargia, a hibernação longe da "sociedade", do lugar real, dos salões, do mundo da academia; ela se constitui, enfim, num espaço depreciado que se caracteriza pelo ridículo. O provinciano que se instala na metrópole ávido de reconhecimento deve se dessolidarizar do meio de onde vem. Depreciar a província constitui uma obrigação para aquele que quer obter

a adesão da cidade. Esta relação sociocultural forte e complexa, descrita por Corbin, enquadra-se perfeitamente nas representações produzidas por cariocas e fluminenses acerca dos laços que envolvem a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

À visão depreciativa dos cariocas sobre os fluminenses somava-se a visão dos fluminenses sobre si mesmos, especialmente os de Niterói, marcados por um grande complexo de inferioridade frente ao grande centro cultural, político e econômico que era o Rio de Janeiro. O deputado Maurício Medeiros captou com precisão a complexidade dessa relação:

Por maior que seja, pois, o espaço fluminense, o estado do Rio é sempre aquele estado que se acha fronteiro à grande metrópole (...) O mineiro pode ter os seus hábitos e o carioca os respeita, assim como os outros estados. Mas o fluminense não pode ter. Se é certo que ele não evolui com a precipitação do carioca, porque não está submetido às mesmas influências, a verdade é que a proximidade da capital sempre exerce sobre o estado essa influência demolidora, que não lhe permite criar uma personalidade própria, um caráter étnico, moral ou social que o tipifique. O carioca toma-o então à sua conta e tudo quanto se refere ao estado do Rio, ao vizinho estado, é envolto nesta gaze de ironia que não permite apreciação verdadeira.¹⁴

A elite fluminense partilhava dessa avaliação negativa e estava longe de querer fazer política em Niterói, uma cidade vista como sem atrativos e provinciana. Ao contrário, a cidade do Rio de Janeiro encarnava o ideal de modernidade e progresso, especialmente após a reforma urbana de 1905, quando tudo foi feito para apagar sua face de cidade colonial e transformá-la no símbolo da nação moderna.¹⁵

Com a Primeira República, o destino nacional do Rio se consolidou, tornando-se a capital federal uma cidade modelo, pelo poder de suas idéias renovadoras. No dizer da época, o Rio "na constelação dos estados era a cidade-sol". Com esses atributos, a cidade do Rio de Janeiro funcionava como um ímã que atraía toda a elite fluminense nos mais diferentes aspectos, político, econômico, cultural, sugando sua energia vital, que ao invés de ser canalizada para o interior deslocava-se para o plano nacional.¹⁶

Pode-se argumentar que por sua condição de capital e centro político, econômico e cultural, o Rio exercia um papel especial em relação a todos os

estados. No entanto, no caso específico do estado do Rio, essa relação se manifestava de forma muito mais intensa e profunda, atingindo todos os setores da vida dos fluminenses, desde a vida privada das pessoas até questões maiores que envolviam decisões políticas¹⁷. Assim, um grande número de deputados estaduais fluminenses e funcionários da administração estadual residiam e exerciam suas profissões liberais no Distrito Federal¹⁸.

O resultado político desse tipo de relacionamento é facilmente verificável quando se examina a própria difusão das idéias republicanas na antiga província do Rio de Janeiro. A despeito de ter produzido as mais expressivas lideranças republicanas no plano nacional, como Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Lopes Trovão, Alberto Torres, Nilo Peçanha, os fluminenses só conseguiram articular um partido republicano às vésperas da Proclamação. Ainda que outras variáveis importantes possam ser computadas para explicar tal situação, como a identificação da elite fluminense com o Partido Conservador e a monarquia, sem dúvida a militância política dos jovens republicanos fora das fronteiras da província é um dado relevante para explicar o fraco enraizamento das idéias republicanas no território fluminense.

O Rio era inevitavelmente o centro da vida da província e o que acontecia na cidade tinha repercussões imediatas ali. Às vezes, as atividades na capital tornavam desnecessárias ou desencorajavam atividades similares na província. Por exemplo, a fundação do Clube Republicano, em 1870, atraiu alguns provincianos e por volta de 1871, a maioria dos membros que não residiam no Rio eram da província, o que veio a impedir também a formação de um verdadeiro movimento provinciano.¹⁹

Vivenciando essa relação conflituosa de amor e ódio com a cidade do Rio, como a elite política fluminense encarava a questão e pensava solucioná-la?

2. O sonho da província: a interiorização da política fluminense

Os problemas colocados pelas interferências do governo federal e pela influência da cidade do Rio de Janeiro sobre a vida política fluminense foram objeto de preocupação e discussão das elites fluminenses, especialmente na primeira década republicana.

A implantação do federalismo trazido pela República colocou a necessidade de se construir novos padrões de relacionamento entre poder central e governos estaduais²⁰. É nesse contexto que se dá a emergência da discussão sobre a transferência da capital do estado de Niterói para o interior, sob o argumento de que era fundamental afastar a política fluminense das más influências da capital do país.

O início desta discussão, que teve continuidade ao longo das duas primeiras décadas republicanas, pode ser localizado logo após a Proclamação da República, quando o município de Campos passou a reivindicar abrigar a sede do governo estadual. Sem ter tido maiores desdobramentos, a questão permaneceu em aberto até agosto de 1890, quando o governador Francisco Portela também adotou a bandeira da transferência de capital, mas agora para Teresópolis²¹. A escolha deste município, que na época estava longe de reunir condições mínimas para abrigar a capital, refletia as intenções do governador de livrar-se não só das pressões e influências da política do Distrito Federal, mas também de grupos regionais fluminenses que o hostilizavam.

Sem condições de ser efetivada durante o governo Portela, a transferência da capital só voltou à baila em janeiro de 1893, quando distúrbios militares em Niterói recolocaram ameaças à estabilidade do governo fluminense. Naquela ocasião, a bandeira da transferência da capital para o interior era defendida pelas mais expressivas lideranças fluminenses, tanto do governo quanto da oposição. Alberto Torres, líder do governo na ALERJ, apresentava três poderosas razões para a mudança: o alheamento da heterogênea população de Niterói, de pronunciada tendência industrial, em relação aos interesses do estado, sua submissão aos interesses da vizinha capital federal e a ameaça à autonomia do estado que essa proximidade representava.

De outro lado, as principais lideranças campistas, chefiadas pelo Barão de Miracema, desencadearam uma campanha regional, envolvendo outros municípios do norte fluminense, para que Campos sediasse a capital do estado. Se a tese da interiorização da capital era partilhada por expressivos setores, o local para onde deveria ser transferida era motivo dos mais acirrados conflitos. Entre os inúmeros locais cogitados, como Vassouras, Nova Friburgo, Teresópolis e Campos, este último era o que defendia de forma mais organizada e agressiva sua pretensão.

A dificuldade de conciliar tantas pressões acabou por provocar o esvaziamento da questão. A transferência da capital acabou sendo feita de forma emergencial. A eclosão da Revolta da Armada em 1893 e a adesão da maioria da população de Niterói aos revoltosos colocaram a capital fluminense sob ameaça de bombardeio. Diante desse fato, a ALERJ decidiu transferir provisoriamente a capital não para Teresópolis, mas para Petrópolis, que além de possuir condições materiais para abrigar a sede do governo era a base política do presidente do estado, José Tomás da Porciúncula. A transferência foi consumada em fevereiro de 1894, e a volta da capital para Niterói só se efetuiu em 1903, sob a imposição de Nilo Peçanha, recém-eleito presidente do estado do Rio²².

Toda essa discussão que mobilizou diferentes lideranças regionais fluminenses, visando não só a fortalecer a posição de seus municípios, mas também promover uma interiorização da política, terminou por não ter nenhuma eficácia. Mesmo durante a permanência da capital em Petrópolis as relações entre a cidade e o estado do Rio não mudaram de forma substancial.

Ainda assim, a preocupação de interiorizar a política fluminense permaneceu sob outras formas que não a transferência da capital, destacando-se nesse movimento os políticos campistas. Sua atuação caracterizava-se pela luta para o fortalecimento das lideranças regionais e locais em detrimento daquelas que tinham maior trânsito na esfera federal, mas em contrapartida tinham menos contato com as bases locais. Uma situação exemplar nesse sentido foi a sucessão estadual de 1918, quando a facção do grupo nilista que atuava na esfera estadual encampou a candidatura do deputado estadual campista João Guimarães. Esta indicação foi contudo derrotada em favor de um nome que expressava exatamente a posição oposta, ou seja, tinha pouco contato com as bases e problemas locais mas gozava de reconhecimento na esfera nacional²³.

3. A nacionalização como um instrumento de ampliação do espaço político

Se a interiorização política era defendida por setores da elite fluminense, uma orientação diversa era sustentada por Nilo Peçanha e outras lideranças

de maior trânsito na política nacional²⁴. Nilo sempre privilegiou a atuação na esfera federal, mesmo que isso colocasse em risco a estabilidade interna. Esta orientação não se aplicava apenas à sua trajetória pessoal, mas à condução da própria política fluminense em um sentido mais amplo. Mesmo pretendendo resistir às interferências do governo federal, Nilo via a nacionalização da política fluminense como um fato consumado, e sua perspectiva era tirar disso o maior proveito possível.

As eleições de 1918 para o Executivo estadual mais uma vez permitem comprovar essa orientação. Como já foi dito, em 1917 foi lançada a candidatura de João Guimarães ao governo do estado. Em oposição, uma outra facção do nilismo lançou o nome de Raul Fernandes. Líder da bancada nilista na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes tinha a seu favor uma longa experiência na política federal e vínculos bastante estreitos com o mundo empresarial, intelectual e político carioca. Já João Guimarães era um político provinciano, sem ligações fora do estado e com uma visão regional dos problemas fluminenses. Significativamente, Raul Fernandes consagrava em torno de si toda a bancada federal. Entre os mais ativos defensores de sua candidatura destacavam-se os deputados federais Raul Veiga, José Tolentino, José Eduardo Macedo Soares, o Conde Modesto Leal e o advogado e usineiro Nelson Ribeiro de Castro²⁵ (anexo II).

A atuação de Nilo Peçanha nesse episódio, ainda que de forma indireta e disfarçada, foi francamente no sentido de esvaziar o nome de João Guimarães. Como não foi possível sustentar a candidatura de Raul Fernandes, vingou afinal o lançamento do nome de Raul Veiga, que, mesmo não dispondo da mesma projeção nacional, estava plenamente afinado com aqueles elementos que desfrutavam de prestígio no cenário federal.

Essa estratégia de valorizar as relações e as articulações na política nacional foi novamente implementada em 1920, por ocasião da reorganização da Comissão Executiva do PRF. Sua característica principal era ser formada exclusivamente por membros da bancada federal, diferentemente de comissões anteriores, em que se privilegiou a incorporação de lideranças regionais ou locais. Além disso, com exceção de Ramiro Braga, todos os demais elementos eram totalmente afinados com a facção liderada por Raul Fernandes. Além de ter sido pessoalmente excluído, João Guimarães não teve qualquer aliado seu incluído na Comissão Executiva. Os novos dirigentes do partido de Nilo Peçanha tinham trânsito fácil junto a destacadas figuras do cenário político nacional, o que era considerado fato importante na montagem de um

esquema que beneficiasse a obtenção de apoios para Nilo Peçanha disputar a Presidência da República em 1922²⁶.

Nessa linha de atuação, a facção nilista com trânsito na esfera federal pretendia construir alianças sólidas com lideranças do Distrito Federal e de outros estados, de maneira a ampliar a liderança de Nilo Peçanha para além das fronteiras fluminenses e em especial frente às camadas urbanas da cidade do Rio. A inserção de Maurício de Lacerda na bancada federal fluminense e a sustentação de seu nome por Nilo Peçanha, a despeito das pressões dos governos de Wenceslau Brás e de Epitácio por sua exclusão, como consequência de sua atuação na Câmara em defesa da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, são indicativos desta orientação²⁷. A popularidade e a liderança de Maurício de Lacerda junto às massas cariocas interessavam sobremaneira a Nilo Peçanha, que as encarava como um meio de aproximação com o eleitorado da capital.

Essa penetração eleitoral de Nilo Peçanha na cidade do Rio de Janeiro se concretizou de maneira mais explícita por ocasião da Reação Republicana, em 1921/1922. Lançado como candidato de oposição, Nilo teve grande respaldo eleitoral, não só de expressivas lideranças políticas cariocas mas também de massas trabalhadoras da capital.

Ao desembarcar no Rio no dia 6 de junho de 1921, depois de quase um ano de ausência, Nilo Peçanha recebeu uma das mais expressivas manifestações populares. "A multidão comprimia-se no cais do porto, rompendo os cordões de isolamento aos gritos de 'Viva Nilo Peçanha, o futuro presidente da República'." A despeito do inegável prestígio de Nilo, existem indicações de que essa manifestação não era exatamente fruto da espontaneidade da população carioca e fluminense. Na verdade, os órgãos mais expressivos da imprensa carioca, liderados pelo *Correio da Manhã* e por *O Imparcial*, foram fundamentais para conformar a opinião pública em favor de Nilo. Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, possuidor de inegáveis qualidades jornalísticas e de uma extraordinária capacidade de despertar o interesse popular, juntamente com o nilista José Eduardo de Macedo Soares, proprietário de *O Imparcial*, vinha desde algum tempo bombardeando a candidatura Artur Bernardes e exaltando as qualidades políticas e pessoais do líder fluminense²⁸.

Embora fosse um movimento marcadamente oligárquico, a Reação Republicana estava interessada em mobilizar as massas urbanas, e para atingir tal objetivo a campanha se revestiu de um apelo popular. Nesse sentido, Nilo Peçanha declarava:

O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos o direito do trabalho como os do capital. Não é possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade operária, o pensamento operário.²⁹

O destaque dado a essa questão estava ligado à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate acerca da questão social, no qual Maurício de Lacerda desempenhou um papel-chave. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política de segmentos desprivilegiados. A despeito desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão³⁰.

Ainda que com uma plataforma tão limitada em termos de propostas concretas para os interesses das populações urbanas, Nilo conseguiu obter uma grande penetração nesse contingente eleitoral, em especial no Distrito Federal, e em função disso sua imagem foi vinculada a uma postura democratizante. Um eleitor carioca anônimo traçou o perfil de Nilo

como refletor das esperanças nacionais, que tomou a si o grande sacrifício de redimir o povo brasileiro, regenerando-lhe os costumes políticos e mostrando-lhe que, na política, não se vence pela autocracia, pelo crime, pela coação, pelo suborno, e sim pela democracia, pelo direito, pelo prestígio e sobretudo pelo respeito à soberania do povo.³¹

O noticiário dos jornais nilistas insistia na penetração do candidato da Reação Republicana no seio do eleitorado urbano, e até mesmo as forças oposicionistas reconheciam temerosas esse fato. Um informante escrevia a Raul Soares relatando: "A recepção ao Nilo esteve muito concorrida, mas dizem todos que havia 60% de curiosos, 35% de revoltados contra tudo e contra todos e apenas 5% de nilistas". A seguir alertava: "Estamos marchando para a anarquia na capital (...). O Epitácio parece indiferente às depredações e atentados a nossos jornais"³².

Algumas biografias de Nilo Peçanha ressaltam demasiadamente sua ligação com as massas, chegando a atribuir-lhe o papel de precursor do

populismo no país, de portador de um ideário socialista, e a qualificar sua atuação na Reação Republicana como antioligárquica. A despeito das críticas que possam ser feitas a essas interpretações, era inegável, naquele momento, a penetração do nome de Nilo junto às camadas urbanas do Distrito Federal. Isto pode ser explicado não só em função de suas características pessoais, pois era um excelente orador, com grande capacidade de comunicação, mas também pelas próprias características e anseios dos grupos urbanos. Numa sociedade em que esses segmentos achavam-se marginalizados de qualquer participação política, o simples fato de o discurso nilista considerá-los como interlocutores dignos de atenção já era em si uma iniciativa mobilizadora.

Porém, se no Distrito Federal Nilo conseguia encantar as massas urbanas, fazendo de seu comício de outubro de 1921 um grande acontecimento popular, como admitiu um correligionário de Bernardes, as populações das cidades fluminenses mostravam-se resistentes ao fascínio nilista. Com exceção de Campos, terra natal de Nilo, os principais centros urbanos no estado do Rio, Niterói, Petrópolis e Nova Friburgo, eram áreas onde as oposições fluminenses movimentavam-se com mais desenvoltura e onde a política nilista tinha maiores dificuldades para exercer seu controle. Na verdade, enquanto no Distrito Federal e em outras capitais do país Nilo apresentava um discurso mais progressista, em seu estado natal, onde residiam suas principais bases, seu papel era o do oligarca típico, que promovia perseguições políticas, fraudava eleições, enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo.

A complexa rede de alianças que Nilo Peçanha construiu no Rio de Janeiro, angariando o apoio de militares e camadas populares urbanas, fez com que sua candidatura fosse vista pelos jornais paulistas de forma extremamente negativa. *O Correio Paulistano*, por exemplo, se referia ao candidato da Reação Republicana como o "monstro carioca"³³.

A estratégia de Nilo Peçanha e de setores das elites fluminenses mais cosmopolitas, de estreitar os laços políticos com a população carioca, parecia dar os frutos desejados, transformando o político fluminense na mais importante liderança da cidade.

Entretanto, apesar de desgastada, a política dos governadores continuava vigente, e o princípio de Campos Sales, "de que se governava a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da capital da União, e com o apoio dos grandes estados", deveria ser mantida a ferro e fogo³⁴. E foi. O desfecho final desta disputa eleitoral de 1922 foi a derrota da Reação

Republicana e a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, com a completa marginalização do grupo nilista do poder.

Um balanço das iniciativas do grupo nilista mais cosmopolita, que atuava fundamentalmente no Distrito Federal e pretendia colher dividendos das redes de relacionamentos construídas com diferentes segmentos da população carioca, nos permite dizer que esse grupo obteve sucesso do ponto de vista das trajetórias políticas individuais. No entanto, na perspectiva de construção de uma força política capaz de enfrentar o eixo dominante Minas-São Paulo, seus planos não conseguiram os resultados desejados, resultando num retumbante fracasso.

Entretanto, seria enganoso atribuir a derrota da Reação Republicana apenas a problemas específicos da política da capital e do estado do Rio, pois ela se insere num quadro mais amplo de funcionamento do pacto oligárquico em nível nacional. Seu fracasso também estava relacionado à correlação de forças e à forma de funcionamento político do regime impostas pela política dos governadores, na qual a competição política devia ser confinada aos estados e as oposições tinham chances mínimas de desalojar a situação que se eternizava no poder.

O mais importante, do nosso ponto de vista, não é discutir a derrota das pretensões de Nilo Peçanha e dos políticos cariocas e fluminenses a ele associados, mas perceber os limites impostos pela estratégia adotada pelo líder fluminense, de encarar a nacionalização como um instrumento de ampliação do espaço de ação política do estado do Rio.

É verdade que a opção de buscar apoios externos e tirar proveito dos pontos de contato com os políticos cariocas e nacionais, ao invés de defender a interiorização fluminense, parecia ser o caminho acertado para conseguir um melhor *status* para o estado do Rio na hierarquia do federalismo brasileiro. No entanto, a pouca solidez das relações entre Nilo Peçanha e os cariocas, bem como a própria divisão interna das elites políticas carioca e fluminense na ocasião, enfraqueceram as bases de sustentação desta aliança entre setores cariocas e fluminenses para enfrentar o pacto oligárquico patrocinado por Minas e São Paulo.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar que a nacionalização da política fluminense era um fato consumado que se manifestou de diversas maneiras e levou os fluminenses a buscar alternativas para enfrentá-lo. É difícil afirmar, num balanço final, se a nacionalização representou um bem ou um mal. Entretanto, no que diz respeito à unificação política do estado, a nacionalização teve um efeito negativo.

4. O porto de Niterói: uma nova tentativa de autonomia

Na década de 20, após a derrota do grupo nilista, a questão das relações cidade - estado do Rio foi reativada sob um novo prisma. Ainda que a nova facção política liderada por Feliciano Sodré tivesse conquistado o poder graças a uma intervenção federal, o que por si só limitava suas possibilidades de questionamento das interferências do governo federal na política fluminense, sua atuação seria direcionada no sentido de denunciar as "nefastas" influências do Distrito Federal sobre o estado do Rio.

A questão central para o governo de Feliciano Sodré não estava diretamente ligada à defesa da interiorização da política fluminense, mas à necessidade de neutralizar os malefícios trazidos pela preponderância econômica da cidade do Rio de Janeiro sobre o estado. Sua estratégia para enfrentar tal problema era a construção do porto de Niterói e a criação de uma alfândega naquela cidade. A base principal de seu argumento era que o estado do Rio não possuía nenhuma instância fiscal, e toda a arrecadação das taxas cobradas sobre os produtos importados que ingressavam no território fluminense era feita pela coletoria e pela recebedoria do Distrito Federal. A construção de um porto estava assim ligada não só à entrada e saída de produtos no estado do Rio sem a intermediação do porto do Distrito Federal, mas também à criação de uma nova fonte de recursos fiscais. Tudo isso visava naturalmente a uma maior autonomia estadual.

Assim, a construção do porto e a criação de uma alfândega em Niterói, embora não estivessem diretamente relacionadas à questão da nacionalização da política fluminense, oferecem indiretamente alguns subsídios nessa direção. Ao pretender "conquistar a emancipação econômica do estado do Rio", o governo de Sodré acreditava também poder conter a influência da cidade como pólo de atração político e econômico das potencialidades da Velha Província³⁵. Os resultados dessa proposta foram extremamente limitados, uma vez que o porto de Niterói não chegou a entrar em funcionamento efetivo na Primeira República.

Notas

1. BERNARDES, Lysia. Considerações sobre a região do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v.33, n.4, p.99-107, 1971.

2. FERREIRA, Marieta de Moraes. Política e poder no estado do Rio na República Velha. *Revista do Rio de Janeiro*, n.1, p.116, 1985, e *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*, p.28-45. Ver ainda FRAGOSO, João Luis. *Comerciantes e fazendeiros e formas*

de acumulação em uma economia escravista colonial. p.374; e CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das sombras*. p.100.

3. CARVALHO, Miguel de. *Organização republicana do estado do Rio de Janeiro, 1889 a 1894*. p.13.

4. Idem, ib., p.16.

5. Essa idéia de nacionalização da cidade do Rio de Janeiro foi utilizada por José Honório Rodrigues no texto "O destino nacional da cidade do Rio de Janeiro", em *Vida e história*, p.126-146. Posteriormente, José Murilo de Carvalho retomou essa questão no livro *Teatro das sombras*, p.100. Em ambos os autores, o uso do termo nacionalização ligava-se a características da cidade do Rio. Em nosso caso, consideramos útil aplicá-lo também ao estado do Rio, porque muitas das características que marcaram a trajetória da cidade se faziam sentir também no estado.

6. A análise comparativa do processo de instalação da nova ordem republicana nos diferentes estados, bem como a realização das eleições para a Constituinte Nacional em 1890, mostram a especificidade do caso fluminense no que diz respeito à nacionalização. São Paulo e Rio Grande do Sul, por possuírem uma melhor organização e difusão de grupos republicanos, tiveram condições de fazer valer suas propostas para a condução da política estadual. Em outros estados, como Minas Gerais, onde não se havia constituído um partido republicano com maior solidez, Deodoro teve um poder de intervenção forte para a organização do novo governo, mas a chapa para a Constituinte Nacional nasceu de uma aliança entre republicanos históricos e liberais e as eleições para a Constituinte estadual, embora tenha sido objeto de conflito entre os dois grupos, acabou por incorporar os republicanos históricos, reduzindo assim as interferências externas.

Mesmo em estados como Bahia e Sergipe a imposição de elementos de fora da política regional não é denunciada para as eleições da Constituinte Nacional.

Ver LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937*. p.157. _____. *O regionalismo gaúcho*. p.30, 43. WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937*. p.156. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. p.27-29. SOUZA, Terezinha de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. p.58.

7. SÁ, Surama de. *A elite política fluminense: renovação ou continuidade*. relatório de pesquisa. LEMOS, Renato. *A implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro, 1889-1892*. p.82-87. Ver ainda CARVALHO, Miguel de. op. cit., p.25, 16. WERNECK, André. O estado do Rio: burgo podre?. *Folha do Dia*, 19 dez. 1908. Arquivo Nacional, caixa 29-B, álbum, p.173.

8. KORNIS, Mônica. A retomada do controle político. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.176-181. Carta de Chico a Nilo Peçanha em 16 jan. 1912 e 05 fev. 1912. Carta de Horácio de Magalhães a Nilo em 12 fev. 1912. Carta de Teixeira Brandão a Nilo em 04 mar. 1912. Arquivo Nilo Peçanha.

9. Carta de Raul Fernandes a Nilo Peçanha em 25 mar. 1912. Arquivo Nilo Peçanha.

10. MARY, Cristina Pessanha. *Porto de Niterói, uma promessa de autonomia*. p.110. KORNIS, Mônica. Enfrentamento e acordo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.192. BARRETO, João. *Aspectos políticos, econômicos e administrativos do estado do Rio: o sr. Nilo Peçanha*. p.56, 57.

11. FERNANDES, Raul. A redenção. In: I.B.C. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. v.6, p.46, 47.

12. BALANÇO da receita e despesa do Império e República, 1880-1930.

13. CORBIN, Alain. Paris-province. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de memoire III. Les Frances V.1 Conflits et Partages* p.777-779.

Para acompanhar essa discussão ver também os artigos de Madellaine Riberioux, "A capital e o sonho das províncias e 1900" e o de Anne Marie Thiesse. "A invenção do regionalismo à Belle Époque" em *Le Mouvement Social*, Paris, Province, n.160, p.3-10, 11-32, jul./sept. 1992.

14. *Anais da ALERJ*, sessão ordinária de 1920, anexos. Artigo de Maurício Medeiros publicado em *O Imparcial*, em 13 ago. 1920.

15. SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. p.25-41. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. p.112-113.

16. RODRIGUES, José Honório. O destino nacional da cidade do Rio de Janeiro. In: _____. *Vida e história*. p.126-146. MOTA, Marli. *A nação faz cem anos*. p.40.

17. Coleção de cartas de Marieta Galvão de Moraes, residente numa fazenda em Cantagalo, à sua irmã Noêmia Galvão de Moraes, relatando suas expectativas e planos de viagem ao Rio, 1915-1919.

18. A consulta ao *Almanaque Laemmert* para a localização de residências e escritórios dos deputados estaduais fluminenses revela um número expressivo de nomes radicados no Rio.

19. BORHRER, George. *Da Monarquia à República; história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)*. p.67.

20. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. cap.2.

21. LEMOS, Renato. op. cit., p.127-130. Ver também os jornais *Monitor Campista*, nov. 1889, e *O Fluminense*, 19 out. 1890.

22. LEMOS, Renato. A oligarquia no poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.81.

23. Ver os jornais *O Rio de Janeiro*, dez. 1917, *Gazeta do Povo*, maio 1918, e *O Momento*, jun. 1917.

24. Podem ser incluídos neste grupo: Raul Fernandes, José Eduardo Macedo Soares (dono do jornal carioca *O Imparcial*), Maurício de Lacerda, Azevedo Sodré (médico do Distrito Federal), Maurício Medeiros (médico e professor da Escola de Medicina do Distrito Federal), Manoel Reis, Julião Ribeiro de Castro, Conde Modesto Leal, Manoel Temístocles de Almeida, Raul Veiga, Francisco Marcondes Macedo Jr., Domingos Mariano, Laurindo Lengruber Filho, Sílvio Rangel, Monteiro Soares, Arthur de Souza e José Tolentino.

25. BRANDI, Paulo. Estabilidade e compromisso. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.216.

26. Ver *O Estado*, maio 1920.

27. Para a atuação de Maurício de Lacerda no Legislativo federal ver GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. p.55-58. As pressões dos governos de Wenceslau Brás e Epitácio Pessoa sobre lideranças fluminenses nilistas para a exclusão do nome de Maurício de Lacerda da bancada fluminense podem ser constatadas na correspondência do Arquivo de Nilo Peçanha de jan. e fev. de 1918; 02 de out. de 1920; e fev. de 1921, quando finalmente Nilo não teve mais condições de resistir e excluiu Lacerda da chapa.

28. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*.

29. Discurso de Nilo Peçanha citado por Celso Peçanha, *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. p.135.

30. FERREIRA, Marieta de Moraes. Um eixo alternativo de poder. In: _____. *A República na Velha Província*. p.241-258.

31. Carta de um eleitor do Rio de Janeiro a Nilo Peçanha em fevereiro de 1922. Arquivo Nilo Peçanha.

32. Carta de Lopes Martins a Raul Soares em 07 nov. 1922. Arquivo Raul Soares.

33. Cit. por MOTA, Marli. op. cit., p.90-91.

34. Ver SALES, Campos. *Da propaganda à presidência*. p.258. Ver também CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. p.33.

35. MARY, Cristina Pessanha. op. cit., p.111, 112. Ver também *O Estado*, 20 out. 1927, e *O Jornal*, 11 maio 1927.

6

Fragmentação política e questão partidária

Os projetos de reforma da agricultura e a nacionalização da política estadual foram eixos em torno dos quais a elite política fluminense se dividiu em grupos e subgrupos ao longo da Primeira República. Mas há ainda um outro plano em que as divisões dessa elite se tornam especialmente evidentes: o da vida partidária. O objetivo deste capítulo é mapear a trajetória dos partidos fluminenses de 1889 a 1930 de modo a explicar as dificuldades de institucionalização da vida partidária e a incapacidade da cultura política do estado para absorver conflitos regionais, evitando assim uma fragmentação (anexos I e II). No Brasil, os partidos políticos passaram a se constituir como grupos institucionalmente organizados sob a égide da monarquia parlamentarista do Segundo Reinado. Naquele momento, o ponto central da dinâmica política estava menos na relação entre os partidos e o eleitorado do que nas relações dos partidos com o Poder Moderador, cuja intervenção, fazendo e desfazendo gabinetes, promovia a rotatividade no poder central e nos governos provinciais. Esses procedimentos não impediam, porém, que a racionalidade do jogo político fosse dada pela disputa entre partidos, tendo como eixo de equilíbrio a figura do imperador.

Com a implantação da República essas regras foram alteradas de forma substantiva. Eliminou-se a peça-chave - o Poder Moderador -, e substituiu-se a base de legitimidade do regime com a introdução do sufrágio universal e a extinção dos dois partidos principais, o Liberal e o Conservador. O único partido que permaneceu foi o Republicano, fundado em 1870, que nunca chegou a se constituir como uma organização unificada em nível nacional, caracterizando-se como uma federação de núcleos provinciais com diferentes matizes ideológicos e com estratégias políticas frouxamente coordenadas pelo núcleo central do Rio de Janeiro. A consagração do princípio federativo pelo novo regime agravou essa situação, promovendo uma fragmentação que consolidou uma estrutura partidária estadual. Em contraste com o sistema imperial, a Primeira República parecia avessa aos partidos nacionalmente organizados².

A nova lógica política iniciada com a República, e aprofundada com Campos Sales através da política dos governadores, não estava pautada pela competição política entre partidos nacionais, e sim pelas relações entre as várias situações políticas estaduais e o poder central. Assim, ao longo da primeira década republicana formaram-se em cada estado partidos dominantes, quando não únicos, que monopolizavam as posições de governo e possuíam maior ou menor complexidade interna conforme a diversificação da estrutura social e política de cada região.

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, a vida partidária na Primeira República foi marcada por baixos níveis de institucionalização e por dificuldades em se construir uma máquina partidária unida e eficiente, capaz de permitir a atuação de uma bancada federal coesa na defesa dos interesses fluminenses diante da política nacional. A questão central que marcou todo o período foi a dificuldade de definição nas relações governo - partido. A incapacidade das elites fluminenses de precisar as atribuições de cada um provocou inúmeras crises e impossibilitou a criação de instâncias partidárias capazes de absorver facções dissidentes e neutralizar conflitos. Para estudar os partidos políticos do estado do Rio nesse período, estabeleceremos uma periodização em três etapas: as tentativas de estruturação dos partidos fluminenses (1888-1899); o refluxo dos partidos (1900-1920); e a tentativa de revitalização partidária (1920-1930).

1. As tentativas de estruturação dos partidos fluminenses

A primeira década republicana no estado do Rio se caracterizou pelas tentativas de estruturação de novos partidos e pela discussão das formas de relacionamento entre governo e partido.

A primeira condicionante desse processo está relacionada com a maneira como ocorreu a difusão das idéias republicanas na província do Rio de Janeiro. Apesar do fato de as principais lideranças republicanas nacionais serem fluminenses, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Lopes Trovão, Nilo Peçanha, a criação de uma agremiação partidária republicana na província só ocorreu em novembro de 1888, e muito mais em função de um contingente de elementos descontentes com a monarquia devido à Abolição do que propriamente por uma opção pelas idéias republicanas.

Uma nova leva de adesões ocorreu com a Proclamação da República, que estimulou um grande número de adeptos da monarquia a se transformarem

nos chamados "republicanos do 15 de Novembro". O crescimento numérico do partido no novo regime não significou porém a construção de uma agremiação forte e coesa. O precário enraizamento das idéias republicanas foi um complicador importante para se chegar a uma definição mais clara das relações entre governo e partido, o que por sua vez acabou por provocar a cisão dos republicanos e a reorganização partidária dos ex-monarquistas³.

A fragilidade do Partido Republicano no estado do Rio se manifestou explicitamente logo após a Proclamação, quando a escolha de Francisco Portela para a chefia do governo estadual foi feita à sua revelia. A montagem da máquina administrativa estadual e a organização das eleições de 1890 para a Constituinte Federal, e de 1891 para Constituinte Estadual, confirmaram a marginalização da agremiação republicana na vida política fluminense. A esse respeito Santos Werneck declarou:

Afigurava-se-me, e ainda se me afigura, que uma eleição em que o governo do principal estado da União entraria como parte apaixonada, em que desembaraçadamente apresentasse uma chapa oficial incluindo nomes das autoridades superiores, outros que não contam o menor serviço ao estado, nem à República, outros que representam imposições à sua reconhecida fraqueza e até que não se compreende como aliar com a sua não suspeitada dignidade pessoal, chapas de que ao mesmo tempo seriam excluídos os mais antigos republicanos fluminenses, parecia-me, dizia eu, que uma eleição assim processada seria o atestado o mais legítimo e autêntico da má fé do regime provisório do estado do Rio para com essa parte da nação ludibriada e um desafio à soberania do povo fluminense, à autonomia do estado, tornado pelo seu próprio governador o burgo mais podre do Brasil⁴.

As tentativas do Partido Republicano de alcançar uma maior institucionalização, através da realização de convenções partidárias, da renovação das comissões executivas e do lançamento das chapas eleitorais escolhidas segundo mecanismos partidários e não estritamente pessoais, não resultaram numa maior participação sua no poder, nem na eleição de suas principais lideranças, como Silva Jardim e Alberto Torres. Em contrapartida, a atuação de Francisco Portela se caracterizou por sua subordinação ao governo federal e por uma postura personalista em que a meta central era criar uma base de poder própria independente das demais forças políticas estaduais, sem contudo chegar a estruturar nenhuma agremiação.

Esta situação de marginalização do PR fluminense conduziu-o a uma aproximação com membros do antigo Partido Conservador liderados pelo Conselheiro Paulino Soares de Souza, que em 31 de agosto de 1890 fundaram o *Partido Republicano Moderado*. A impotência do PR fluminense em se contrapor ao Executivo estadual aprofundou sua aliança com o Partido Republicano Moderado, dando origem a uma nova agremiação, o *Partido Autonomista Fluminense*, em 13 de abril de 1891⁵. Essa experiência partidária não chegou a ter vida longa e não enfrentou nenhum pleito eleitoral, em virtude da queda do governo provisório de Deodoro da Fonseca e de seu representante no estado do Rio, Francisco Portela, em novembro de 1891.

A necessidade de realizar eleições para uma nova Constituinte Estadual, para uma nova Assembléia Legislativa e para o governo do estado, imposta pela queda de Deodoro e seus representantes estaduais, exigia a reorganização das forças políticas. O resultado foi o surgimento do *Partido Republicano Fluminense* (PRF), formado pelo ex-PAF e mais dissidentes do governador Portela. Incorporando republicanos históricos e ex-monarquistas, o PRF era comandado pelo Conselheiro Paulino Soares de Souza e pelo republicano histórico José Tomás da Porciúncula, ocupando este último a Presidência do partido.

O objetivo da nova agremiação era construir uma máquina partidária forte e centralizada que garantisse a estabilidade política do estado. Aparentemente este objetivo foi atingido, uma vez que de 1892 a 1898 o PRF funcionou praticamente como partido único, controlando todas as eleições estaduais, federais, legislativas e executivas. Isto ocorreu porque foi possível neutralizar e absorver dissensões intrapartidárias, o que não significa que tivessem sido eliminadas tensões internas ou excluída a perspectiva de perdas futuras.

A existência de uma chefia única concentrada nas mãos de Porciúncula era um trunfo importante para garantir a unidade⁶. Tudo levava a crer que o PRF estava funcionando em moldes semelhantes aos que vieram a ter o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro. No entanto, duas questões básicas estavam na mesa de discussão, e de sua resolução dependia o futuro do partido: o formato da direção partidária e as relações partido-governo.

O debate acerca do formato da direção partidária manifestou-se com clareza em fevereiro de 1896, com a realização do congresso do PRF. Desde

sua fundação, a direção do PRF tinha sido organizada sob a forma de uma comissão executiva composta por seis membros e presidida por Porciúncula, que de fato atuava como chefia única. Contudo o afastamento de Porciúncula da política fluminense, em janeiro de 1895, para exercer funções diplomáticas, abriu espaço para que eclodissem divergências latentes relativas à forma de organização do partido.

A proposta oficial apresentada pelo delegado de Sapucaia, Sá Earp, era que a chefia única, exercida até então por Porciúncula, fosse substituída por uma comissão executiva composta de quinze membros, três de cada um dos cinco distritos eleitorais em que se dividia o estado. Em oposição, Nilo Peçanha, representante de Campos, argumentava que uma comissão composta de quinze membros seria incapaz de ter a agilidade necessária ao desempenho de funções executivas, e como opção, propunha a eleição de um diretório composto de cinco membros, com representantes dos cinco distritos eleitorais⁷.

Naturalmente a proposta vencedora foi a oficial, aprovada em plenário por representantes de todos os municípios, e Nilo Peçanha acabou por curvar-se à decisão da maioria. Ao fim do congresso parecia que as dificuldades tinham sido superadas, e a desejada estabilidade partidária, mantida. Contudo, os resultados obtidos não neutralizaram as reivindicações do grupo de Campos e não equacionaram de forma precisa as relações governo-partido.

A convenção do PRF de novembro de 1896 trouxe novamente à tona a discussão em torno do formato da comissão executiva do partido, e mais uma vez o grupo de Campos sugeriu alterações que abrissem um maior espaço para as lideranças do norte do estado. Visando mais uma vez a neutralizar as investidas campistas, Porciúncula, já de volta ao comando do partido, apresentou a proposta de que o diretório estadual fosse composto de sete membros, eleitos trienalmente pelos delegados dos municípios, após o reconhecimento dos poderes dos deputados federais e estaduais e senadores, por escrutínio de lista, uma por município e contendo um nome para representante de cada um dos cinco distritos eleitorais, um deputado federal e um senador. Essa fórmula diluía pelo estado os votos que elegeriam os dirigentes partidários, reduzindo dessa maneira a influência dos chefes locais nos resultados, o que significava criar dificuldades para a eleição de representantes do norte do estado ligados à chefia de Nilo Peçanha e do Barão de Miracema⁸. Impossibilitadas de reagir, as chefias campistas decidiram abandonar o partido, consumando a primeira cisão do PRF.

Esse episódio ilustra bem a incapacidade do PRF de neutralizar e absorver os conflitos através de sua comissão executiva. Por que não aceitar uma participação mais igualitária das lideranças do norte na direção do partido? Aparentemente não se pode detectar naquele momento divergências de fundo entre as duas facções. Até então o grupo de Campos não tinha manifestado atitudes de contestação radical ao PRF e ao governo do estado, naquele momento dirigido por Maurício Abreu (1895-1897). Tudo indica que teria sido mais prudente cooptar o grupo de Campos e mantê-lo dentro do partido, sob controle, como certamente seria feito pelo PRM e pelo PRP⁹.

A exclusão do grupo de Campos, que passou a se autodenominar *Partido Republicano em oposição*, não só abriu espaço para articulações com os antigos adeptos do portelismo de Niterói, que até então não tinham maior expressão e ressurgiram reunidos no *Partido Autonomista*, como permitiu a interferência federal nas eleições para a renovação da bancada fluminense na câmara, pleiteadas por Nilo Peçanha para garantir sua eleição como deputado federal¹⁰.

Esse quadro de fragilização do PRF seria ainda mais agravado quando novas cisões começaram a se delinear em torno da questão das relações governo-partido. Essas relações haviam sido harmoniosas desde a fundação do PRF em 1892. Durante o governo Porciúncula (1892-1894), as funções de chefe do governo e chefe do partido estavam concentradas em uma mesma pessoa. Com Maurício Abreu, a orientação de Porciúncula sempre prevaleceu, mais do que a da comissão executiva.

A expectativa do PRF era que esse padrão fosse mantido, e que o novo presidente do estado, Alberto Torres (1898-1900) se comportasse segundo essas regras. Contudo, a prática contrariou essas previsões, e em maio de 1899 o PRF sofreu um racha irreversível com a cisão de Alberto Torres e a criação de um novo partido, o *Partido Republicano do Rio de Janeiro* (PRRJ).

A publicação na *Gazeta de Petrópolis*, jornal de propriedade de Hermogêneo Silva, aliado de Alberto Torres, de um artigo sobre esses acontecimentos é de suma importância para o entendimento da questão¹¹. Na perspectiva de Alberto Torres, a raiz dos problemas do PRF não residia em desentendimentos pessoais ligados à chefia do partido, mas em divergências doutrinárias acerca das relações entre o governo e o partido. Do seu ponto de vista a chefia unipessoal era um inconveniente, e deveria haver uma separação entre o chefe do partido e o chefe do governo. O chefe

do governo deveria ter autonomia nas suas deliberações e na escolha de seus auxiliares em qualquer função pública. Sem recusar o conselho e a indicação de correligionários políticos, o chefe do governo não poderia passar às mãos destes o poder de decisão nas questões de governo e da escolha dos delegados por cujos atos era responsável.

O único compromisso que o chefe do estado assume para o seu partido é o de ser fiel ao seu programa; a praxe da consulta à direção geral e às direções locais sobre as nomeações, legítima pela presunção de que os homens mais aptos para a aplicação de um programa são seus adeptos, não pode ter foros de doutrina de direito público, constituindo um dever para o chefe do governo e um direito para os partidários.

Assim pois, na organização normal de um partido, a regra da aceitação das indicações partidárias é instituída apenas no interesse da execução do programa e do cumprimento dos deveres governamentais, ressalvada, porém, para o governo a competência de verificar se as indicações atingem esse fim.

O chefe do governo normalmente é obrigado a escolher os seus delegados entre correligionários, isto é, entre os cidadãos que comungam do mesmo credo político.

Esta é a concepção do sr. Alberto Torres sobre as relações do Presidente com o seu partido neste regime.¹²

Defendendo essa postura, Alberto Torres negava-se a acatar a orientação do PRF para organizar seu governo e entrava em luta aberta com Porciúncula, o que terminou por provocar a cisão da comissão executiva e a fundação de um novo partido.

O balanço da vida partidária fluminense ao longo da primeira década republicana demonstra na verdade uma grande falta de consistência. Assim como seus congêneres em outros estados, o *Partido Republicano Fluminense* não se constituiu em torno de um programa consistente, mas de idéias gerais em que a defesa da autonomia do estado e do federalismo era o ponto central. No entanto, ao contrário do que aconteceu em estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, onde a primeira década republicana foi marcada pela existência de vários partidos frágeis e pouco coesos, no estado do Rio o PRF funcionou praticamente como partido único até 1897, garantindo a estabilidade da política estadual¹³.

É importante lembrar que, a despeito dos conflitos pessoais e da chefia personalista de Porciúncula, a vida do PRF teve uma considerável regularidade: realizavam-se convenções, congressos, eleições das comissões executivas e até debates sobre como deveria ser o funcionamento e qual deveria ser o papel do partido. À primeira vista estas observações podem parecer pouco relevantes para indicar qualquer vitalidade da vida partidária fluminense, mas, se comparadas com as décadas posteriores, elas são significativas.

2. A dança das siglas : PRF ou PRRJ?

O ano de 1899 inaugurou uma nova fase na vida partidária fluminense, dando início a uma disputa interpartidária mais intensa, aprofundando assim a cisão da política estadual. Diferentemente de outros estados tais como Minas e Bahia, que naquela conjuntura começaram a caminhar em direção ao partido único, no estado do Rio passaram a funcionar dois partidos.

O partido do governo era o PRRJ, que incorporou o grupo de Campos e a dissidência do PRF que ficou ao lado de Alberto Torres em seu confronto com Porciúncula. Entre esses dissidentes, destacava-se um grupo de políticos de Petrópolis. O segundo partido era o antigo PRF, que, depois da defecção de Alberto Torres, com exceção de algumas lideranças republicanas como Porciúncula, Maurício Abreu e Sebastião Lacerda, ficou essencialmente dominado por velhos monarquistas liderados pelo Conselheiro Paulino. Sua comissão executiva expressava bem essa situação: Maurício Abreu (pres.); Fonseca Portela (sec.), Sebastião Lacerda, Vitorio Pareto, Paulino José Soares de Souza Jr., Miguel de Carvalho. Apenas Maurício Abreu era republicano histórico¹⁴.

As cisões partidárias, entretanto, não pararam aí. O fortalecimento do PRRJ graças ao apoio do governo federal, exatamente no momento em que foi posta em prática a política dos governadores e o enfraquecimento do PRF, não permitiu a construção de uma máquina partidária forte e coesa nos moldes do PRM ou do PRP, ou até mesmo em moldes mais limitados como os do PRB¹⁵.

Num primeiro momento, o movimento de conciliação que aproximou o PRF e PRRJ em torno da candidatura de Quintino Bocaiúva ao governo do estado parecia estar neutralizando as divergências e construindo as bases de uma unificação futura. Entretanto, tão logo Quintino foi eleito e tomou posse

nada concedeu ao PRF, que apesar de todos os seus esforços para participar do governo, permaneceu marginalizado.

Ao mesmo tempo, o PRRJ nada fazia para se organizar melhor, fortalecendo suas bases municipais ou institucionalizando seus órgãos de decisão. Na verdade, não se tem notícias de convenções ou de novas eleições internas que pudessem expressar uma rotinização da vida organizacional do partido. A única convenção do PRRJ de que se tem notícia desde sua fundação ocorreu em janeiro de 1904. Nesse momento um novo racha já havia ocorrido no partido, e o chamado grupo de Petrópolis, liderado por Hermogêneo Silva, havia sido excluído.

Ainda que não haja documentação disponível para acompanhar o desenrolar dessa cisão do PRRJ, sabe-se que Hermogêneo pretendia o governo do estado na sucessão de Quintino Bocaiúva, e que Nilo Peçanha almejava o mesmo objetivo. A disputa pelo governo do estado e as tentativas de Nilo de solapar as bases de seu opositor acabaram por concretizar o racha do PRRJ, fazendo com que a sigla temporariamente desaparecesse sem nenhuma explicação formal¹⁶. Por outro lado, pode-se supor que as dificuldades de aceitação do nome de Nilo pelo PRRJ tenham feito com que os nilistas buscassem um acordo com o PRF para as eleições federais de 1903. Sem lançar mão de nenhuma instância partidária, Nilo Peçanha, que não ocupava nenhum cargo no governo fluminense e nem na direção do PRRJ, com o apoio de Quintino, organizou a chapa que deveria concorrer a essas eleições. Seu critério foi marginalizar os antigos aliados para abrir cinco vagas para elementos do PRF, ligados ao Conselheiro Paulino e Miguel de Carvalho, seus arquiinimigos. Eram eles: Belisário Augusto Soares de Souza, Alberto Bezamat, Paulino José Soares de Souza, Maurício Abreu e Júlio Veríssimo dos Santos. A partir daí a sigla PRF passou a designar a situação. Foi o PRF o partido que lançou a candidatura de Nilo ao governo do estado em 1903¹⁷.

A vitória de Nilo Peçanha e sua posse no governo do estado conduziram à reorganização do PRRJ e ao abandono da sigla PRF. Nesse momento de fortalecimento do grupo nilista, de pleno funcionamento da política dos governadores e de consolidação do processo de centralização e cerceamento da autonomia municipal, que se iniciara no governo Quintino, criaram-se condições para o estabelecimento de um rígido monopartidarismo e de uma rígida disciplina partidária. Nos quadros da política dos governadores, a coesão política interna dos estados e a existência de um partido único forte e disciplinado eram condições *sine qua non* para que os interesses do estado pudessem ser bem representados na esfera federal¹⁸.

Ao iniciar-se o governo de Nilo havia amplas possibilidades de que sua dominação política se solidificasse. O grupo de Petrópolis estava absolutamente neutralizado e confinado à atuação municipal, e o antigo PRF aparentemente tinha se curvado à liderança nilista, aceitando indicar seu nome para o governo do estado. Tudo parecia indicar que o PRRJ iria ganhar uma maior institucionalização e bases organizacionais mais profundas e estáveis. Era fundamental construir uma agremiação política forte e disciplinada que garantisse a atuação de uma bancada coesa na esfera federal. Era preciso também assegurar a vida do partido através da organização de núcleos municipais, da realização de convenções regulares e da atuação efetiva da comissão executiva, para organizar as chapas eleitorais e definir um melhor entrosamento entre a esfera estadual e federal.

Foi nesses moldes que Silviano Brandão, governador de Minas, estruturou o PRM. A meta do político mineiro era acelerar a montagem de uma estrutura de dominação oligárquica onde a unificação da bancada mineira no Congresso fosse um fator chave para a defesa dos interesses de Minas na esfera federal. Nesse esquema, a organização da comissão executiva assumia um papel central. A idéia era esvaziar a convenção partidária, inicialmente destinada a organizar as chapas, para reforçar a comissão executiva, que deveria disciplinar e submeter a todos. Um outro ponto importante era que a duplicidade de delegações dos municípios nas convenções, que inicialmente era circunstancial, passou a ser norma partidária, o que permitia canalizar para dentro do partido as diferentes facções municipais. Assim, a comissão executiva passou a ter todos os poderes e a substituir a convenção. O desdobramento dessas alterações foi que o comando real da política do estado não se manteve mais nas mãos do chefe do Executivo, mas na comissão executiva do partido, que atuava no sentido de incorporar diferentes facções de maneira a neutralizar conflitos¹⁹. Com essa opção, privilegiava-se o partido em detrimento do governo como instância definidora da ação política.

Nilo Peçanha parecia partilhar de idéias semelhantes para garantir sua dominação no Rio de Janeiro e melhor situar-se na hierarquia do desigual federalismo brasileiro. Entretanto, sua prática política esteve longe de ter preocupações partidárias mais consistentes.

Com o objetivo de incorporar grupos oposicionistas ao partido e neutralizar sua capacidade de resistência, foi reorganizada a comissão executiva do PRRJ em janeiro de 1904 e preparadas as eleições estaduais e municipais a realizar naquele mesmo mês e ano. A principal decisão relativa à

reestruturação foi a de aumentar o número de membros de cinco para sete e incorporar os elementos ligados a Miguel de Carvalho. Essa iniciativa parecia abrir espaços para o fortalecimento da comissão executiva como órgão central do partido, capaz de absorver as facções oposicionistas e de transformar os conflitos em disputas intrapartidárias²⁰. A organização das chapas para concorrer às eleições municipais e estaduais pretendia seguir essa mesma orientação, promovendo a cooptação de elementos resistentes ao nilismo.

No ano seguinte, com a perspectiva de afastamento de Nilo Peçanha do governo do estado para concorrer à Vice-Presidência da República, novas iniciativas foram tomadas para fortalecer o PRRJ e aprofundar seu enraizamento nos municípios. Em dezembro, nova convenção foi realizada para a escolha de uma nova comissão executiva. As alterações fundamentais foram: estabelecimento de regularidade de dois anos para duração do mandato da comissão executiva, ampliação do número de membros de sete para nove, renovação de todos os membros com exceção apenas do Barão de Miracema, e alteração do critério de escolha, que deixava de privilegiar deputados estaduais e federais para valorizar políticos municipais. O grupo de Miguel de Carvalho, que na convenção anterior tinha sido incorporado como minoria, foi excluído²¹.

Se essas várias iniciativas foram tomadas para incorporar setores da oposição e fortalecer as práticas partidárias, uma análise mais cuidadosa demonstra suas limitações e problemas. Em primeiro lugar, a incorporação dos liderados de Miguel de Carvalho na bancada federal fluminense nas eleições de 1904 não surtiu os resultados desejados. Se é verdade que a participação daqueles elementos fortaleceu Nilo Peçanha nas suas pretensões ao governo do estado frente a Hermogêneo Silva, fragilizou a bancada federal, que não foi capaz de atuar de forma coesa. Isto significa dizer que a oposição não retribuiu as iniciativas de pacificação que Nilo apresentou²².

Por outro lado, a política de distensão nilista, via cooptação de elementos da oposição e alteração no PRRJ, também apresentava limitações. As práticas de cooptação adotadas não foram objeto de uma formalização explícita através de acordos, nem foram iguais para todos os agrupamentos oposicionistas. Em geral, concessões maiores foram feitas no nível municipal, onde foi permitida a participação oposicionista nas câmaras municipais, ou mesmo o controle de alguns municípios pela oposição. Já no Legislativo estadual não foi aberto espaço para elementos oposicionistas, não só aqueles liderados por Miguel de Carvalho, que tinham participação na comissão

executiva do PRRJ, como aqueles integrantes do chamado grupo de Petrópolis, liderados por Hermogêneo Silva. Ficava evidenciado assim que as transformações da comissão executiva de 1903 não eram para valer, como bem expressou o deputado nilista Curvelo Cavalcanti em carta a Quintino: "Como verá nos jornais de hoje, representamos ontem nossa comédia para a eleição do diretório (comissão executiva)"²³.

As alterações na comissão executiva do PRRJ em dezembro de 1904 também não trouxeram frutos mais significativos. Não ocorreram iniciativas de criar diretórios municipais; os representantes dos municípios nas convenções eram em geral os presidentes das câmaras e não membros de um diretório; a representação municipal era única e pertencia a quem tinha o controle da política local no momento, não havendo a duplicidade de delegações como era comum nas reuniões do PRM; a comissão executiva não tinha um poder de decisão efetivo, e o comando real da política ficava nas mãos do chefe do Executivo estadual. Nessas circunstâncias, a comissão executiva tinha dificuldades de incorporar facções dissidentes e administrar as dissensões dentro do espaço partidário. Assim, o PRRJ definia-se como o partido nilista, e tinha como marca principal o personalismo.

Com essas características, o PRRJ não reunia as condições necessárias para arcar com o afastamento de seu chefe do governo do estado para concorrer à Vice-Presidência da República em 1906. Privilegiando sua participação na política nacional, Nilo Peçanha colocou em plano secundário a estabilidade de sua dominação oligárquica.

A falta de uma estrutura partidária e a personalização da vida política do estado fizeram com que a coesão do grupo nilista, e conseqüentemente do PRRJ, fosse pelos ares ao primeiro sinal de ausência do "grande líder". A cisão política se manifestou na rejeição ao nome do sucessor de Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, primeiro vice-presidente, que deveria completar o mandato já em curso²⁴.

A partir de então, abriu-se uma etapa na política do estado em que mais do que nunca a vida partidária se tornou uma ilusão. Os sucessivos rachas dentro do grupo nilista, a construção de alianças entre dissidências nilistas e as oposições lideradas por antigos monarquistas herdeiros do Conselheiro Paulino, como Miguel de Carvalho, criaram e recriaram agrupamentos partidários que assumiam de forma aleatória e indiscriminada as siglas PRF e PRRJ. Se o PRF aparecia ora designando nilistas e antinilistas, o PRRJ era usado exclusivamente pelos primeiros.

Em 1911, com a fundação do Partido Republicano Conservador, agremiação de caráter nacional, por Pinheiro Machado, o quadro partidário fluminense ficaria ainda mais confuso. O então PRF, controlado por nilistas, se transformou numa seção do PRC, adotando o nome de *Partido Republicano Conservador Fluminense* (PRCF)²⁵. Por sua vez, o grupo que na ocasião agregava Miguel de Carvalho, Alfredo Backer e Hermogêneo Silva passou a usar a sigla PRF. Em 1913, com o rompimento de Nilo Peçanha com Pinheiro Machado, os nilistas se retiraram do PRC, voltando a usar a sigla PRF. Em contrapartida, a oposição fluminense aproximou-se do PRC e passou a se utilizar da sigla PRCF. As eleições para o governo do estado em 1914, opondo as candidaturas de Nilo Peçanha, pelo PRF, e Feliciano Sodré, pelo PRCF, pareciam criar um novo estímulo para o fortalecimento da vida partidária, já que pela primeira vez ocorria de fato uma disputa eleitoral. Entretanto, a vitória final de Nilo com o apoio do governo federal de Wenceslau Brás, recém-empossado, resultou num grande enfraquecimento do PRCF²⁶.

Nos anos que se seguiram até 1920, o uso das siglas ficou melhor definido, ficando a situação nilista com o PRF, e a oposição, que agregaria as facções de Miguel de Carvalho, Oliveira Botelho e Feliciano Sodré, com o PRCF. O uso menos aleatório das siglas, permitindo uma melhor caracterização nominal da oposição e da situação, não representou entretanto uma revitalização dos partidos. O PRCF na oposição ficou completamente marginalizado, não conseguindo participar das eleições realizadas entre 1916 e 1921. O PRF, que a partir de 1915 voltou à situação, também não realizou nenhum esforço de fortalecimento partidário, chegando, em janeiro de 1918, em virtude de disputas internas, a dissolver a comissão executiva e a assumir formalmente que todas as decisões partidárias eram tomadas pessoalmente por Nilo Peçanha, o que indicava a total desestruturação do partido²⁷.

Uma avaliação dessa segunda fase da trajetória dos partidos fluminenses demonstra que os conflitos partido-governo que marcaram a primeira década republicana foram eclipsados pela predominância do papel do governo. A atuação personalista de Nilo Peçanha inibiu grandemente uma maior regularidade das práticas partidárias. Ainda que em alguns momentos Nilo Peçanha tenha se afastado diretamente das decisões políticas, sua presença era o referencial fundamental.

O partido liderado por Nilo Peçanha, que ao longo de sua evolução denominou-se Partido Republicano Fluminense (PRF) e Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), caracterizou-se sempre por uma

precariedade decorrente das confusas concepções de partido político, das contradições entre a política estadual e a política federal, mas principalmente da atuação das lideranças pessoais, que se sobrepunham à idéia de partido. Na verdade, não se conseguiu formar uma agremiação disciplinada, coesa, que solidificasse os laços partidários frouxamente sustentados, em virtude da baixa institucionalização, da ausência de reuniões políticas e da falta de uma estruturação competente. Toda a mobilização partidária era voltada para a organização de chapas, o que evidenciava seu caráter meramente eleitoral.

3. A tentativa de revitalização partidária

A década de 1920 veio alterar um pouco esse quadro, abrindo espaço para a criação de um maior número de partidos e um maior grau de institucionalização partidária. Assistiu-se mesmo ao surgimento de partidos apresentando programas de defesa de interesses de grupos específicos²⁸.

As eleições para presidente da República em 1919 foram um ponto de partida para a reorganização partidária fluminense. O posicionamento do grupo nilista em favor da candidatura oposicionista de Rui Barbosa contra Epitácio Pessoa possibilitou o que a imprensa chamou na época de "emergência das oposições"²⁹. Alfredo Backer, adotando a sigla PRF, apoiou a candidatura de Epitácio. O PRCF, que mantinha suas antigas lideranças, como Miguel de Carvalho, Feliciano Sodré e Oliveira Botelho, fez a mesma opção, enquanto o grupo nilista retomou a sigla PRRJ.

Em maio de 1920, na iminência do afastamento de Nilo da política fluminense em virtude de sua viagem à Europa, realizou-se a convenção do partido nilista com o objetivo de eleger sua comissão executiva, extinta desde dezembro de 1917. Num momento de crise, em que Nilo Peçanha, que até então havia centralizado as principais decisões políticas da vida do estado, se achava ameaçado por seu apoio ao candidato derrotado Rui Barbosa, urgia tentar criar canais de poder mais descentralizados e ao mesmo tempo despersonalizar um pouco a vida política. Diferentemente de ocasiões anteriores, quando a escolha da comissão transcorria sem maior alarde e muitas vezes a portas fechadas, esta eleição transformou-se num evento político. A convenção foi presidida por Nilo Peçanha e contou com a presença de representantes de todos os municípios, ou seja, os presidentes das câmaras municipais, além de todos os parlamentares estaduais e federais.

A grande novidade foi a presença de Nilo Peçanha, que, segundo *O Estado*, desde que assumira a chefia do PRF há mais de vinte anos, nunca havia participado dos trabalhos de uma convenção ou reunião oficial de seu partido³⁰, o que demonstrava um total descaso pela institucionalização de uma política partidária. O comparecimento de representantes de todos os municípios foi igualmente um acontecimento significativo. Tais fatos indicavam sem dúvida a tentativa de promover algumas alterações na maneira de organizar a vida política fluminense. Um primeiro aspecto a ser destacado estaria na intenção de atribuir um papel mais relevante ao partido, de dar um caráter mais institucionalizado a seu funcionamento, e de buscar um maior estreitamento nas relações com as bases locais. Mesmo que essas iniciativas pudessem ter um caráter essencialmente formal, elas expressavam a tendência a uma certa despersonalização da vida partidária.

A explicação para essas alterações encontra-se num contexto que exigia um novo tipo de relacionamento das forças nilistas com as oposições e com o governo federal, e até mesmo uma pacificação interna do partido oficial, em virtude da crise, que teve lugar por ocasião da sucessão estadual de 1918, entre as facções de João Guimarães e de Raul Fernandes, já tratadas no capítulo 6. Além disso, a necessidade de fortalecimento do PRRJ devia-se em grande parte ao planejado afastamento de Nilo Peçanha do cenário político e da condução direta dos negócios fluminenses. Permanecendo à frente da política estadual, além de enfrentar os constrangimentos decorrentes da derrota de Rui Barbosa, Nilo sofreria os inevitáveis desgastes trazidos pela condução cotidiana dos negócios políticos. A idéia fundamental era preservá-lo dos conflitos, mantendo sua imagem de grande estadista, adquirida principalmente através de seu desempenho no Ministério das Relações Exteriores. De acordo com essa estratégia, Nilo Peçanha deveria ausentar-se do país, como realmente fez, permanecendo na Europa de maio de 1920, logo após o término da convenção do PRRJ, até as vésperas da convenção para a escolha de um novo candidato a presidente da República, em junho de 1921. Nesse quadro, a convenção do PRRJ tinha também a finalidade de formalizar a passagem da chefia da política fluminense das mãos de Nilo para as de Raul Veiga. A escolha justificava-se não só por ser Raul Veiga o chefe do Executivo estadual, mas também por ser figura de absoluta confiança de Nilo, e plenamente afinada com a liderança de Raul Fernandes, que ganhava cada vez mais espaço no interior do partido.

A nova comissão executiva do PRRJ foi integrada por apenas quatro nomes. Sua característica principal era ser formada exclusi-

vamente por membros da bancada federal, diferentemente de comissões anteriores, em que se privilegiou a incorporação de lideranças regionais ou locais. Tudo indica que essa orientação estivesse ligada ao interesse de privilegiar as relações e as articulações na esfera federal. De fato, os novos dirigentes do partido tinham trânsito fácil junto a destacadas figuras do cenário político nacional, o que era considerado fato importante na montagem de um esquema que beneficiasse a obtenção de apoio para Nilo com vistas à sucessão de 1922.

Entre as definições políticas trazidas à luz na convenção do PRRJ, devem sem dúvida ser ressaltadas as propostas concernentes ao relacionamento com o governo federal. A tônica do discurso nilista nessa questão era a busca de aproximação e o apaziguamento.

A preocupação com a institucionalização partidária pode ser percebida mais uma vez através da realização da convenção do PRRJ de abril de 1922³¹. Essa convenção revestiu-se de especial importância em virtude da derrota de Nilo Peçanha na eleição para presidente da República de 1922. O apoio do PRF e do PRCF ao candidato vitorioso Artur Bernardes abriu como perspectiva a possibilidade de reeleição nas próximas eleições estaduais de julho de 1922 e a ameaça de intervenção federal. Diante desse quadro, o fortalecimento do PRRJ e seu afastamento da liderança de Nilo Peçanha, alvo principal das perseguições federais, tornava-se fundamental.

Dentro dessa diretriz, a comissão executiva anterior foi reeleita com uma única alteração, o que era indicativo de que se mantinha o critério de privilegiar nomes de maior trânsito na esfera federal e consagrar a liderança da facção de Raul Fernandes, nome indicado naquela ocasião para concorrer ao governo do estado. No campo estritamente partidário, Raul Fernandes levantou novamente a antiga discussão acerca das relações entre partido e governo, propondo a desvinculação do exercício do governo da chefia do PRRJ, já que a vinculação entre a administração e a política partidária era responsável, a seu ver, por toda sorte de manipulações e abusos do Poder Executivo.

Os presidentes de estado têm a ilusão de exercer um governo forte porque dominam simultaneamente a administração e a política partidária, dispondo a seu arbítrio dos postos eletivos, suscitando e satisfazendo como lhes apraz as ambições de uma clientela numerosa.³²

Com essas formulações, Raul Fernandes pretendia não só criticar o sistema oligárquico-clientelístico, mas propor um novo modelo de funcionamento para a política, em que as chefias estaduais tivessem um envolvimento menor na condução da vida partidária, podendo assim administrar independentemente das ingerências políticas. Ao mesmo tempo, o efeito dessa orientação seria o fortalecimento da estrutura partidária.

Ainda que se possa questionar a efetiva identificação de Raul Fernandes com esses princípios, defendê-los naquele momento significava um ato pragmático de sobrevivência. Separar o exercício do governo da chefia do partido significava delimitar formalmente seu próprio papel e o de Nilo Peçanha. Raul Fernandes pretendia guardar para si apenas as atividades administrativas, ficando a condução dos negócios políticos entregue ao PRRJ e, em última instância, a Nilo. Além disso, pretendia restringir a autonomia do Executivo, cuja atuação deveria refletir a orientação do Legislativo, a qual, por sua vez, reproduziria livremente a opinião de seus mandatários. O pensamento do governo se manifestaria publicamente apenas nas mensagens presidenciais ou nos vetos.

Entretanto, essas iniciativas não chegaram a se concretizar, uma vez que a intervenção no estado do Rio ocorreu logo após a posse de Bernardes, desalojando o grupo nilista do poder e permitindo a ascensão de uma nova coalizão política liderada por Feliciano Sodré.

A inauguração de uma nova etapa da política fluminense não alterou a tendência já em marcha a um maior fortalecimento partidário. Uma das primeiras iniciativas do novo governo foi a realização de uma convenção em 16 de agosto de 1924, destinada a reestruturar o PRF, a elaborar nova lei orgânica e a escolher a comissão executiva³³. Os participantes da convenção foram os deputados federais, senadores, deputados estaduais e um representante de cada município, e a presidência da reunião coube a Miguel de Carvalho.

A nova comissão executiva expressava a composição política do novo partido, que agregava os antigos herdeiros do Conselheiro Paulino, políticos recém-ingressados na política fluminense e antigas dissidências do nilismo.

Uma análise da descrição da convenção, publicada no jornal *O Estado*, fornece indicadores acerca das preocupações com uma melhor organização do funcionamento partidário³⁴.

Com a elaboração e votação da lei orgânica do partido foram estabelecidos os mecanismos de funcionamento: periodização das convenções e fixação do mandato das comissões executivas e de sua composição numérica (sete); definição dos órgãos do partido (convenção, comissão executiva, diretórios municipais, juntas distritais) e suas atribuições específicas. Em relação a esse último ponto, é importante salientar que nenhum membro do partido poderia por iniciativa própria apresentar candidato a qualquer cargo eletivo, que os membros da comissão executiva não poderiam fazer parte dos diretórios ou das juntas distritais, e que os membros destas também não poderiam fazer parte dos diretórios. Um outro aspecto a ser ressaltado na convenção é a preocupação com um programa de ação partidária que preconizasse uma nova legislação eleitoral para assegurar às funções eletivas a representação proporcional de todas as correntes de opinião, e que estimulasse a agricultura e o crédito agrícola, bem como a criação de um regime de trabalho que conciliasse interesses dos agricultores e dos industriais fabris.

Ainda que se possa apontar a formalidade desses pontos e a dificuldade de sua aplicação prática, sua simples menção na lei orgânica indica a tendência à criação de instâncias hierárquicas de decisão política e o interesse por uma maior institucionalização.

Dentro dessa linha de fortalecimento partidário, tiveram lugar, seguindo a periodização proposta pela lei orgânica, as convenções de dezembro de 1926 e de julho de 1928.

A primeira delas elegeu uma nova comissão executiva, cuja composição manteve-se inalterada dos pontos de vista numérico (permaneceram 11 membros) e dos critérios de escolha. Os membros eram senadores e deputados federais e houve uma renovação de apenas dois de seus membros. Nessa convenção também foram escolhidos os candidatos do partido à Presidência e à Vice-Presidência do estado, Manoel Duarte e Eduardo Portela³⁵.

A segunda convenção, de 1928, mais uma vez demonstrou a regularidade do funcionamento que a vida partidária ia assumindo. Realizou-se no prazo previsto e reelegeu a antiga comissão executiva com apenas a troca de nome de Manoel Duarte por Feliciano Sodré³⁶. Além disso, essa convenção demonstrou a concretização de um acordo entre o PRF e setores nilistas reorganizados no PRRJ, que permitiu a participação da corrente oposicionista nas chapas oficiais de deputados estaduais e federais, na condição de minoria.

Com esse conjunto de procedimentos o PRF visava a se fortalecer, fazendo valer a distinção entre atribuições do Executivo estadual e do partido através do fortalecimento da comissão executiva. Além disso, pretendia evitar novos conflitos com a oposição nilista, objetivando incorporá-la à agremiação oficial.

Ao lado de um fortalecimento crescente do PRF, a vida partidária fluminense também se ampliou ao longo dos anos 20, obedecendo a uma tendência geral do momento e do país.

Em abril de 1926, o PRRJ, que havia desaparecido após a derrota do nilismo e a intervenção federal, foi reestruturado pelas tradicionais lideranças nilistas, e em fins daquele mesmo ano parte do partido concretizou um acordo com o PRF, como já foi assinalado³⁷.

Mesmo a facção do PRRJ que não aceitou formalizar nenhum acordo com o PRF (os chamados nilistas vermelhos, liderados por Maurício de Lacerda e João Guimarães) teve uma convivência razoavelmente estável a partir da eleição de Manoel Duarte, sem grandes conflitos abertos. Esse fato se mostrou especialmente claro na organização das chapas para as eleições federais de fevereiro de 1930, quando os nilistas acordistas passaram a fazer parte integrante do PRF, e os nilistas vermelhos entraram nas três vagas reservadas à minoria. Esse procedimento, entretanto, não se repetiu para as eleições estaduais de agosto daquele mesmo ano, quando todos os candidatos do PRRJ e do PD foram excluídos, ficando as vagas reservadas à minoria entregues aos candidatos avulsos ligados ao PRF³⁸.

Sem uma importância expressiva, mas de qualquer forma indicando uma maior vitalidade da vida partidária, foram criados nos anos 20 vários outros partidos. Um deles foi o *Partido do Trabalho*, cujas bases se localizavam em Campos e que tinha como líder Luis Guaraná; apesar de sua vida curta, representou uma tentativa de organização de uma agremiação partidária vinculada a interesses econômicos, os plantadores e usineiros de Campos, que no começo dos anos 20 viviam grandes dificuldades³⁹.

Em moldes semelhantes foi criado em agosto de 1927 o *Partido Republicano Rural* (PRR), cujas bases estavam localizadas em Duas Barras, Bom Jardim e São Francisco de Paula, e que tinha como objetivo combater a política cafeeira do governo estadual levada a efeito pelo Instituto do Fomento Agrícola Fluminense⁴⁰.

Com características diferentes, mas indicando a mesma tendência, foi fundado em 1925 o *Partido da Mocidade de Campo*, articulado ao Partido da Mocidade Nacional, e, em 1927, o *Partido Democrático* (PD), também expresando uma corrente de organização nacional.

À margem das facções oligárquicas, mas também expresando uma orientação nacional, a do Bloco Operário Camponês (BOC), foi criado em 1928 o Centro Proletário de Niterói com vistas a concorrer a eleições municipais⁴¹.

Esse maior fortalecimento dos partidos, em especial do PRF, ainda que marcado por limitações, conseguiu, aliado às circunstâncias da política nacional, garantir uma maior estabilidade interna no estado, que veio a ser quebrada com Revolução de 30. Aliado ao governo de Washington Luis até o final, o PRF foi desalojado do poder, tendo início um novo momento político no estado do Rio.

A explicação para uma maior vitalidade da vida partidária na década de 20 pode ser pensada em função de duas ordens de fatores: a conjuntura política nacional e as condições internas e específicas do estado do Rio. No que diz respeito ao primeiro aspecto, vale lembrar que ao longo dos anos 20 o pacto político oligárquico passou a dar sinais de esgotamento. A política dos governadores, que tinha garantido a estabilidade do sistema, funcionava inibindo o jogo partidário, uma vez que sua dinâmica não estava centrada na competição entre partidos nacionais, mas nas relações entre as várias situações políticas estaduais e o poder central. O enfraquecimento dessa política abria espaço para uma gradativa expansão partidária⁴².

Quanto à problemática interna fluminense, devem ser pensadas as diferenças entre a vigência da dominação nilista e seus períodos anterior e posterior. Na primeira década republicana, o novo regime estava em fase de implantação e a política fluminense era integrada por muitas lideranças expressivas de diferentes tendências que se equivaliam e se neutralizavam, ficando o poder redistribuído entre elas.

Já a partir de 1900, as grandes figuras foram desertando da política fluminense. O Conselheiro Paulino e Tomás Porciúncula morreram, Alberto Torres retirou-se da política, Quintino era um grande nome na esfera nacional mas tinha um enraizamento limitado no estado e sempre atuou em nível interno tutelado por Nilo Peçanha. Usufruído de uma posição destacada em

relação a seus pares, Nilo Peçanha sempre atuou de maneira extremamente personalista e conduziu os negócios fluminenses em função de seus interesses.

Uma carta de Oliveira Botelho enviada a Nilo em 1911 expressa bem esse tipo de situação. Botelho, então presidente do estado, declarava a seu chefe supremo: "O estado do Rio é seu, só seu, exclusivamente seu."⁴³. Ainda que essa declaração não expressasse a completa realidade dos fatos, ela é extremamente ilustrativa para reforçar o argumento da personalização da política fluminense.

Um outro depoimento nesse sentido foi feito por Raul Fernandes. Referindo-se à posição ocupada pelo estado do Rio dentro da federação, dizia ele: "É" possível que ela (a máquina política) nos tivesse convertido em um estado de importância secundária no jogo da política geral (...) se não tivéssemos o contrapeso do valor pessoal de nosso grande amigo, Nilo Peçanha"⁴⁴.

Contrariamente, o período que se inaugurou na década de 20, mais especialmente após o afastamento de Nilo Peçanha da cena política, se caracterizou pela dominância de um número significativo de lideranças que se equivaliam. Miguel de Carvalho, Oliveira Botelho, Feliciano Sodré, eram políticos que usufruíam de *status* semelhantes e tinham poucas condições de se sobrepor uns aos outros. Nesse quadro, o fortalecimento do partido, a consolidação da comissão executiva como instância decisória e uma melhor delimitação das atribuições entre partido e governo eram caminhos importantes para administrar as relações entre esses elementos.

Uma segunda questão importante é que o grupo que ascendeu ao poder em 1923 necessitava de um maior enraizamento na política estadual, uma vez que objetivava substituir a máquina nilista que havia oito anos controlava o poder de forma ininterrupta. O fortalecimento do PRF e a criação de uma rede de articulação que penetrasse na esfera dos municípios se apresentavam como um instrumento-chave para consolidar sua dominação. Assim, uma maior institucionalização partidária funcionou como um auxílio para neutralizar conflitos e estabelecer um padrão de comportamento marcado por maior estabilidade.

Um balanço geral da vida partidária fluminense na Primeira República nos permite verificar quão limitados e precários eram seus partidos, especialmente se comparados ao PRM, ao PRP, ao PRR ou até mesmo aos partidos baianos, com os quais guardavam maior semelhança⁴⁵.

Marcados pela personalização, os partidos fluminenses não conseguiram, na maior parte do tempo, neutralizar os conflitos, mas, ao contrário, contribuíram para agravar a fragmentação que marcou a vida política do estado.

Notas

1. BERSTEIN, Serge. *L' historien et la culture politique*. op. cit, p.69.
2. VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados*, v.30, n.1, p.46, 47, 1987. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria do partido no direito constitucional brasileiro*. p.61. DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. *Dados*, v.32, n.3, p.323-325, 1989.
3. Para uma descrição detalhada das atividades republicanas na província do Rio de Janeiro ver BOERHRER, George. *Da Monarquia à República*: história do Partido Republicano do Brasil. p.167.
- Para uma análise do enraizamento republicano em outros estados ver LOVE, Joseph. *A locomotiva*. p.157. _____. *O regionalismo gaúcho*. p.30-40-46. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. p.27-29. WIRTH, John. *O fiel da balança*. p.156. LEVINE, Robert. *A velha usina*. p.123-125.
4. Santos Werneck citado por CARVALHO, Miguel de. *Organização Republicana do estado do Rio de Janeiro*: 1889-1894. p.20.
5. LEMOS, Renato. O republicanismo fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.55-57. CARVALHO, Miguel de. op. cit., p.19.
6. CARVALHO, Miguel de. op. cit., p.119-125. LEMOS, Renato. A oligarquia no poder. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.69-93.
7. LEMOS, Renato. A política oligárquica no Rio de Janeiro: estabilidade e compromisso. documento de trabalho. Ver também *O Fluminense* de 13 fev. 1895.
8. *Gazeta do Povo*, 10 out. 1896. *Monitor Campista*, 01 out. 1896. LEMOS, Renato. op. cit., p.41-42.
9. Para uma análise do Partido Republicano Mineiro (PRM) ver RESENDE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*: o novo PRM (1889-1906). para o Partido Republicano Paulista (PRP) ver CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*: (1889-1926).
10. *Gazeta do Povo*, 09 mar. 1893. Carta de José Faro a Quintino em 27 fev. 1897. Arquivo Quintino Bocaiúva. LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. p.144, 145.
11. *Gazeta de Petrópolis*, 05 mar. 1899.
12. Idem.
13. RESENDE, Maria Efigênia. op. cit. CASALECCHI, José Ênio. op. cit. SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit.

14. LAMARÃO, Sérgio. *O governo Alberto Torres*: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica. documento de trabalho.
15. Ver RESENDE, Maria Efigênia. op. cit. CASALECCHI, José Ênio. op. cit. SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit.
16. LAMARÃO, Sérgio. A formação do grupo nilista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.119-122. BARRETO, João. *Aspectos políticos, econômicos e administrativos do estado do Rio*: o sr. Nilo Peçanha. p.21. VASCONCELOS, Clodomiro. *História do estado do Rio de Janeiro*. p.197, 198. Carta de Nilo Peçanha a Quintino Bocaiúva, 11 jul. 1902. Arquivo Quintino Bocaiúva.
17. Carta de Alfredo Backer a Nilo Peçanha em 06 dez. 1902 e carta de Laurindo Pita a Nilo Peçanha de 10 out. 1902. Arquivo Nilo Peçanha.
18. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. p.105-106. SALES, Manoel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. p.235. RESENDE, Maria Efigênia. op. cit., cap. 8.
19. RESENDE, Maria Efigênia. op. cit., p.166-177, 177-191.
20. Ver PANTOJA, Sílvia. O projeto político de Nilo Peçanha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. p.133-136. Ver *O Fluminense*, 11 jan. 1904, 28 jan. 1904; cartas de 01 dez. 1903 e 25 dez. 1903. Arquivo Nilo Peçanha.
21. *O Fluminense*, 10 dez. 1905.
22. Carta de Honório Pacheco a Nilo Peçanha, 25 maio 1903. Arquivo Nilo Peçanha.
23. Carta de 11 jan. 1904. Arquivo Quintino Bocaiúva.
24. Ver conjunto de cartas do ano de 1906. Arquivo de Henrique Carneiro Leão Teixeira, IHGB.
25. KORNIS, Mônica. A retomada do controle político e Enfrentamento e acordo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.178, 192.
26. Idem, ib. p.192, 198.
27. Ver os jornais campistas *A Notícia*, abr. 1917, *O Rio de Janeiro*, jun. 1917 e 09 fev. 1918.
28. Ver *O Estado*, 2º quin. mar. 1919.
29. *O Estado*, 03, 04 maio 1919.
30. *O Estado*, 19 abr. 1922.
31. Plataforma de Raul Fernandes publicada no jornal *O Estado*, 24 jun. 1922.
32. Idem.
33. *O Estado*, 16 ago. 1924.
34. Idem.
35. *O Estado*, 19 dez. 1926 e *O Estado de S. Paulo*, 20 dez. 1926.
36. *O Estado*, 15 jul. 1928.
37. KORNIS, Mônica. Pacificação e derrocada. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit., p.294, 296, 301. *O Estado*, 18 abr. 1926.

38. *O Estado*, 18 jul. 1930.
39. *O Estado*, 10, 12, 28 jan. 1921. Discurso de Luis Guaráná em *Anais da Câmara Federal*, 1922, sessão de 16 de maio.
40. KORNIS, Mônica. A nova situação fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). op. cit.
41. KORNIS, Mônica. Pacificação e derrocada. op. cit., p.295-300.
42. VENEU, Marcus. op. cit., p.47.
43. Carta de Oliveira Botelho a Nilo Peçanha em 21 ago. 1911. Arquivo Nilo Peçanha.
44. *O Rio de Janeiro*, 05 jul. 1918.
45. SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit., p.19, 20

Conclusão

O estudo das elites políticas fluminenses na Primeira República evidenciou as inúmeras dificuldades e problemas que marcaram sua trajetória. Visando a recuperar uma Idade de Ouro localizada no passado cafeeiro e imperial, as elites fluminenses estabeleceram uma agenda de tarefas que incluía a recuperação econômica e a organização de uma força política interna estável e coesa, capaz de arcar com a defesa de seus interesses no contexto nacional e de restaurar a influência do estado do Rio no conjunto da nova federação.

Ainda que essas propostas gerais fossem comuns ao conjunto da elite política e das classes de proprietários de terras, as tentativas feitas para sua efetivação apresentaram diferenças entre si e ao longo do tempo.

Os esforços de recuperação econômica receberam atenção especial de um segmento por mim denominado núcleo reformista, que elaborou um programa para a agricultura fluminense cujo cerne era a diversificação do cultivo e a criação do imposto territorial rural. O objetivo da primeira iniciativa era aumentar e melhorar a produção de alimentos voltada para o mercado interno, visando a diminuir a dependência da cafeicultura. A criação do imposto territorial pretendia encontrar uma nova fonte de recursos capaz de suprir o declínio das rendas do imposto de exportação do café, e ao mesmo tempo funcionar como instrumento de dinamização das propriedades improdutivas.

A construção de um consenso político no interior das elites fluminenses também recebeu tratamento diferenciado. O fortalecimento político do estado pela via da coesão interna era procurado de duas maneiras: de um lado, pela interiorização, ou seja, pelo afastamento da política estadual das influências "maléficas e desagregadoras" da capital e da política nacional; de outro lado, a meta era buscar uma articulação privilegiada com a política nacional, visando a arregimentar aliados para a construção de um eixo alternativo de poder que permitisse um maior equilíbrio entre os diferentes grupos oligárquicos na esfera nacional.

A busca do consenso interno foi tentada também através de diferentes procedimentos de organização partidária, que discutiam formas de relacionamento governo-partidos, o formato das comissões executivas, a inclusão ou exclusão de grupos opositoristas, entre outros.

Essas diferentes propostas e procedimentos, em alguns casos implementados, não atingiram os resultados desejados. Os programas de reforma da agricultura encontraram fortes resistências. A diversificação da agricultura, entendida como alternativa definitiva e prioritária, foi aceita apenas como opção secundária e conjuntural. A criação do imposto territorial encontrou percalços ainda maiores e, a despeito de ter sido objeto de inúmeras leis, não logrou resultados efetivos. Os projetos de unificação política interna e a ampliação do espaço da elite política fluminense na política nacional também fracassaram. O acompanhamento da trajetória das elites fluminenses revela uma sucessão constante de conflitos e cisões onde a meta do consenso ficou cada vez mais distante e inalcançável. Por sua vez, a alteração do *status* do estado do Rio no conjunto da federação não foi atingida, e as tentativas de autonomia de parcela de sua elite política foram vistas pelo eixo dominante Minas-São Paulo como atos de rebeldia às regras básicas da política dos governadores, resultando em intervenções federais no estado.

A explicação para o fracasso dessas iniciativas e propostas está associada a diferentes fatores. As resistências à reforma da agricultura podem ser pensadas como resultado de práticas culturais e econômicas vigentes no estado do Rio e na economia brasileira que, enraizada na mentalidade e nos procedimentos dos proprietários rurais fluminenses e de uma grande parcela de sua elite política, constituíam entraves aos programas reformistas. Essas divergências acerca de programas econômicos destinados a dinamizar a economia fluminense, ainda que não tivessem sido diretamente responsáveis pelas cisões político-partidárias, dificultavam uma maior interação entre os setores produtivos e a elite política, o que por sua vez criava obstáculos para a construção da unidade e da coesão da política fluminense.

Uma segunda ordem de fatores responsáveis pela fragmentação da elite política pode ser pensada em função da nacionalização da política do estado e das relações contraditórias daí decorrentes, que, de um lado, funcionavam como elementos incentivadores de conflitos e cisões, e, de outro, como dificultadores para a criação de laços de solidariedade entre seus membros. Um último ponto a ser considerado são as limitações dos partidos fluminenses; marcados pelo personalismo, na maior parte do tempo não conseguiram atuar no sentido de neutralizar os conflitos, nem definir com clareza suas atribuições e as dos governos, o que permitiu um aprofundamento da fragmentação da vida política.

Do exposto, conclui-se que essa sucessão de conflitos e cisões que ocorreram ao longo dos 41 anos de existência da Primeira República teve

origens diversas, em que estão mescladas disputas estritamente clientelísticas e divergências mais substantivas no que diz respeito aos programas de reforma da agricultura ou à nacionalização da política fluminense. Ainda que o acompanhamento dos conflitos e o mapeamento partidário dos grupos e subgrupos que se formaram no interior da elite fluminense não indiquem que as cisões tivessem relação direta com divergências de interesses, sendo expressivo o número de elementos que transitou de um para outro partido apenas por questões pessoais ou clientelísticas, não devem ser descartadas aquelas variáveis. Se é verdade que os componentes personalísticos e clientelísticos são mais visíveis e por isso mesmo comumente responsabilizados como provocadores exclusivos de todas as cisões, não deve ser minimizado o peso indireto das divergências substantivas.

Além dos fatores de ordem interna já apontados, para o melhor entendimento da fragmentação da política fluminense é importante considerar o próprio funcionamento da política dos governadores, isto é, do pacto político, cuja regra básica estabelecia que as situações estaduais deveriam atuar sempre em consonância com o governo federal, em troca de seu apoio para o controle das dissidências internas estaduais. Neste modelo de funcionamento do pacto oligárquico, em que o compromisso e a reciprocidade eram elementos fundamentais, a postura dissonante de Nilo Peçanha em inúmeras conjunturas, assumindo atitudes de rebeldia, foi muitas vezes objeto de retaliação do eixo dominante e elemento fortemente desestabilizador para a elite política fluminense.

Estas conclusões podem ser inseridas em uma discussão mais ampla sobre a natureza dos conflitos políticos e do papel do Estado na Primeira República, em que se delineiam duas tendências básicas. A primeira adota o modelo de Estado de representação de interesses, e conseqüentemente sustenta uma estreita associação entre interesses econômicos dominantes e o controle do Estado na Primeira República, o que significa dizer que os interesses cafeeiros de São Paulo e Minas eram determinantes na orientação da política republicana.

Uma segunda linha de interpretação, contrariamente, sustenta que o Estado na Primeira República não se define como representante de classes ou grupos de interesses imperantes na sociedade, mas defende a idéia que o Estado é um ator político que representa a "si mesmo", ao mesmo tempo em que articula grupos e/ou classes sociais, possuindo assim um conteúdo marcadamente patrimonialista. No plano das disputas políticas, a cooptação com base no clientelismo tenderia a predominar sobre formas clássicas de representação de interesses.

As conclusões que emergem da pesquisa realizada acerca da elite política fluminense nos fornecem dados que corroboram as críticas endereçadas às teses que defendem a estreita associação entre interesses cafeeiros e Estado e que, conseqüentemente, supervalorizam o papel de Minas e São Paulo. Assim, os resultados obtidos:

1. demonstram que as tentativas de articulação dos grupos oligárquicos estaduais de segunda grandeza, visando a construir um eixo alternativo de poder, evidenciam resistências à dominação do eixo Minas-São Paulo, revelando a maior complexidade que marcava esse pacto político;

2. destacam que, mesmo em estados produtores de café como o estado do Rio, foram desenvolvidas propostas com razoável autonomia frente aos interesses cafeeiros, sustentando a existência de níveis de autonomia para a ação política;

3. demonstram que os conflitos político-partidários apresentavam-se essencialmente a partir de motivações clientelísticas, características de um modelo de Estado patrimonialista, questionando o simplismo de encontrar contradições econômicas a todo momento e em todo lugar e de esvaziar o conteúdo dos problemas específicos do campo do político.

Entretanto, as considerações apresentadas não nos levam a romper com o modelo teórico que vê o Estado na Primeira República como campo de representação de interesses de classe. Nossa intenção é ver esta representação de interesses de uma perspectiva mais ampla e mais complexa, de modo que outros grupos oligárquicos sejam contemplados com um espaço maior de atuação e seja valorizado um nível de autonomia para a esfera da ação política. Não se trata de negar a representação de interesses, mas de captar a riqueza e a multiplicidade desses interesses. Trata-se assim de negar a noção simplista do Estado como "comitê executivo da classe dominante", destacando a necessidade de aprofundar o estudo da classe dominante e do Estado.

Nesse sentido, mais uma vez podemos recorrer aos resultados da pesquisa sobre a elite política fluminense. Se detectamos a existência de um grupo reformista capaz de lançar propostas que não estavam diretamente conectadas com as demandas da classe dos proprietários de terra, e em especial dos cafeicultores, também é verdade que eles levantaram fortes resistências contra os programas apresentados, dificultando ou neutralizando a ação do Estado.

No que diz respeito à natureza dos conflitos políticos estaduais, se é verdade que as inúmeras cisões tinham a marca do clientelismo, também não podem ser esquecidas as divergências de caráter substantivo, características do modelo de Estado de representação de interesses; mesmo não sendo diretamente responsáveis pelas dissensões políticas, inegavelmente desempenhavam um papel importante em seu aprofundamento.

Finalizando, cabe ressaltar mais uma vez a importância do trabalho com a história política como caminho adequado para flexibilizar o uso dos modelos, de maneira a não eliminar a riqueza e a complexidade da realidade sócio-política, permitindo captar a atuação dos atores e as diferentes estratégias de ação política.

Fontes e Bibliografia

1. Arquivos privados

- Arquivo Afrânio de Mello Franco - Biblioteca Nacional
Arquivo Alberto Torres - Casa de Alberto Torres - Itaboraí
Arquivo Henrique Carneiro Leão Teixeira - I.H.G.B.
Arquivo Nilo Peçanha - Museu da República
Arquivo Quintino Bocaiúva - FGV/CPDOC
Arquivo Raul Soares - FGV/CPDOC

2. Publicações oficiais

- ANUÁRIO estatístico do Brasil (1908-1912). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916/1917. 3v.
- AZEREDO, Antônio. *Intervenção no estado do Rio de Janeiro*: discurso pronunciado na sessão de 8/8/1923. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. 27p.
- BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados* (1889-1930). [s.l.: s.n., 19—].
- _____. *Balanço da receita e despesa do Império e da República. 1880-1930*.
- _____. Diretório Geral de Estatística. *População*: população do Brasil por estados e municípios, segundo o sexo, idade e a nacionalidade. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1918. 2v.
- _____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil realizado em 1/9/1920*: relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1925.
- _____. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. *Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro*: inspetoria agrícola do 13º distrito, inspecionados de 25/6/1910 a 29/4/1913. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913. 174p.
- INSTITUTO DE FOMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA (RJ). *O café fluminense e o Instituto de Fomento e Economia Agrícola*. Rio de Janeiro: Pag. e Typ., 1926. 16p.
- _____. *Relatório apresentado à diretoria do Instituto por intermédio do respectivo presidente Antonio Joaquim de Mello, secretário de Estado das Finanças, pelo gerente bacharel Francisco Corrêa de Figueiredo*. Niterói: [s.n.], 1928. 238p.

- LEITE, Eurico Teixeira, VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O regime terreno no estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Instituto de Fomento e Economia Agrícola, 1927. 156p.
- PEIXOTO, Américo. *Os crimes do nihilismo*: discursos pronunciados nas sessões de 7 e 10 de agosto de 1922, da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro: [s.n.], 1922. 21p.
- RIO DE JANEIRO. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro* (1889-1930).
 _____. *Coleção de leis e decretos* (1889-1930).
 _____. Diretoria de Estatística. *Estudo econômico e financeiro: quinquênio 1924-1928*. Niterói: Escola de Trabalho, 1931. 107p.
 _____. *Mensagens de presidentes do estado* (1889-1930).
 _____. *Programa de governo*: lido no banquete de 20.3.1927 em Niterói pelo senador eleito Manuel de Mattos Duarte Silva, candidato do Partido Republicano Fluminense à Presidência do Estado. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1927. 41p.
 _____. *Relatórios de secretários de estado* (1889-1930).
 _____. Secretaria do Interior e Justiça. *Congresso das municipalidades fluminenses convocado pela deliberação nº 104 de 30 de agosto de 1924*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1924. 26p.
 _____. Serviço de Estatística. *Propriedades agrícolas*. Rio de Janeiro: Tip. Marques Araújo, 1927. 483p.
- RODRIGUES, Américo. *Lei orgânica das municipalidades com alterações da lei nº 1829, notas e observações, organizado pelo diretor de expediente e inspetor da administração municipal da Prefeitura de Nictheroy*. Niterói: J. Silva, 1925. 53p.

3. Jornais

- ALMANAQUE LAEMMERT 1889/1930. Rio de Janeiro.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1914/1917.
- O DEBATE. Rio de Janeiro, 1898.
- DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 1930.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1914.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1904.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro, 1904.
- DIÁRIO FLUMINENSE. Niterói, 1912/1914.
- O ESTADO. Niterói, 1919/1930.

- O FLUMINENSE. Niterói, 1888/1930.
- GAZETA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, 1898/1899 e 1900/1902.
- GAZETA DO POVO. 1896/1898.
- GAZETA DO POVO. Campos, 1918.
- O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, 1913/1918.
- IMPrensa BARRAMANSENSE. Barra Mansa, 1888.
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1889/1915.
- A MANHÃ. Rio de Janeiro, 1926.
- OMOMENTO. Niterói, 1915.
- MONITOR CAMPISTA. Campos, 1889/1898.
- A NOTÍCIA. Niterói, 1916.
- A NOTÍCIA. Campos, 1917.
- A NOTÍCIA. Rio de Janeiro, 1926.
- O PAÍS. Rio de Janeiro, 1904/1914.
- A REPÚBLICA. Campos, 1890/1892.
- O RIO DE JANEIRO. Niterói, 1890/1891.
- O RIO DE JANEIRO. Niterói, 1915/1918.
- O SÉCULO. Niterói, 1909/1912.
- SEGUNDO DISTRITO. Campos, 1897/1900.
- TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, 1916.

4. Obras gerais

- ABRANCHES, Dunshee de. *Atas e atos do governo provisório*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1953.
- _____. *Como se faziam presidentes: homens e fatos no início da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- ABREU, Alzira. *As ciências sociais como objeto de estudo. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.5, 1990.
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1980.
- AUGRAS, Monique. *A psicologia da cultura. Psicologia, Teoria, Pesquisa*, Brasília, v.1, n.2, p.99-109, maio/ago. 1985.

- BALMAND, Pascal. La renouveau de l'histoire politique. In: BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Sevil, 1989.
- BARRIGUELLI, José Cláudio (org.). *O pensamento político da classe dominante paulista, 1873-1928*. São Carlos: Univ. de São Carlos, 1986.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: USP, 1959.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República, de 1889 a 1930*. 4.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Univ. de Paris I, 1986. tese.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História).
- _____. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Ed. Centro Universitário, 1967. v.2.
- _____. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1968. v.2.
- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.
- BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. 4v.
- BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle - Revue d'Histoire*, n.35, juil./sept.1992.
- BOEHRER, George C.A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1954.
- BORGES, Vavy Pacheco. A história da República: um objeto, alguns temas, alguns conceitos. *Primeira Versão*, Unicamp/IFCH, n.31, 1991.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BURGUIERE, André, REVEL, Jacques. *Histoire de la France: L'État et les conflits*. Paris: Sevil, 1990.
- _____. (org.). *Histoire de la France: L'État et les pouvoirs*. Paris: Sevil, 1989.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales - 192 - 1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.
- CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, n.5, mar. 1979, p.1-20.
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*, v.15, n.2.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [19—].

- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente de Moraes - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975. (História Geral da Civilização Brasileira, 1).
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- CARDOSO-SILVA, Vera Alice. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República. In: *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- CARNEIRO, Levi. *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1954.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo: Difel, 1969.
- _____. *A República Velha: evolução política*. São Paulo: Difel, 1971.
- _____. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.
- _____. *O tenentismo: acontecimentos - personagens - programas*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Raul Fernandes, um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.
- _____. *A formação das almas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1977. v.2. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- _____. As proclamações da República. *Ciência Hoje*, n.59, nov. 1989.
- _____. Coronelismo. In: BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de (org.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. v.2.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, IUPERJ, 1987.
- CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASASANTA, Guerino. *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- CASTRO, Francisco Borges de. *J. J. Seabra: sua vida, sua obra na República*. Salvador: Imprensa Oficial, 1922.
- CASTRO, Iná Elias. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. tese.
- _____. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v.32, n.3, 1989.
- CASTRO, Sertório. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1932.
- CAVALCANTI, Temístocles Brandão et al. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- CHARLE, Christophe. *Les élites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- CONGRESSO NACIONAL DA AGRICULTURA, 1. *Anais*. Rio de Janeiro: S.N.A., 1901.
- CONGRESSOS açucareiros no Brasil. Rio de Janeiro: IAA, 1949.
- CONIFF, Michael. *Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1981. 227 p.
- CONRAD, Robert. *Os últimos dias da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Da senzala à colônia*. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- DADOS: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 32, n.3, 1989. Percursos da República.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, EDUSP, 1971.
- _____. *Rio Claro: um sistema brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEBES, Célio. *O Partido Republicano de São Paulo na propaganda (1872-1899)*. São Paulo, 1975.
- DE DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELFIM NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, 172).
- DURKHEIM, Emile. *Sociologia e filosofia*. Petrópolis: Vozes, [19—]. _____. _____. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.

- EISEMBERG, Peter. A mentalidade dos fazendeiros vista no Congresso Agrícola de 1878. In: LAPA, J. R. Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *O congresso agrícola de 1870*. [s. n. t.]
- ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et fédéralisme au Brésil: 1889-1930*. Paris: Univ. de Paris IV - Sorbonne/Institute de Histoire, 1993. tese.
- ESTUDIOS POLÍTICOS: História y política - Acontecer e historiografia. Univ. Nacional Autónoma de México, v.6, n.4, oct./dic. 1987.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. Estado e burguesia agroexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.27, jul. 1990.
- _____. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1982. v.3. (História Geral da Civilização Brasileira).
- _____. *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975-1981. 3v. (História Geral da Civilização Brasileira, 8/10).
- _____. *Pequenos ensaios de história da República, 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1970.
- FONSECA FILHO, Hermes da. *Marechal Hermes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.
- _____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- _____. *Tenentismo e política: (tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria do partido no direito constitucional brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.
- _____. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1973.
- _____. *Um estadista da República: Afrânio de Mello Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. 3 v.
- _____. _____. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
- FRANCO, Gustavo Barroso. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.

- FREIRE, Felisbelo. *As constituições dos estados e a Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- _____. *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2.ed. Brasília: UnB, 1983.
- FRITSCH, Winston. 1924. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, p.713-714, dez.1980.
- _____. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- _____. *Aspectos da política econômica brasileira na Primeira República*. Cambridge, 1983. tese.
- _____. Aspectos da política econômica do Brasil: 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira, uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. Sobre as interpretações tradicionais da lógica da política econômica na Primeira República. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.2, p. 339-346, 1985.
- FURET, François. Entrevista. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. 2 v.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.64.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GNACARINE, José. O açúcar e o Pacto Colonial. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1982. (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- GOMES, Ângela M. de Castro. A dialética da tradição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.12, fev. 1990.
- _____. A ética católica e o espírito do capitalismo. *Ciência Hoje*, abr. 1989.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Eduardo. *Campo contra cidade: reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político brasileiro (1910- 1935)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1980. dissertação.
- GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales: política e finanças*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

- HIMMELFARB, Gertrude. *The new History and the Old*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. The revival of narrative: some comments. *Past and Present*, England, n.86, p. 3-8, Feb. 1980.
- HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- IANNI, Otávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IGLESIAS, Francisco. Agricultura em Minas Gerais na República Velha. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, 1985.
- _____. Constituintes e constituições brasileiras. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1934.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 13).
- _____. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- KLEIN, Lúcia Maria Gomes, LIMA JR., Olavo Brasil de. Atores políticos no Império. *Dados*, v.7, 1970.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le regne de la critique*. Paris: Minuit, 1979.
- KUGELMAS, Eduardo. A Primeira República no período de 1891-1909. In: BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1968. v.2.
- _____. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP, 1986. tese.
- LABORIE, Pierre. Intersciences. *Annales-Economies-Sociétés-Civilizations*, v.44, n.6, nov./dec. 1989.
- LAGO, Mozart. *A convenção nacional de 1921*. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo, 1921.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *História e historiografia: Brasil pós-64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

- _____. (org.). História política da República. São Paulo: Papyrus, 1989.
- _____. *Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. Decadência. In: *Enciclopédia Einaudi: memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1.
- _____. Is the politics still the backbone of history? *Daedalus*, p.1-19, 1971.
- _____. *La nouvelle histoire*. Bruxelles: Complexe, 1988.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.
- LEVINE, Robert. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEVY, Maria Bárbara. O Encilhamento. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O oeste paulista e a República*. São Paulo: Vértice, 1986.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LINHARES, Maria Yeda, SILVA, Francisco Carlos. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagre, 1979.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Artur Bernardes, um estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MANHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS FILHO, Amílcar. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- _____. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a 1ª República: uma crítica a Paul Cammack. *Dados*, Rio de Janeiro, n.27, 1984.
- _____. *The white collar republic: patronage and interest representation in Minas Gerais, 1889-1930*. Illinois: Univ. Illinois, 1987. tese.
- MATOS, Ilmar. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAYER, A. *A força da tradição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'E.H.E.S.S.-École des Hautes Études en sciences sociales: le rôle du mécénat américain*. Paris: Ed. du cerf, 1988. 187 p.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- MELLO, Pedro, SLENES, Robert. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (coord.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- MENDONÇA, Sonia Regina. O ruralismo brasileiro: um debate de idéias. *A margem*, v.1, n.1, jan. 1993.
- _____. *Ruralismo: agricultura, poder e Estado na Primeira República*. São Paulo: USP, 1989. tese.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- MOREIRA, Teresa Levi. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Tudo é História).
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Febvre: história*. São Paulo: Ática, 1978.
- MOTTA, Marly Silva. *A nação faz cem anos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1992.
- MUELLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.
- NOIRIEL, Gerard. Enjeux: une histoire sociale du politique est-elle possible? *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire*, n.24, oct./dec. 1989.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984. v.1.
- _____. *Les lieux de mémoire: les France*. Paris: Gallimard, 1983. 3v.
- NUNES, Castro. *A jornada revisionista*. Rio de Janeiro: Almeida Marques, 1924.
- _____. *As constituições estaduais do Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.4, 1989.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. cap. 1/2.
- PALMIER, Luiz. *Maurício de Abreu: um pioneiro da democracia*. Rio de Janeiro: Minerva, [19—].
- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- _____. *República Velha gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, IEL, 1980.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (R.S. 1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986.
- PORFÍRIO, Henrique. A terra da promessa. [s. n. t.].
- PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1976. v.3. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Patxão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- QUEIROZ, Suely Robles. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- REIS, Elisa Pereira. Interesses agroexportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos: Identidade Nacional*, Rio de Janeiro, n.2, 1988.
- REMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Ed. du Seuil, 1988.
- RESENDE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- RIBERIOUX, Madeleine (dir.). Le mouvement social Paris-Province 1900. *Les Éditions Ouvrières*, n.160, juil./sept.1992.
- ROBLES, Sueli. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ROSANVALLON, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique. *Revue de Synthèse*, v.4, n.1/2, jan./juin.1986.
- SAENS, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Classe média e política na Primeira República brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1975.

- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SALES, Flávio. O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia. *Estudos Econômicos*, v. 12, n.3.
- SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo: [s.n.], 1908.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: UFBA, 1978. (Coleção Estudos Baianos, n.10).
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon. Representação e cooptação política no Brasil. *Dados*, n.7, 1970.
- _____. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiúva, o patriarca da República*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- SILVA, Eduardo (org.). *As idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 2 v.
- SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Marco Antônio. *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- SIMONSEN, Roberto. *A evolução industrial do Brasil e outros estados*. São Paulo: Cia.Ed. Nacional, 1973.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1975. v.3. (História Geral da Civilização Brasileira).
- SKIDMORE, Thomas. The historiography of Brazil, 1889-1964. *The Hispanic American Historical Review*, v.55, n.4, v.56, n.1, 1975/1976.
- SOARES, Glauco Dillon. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1972.
- SOUZA, Terezinha Oliva. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Univ. Federal de Sergipe, 1985.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 1979.
- TANNURI, Luís Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1939-1943.
- TELAROLLE, Rodolfo. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 56).
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: UnB, 1979.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- _____. La revolución republicana en Brasil y la burguesía en el poder? *Siglo XIX*, México, v.3, n.5, p.9/44, 1988.
- _____. L'Etat sur le marché: approche comparative du café brésilien et du hennequem mexicain. *Annales ESC*, n.2, p.429-457, mars./avr. 1991.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961. (Brasiliana, 308).
- _____. *História das idéias religiosas no Brasil: a Igreja e a sociedade brasileira*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- VELHO, Gilberto, CASTRO, Eduardo Viveiros. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas. *Revista Espaço*, Univ. Santa Úrsula, v.2, n.2, 1980.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carlos Peixoto e o jardim de infância. *Digêato Econômico*, Rio de Janeiro, n.226, 1972.
- VIANA, Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: UFF, 1987.
- VILELLA, Aníbal Villanova, SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 2.ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- VINHOSA, Francisco Luis Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: I.H.G.B., 1990.

- VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é história, 67).
- WEFFORT, Francisco C. Democracia e movimento operário. Algumas questões para a história do movimento operário do período de 1945-1964. *Revista de cultura contemporânea*, v.1, n.1, jul. 1978.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- WITTER, Sebastião. *Partido político, federalismo e República*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1984.
- XISTO, Apulcro. *A verdade histórica: da convenção de 1921 à revolução de junho de 1922*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1922.
- ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRP e os fazendeiros de café*. São Paulo: Unicamp, 1987. dissertação.

5. Obras específicas sobre o estado do Rio

- A ADMINISTRAÇÃO do sr. Quintino Bocaiúva no estado do Rio de Janeiro: 1901 a 1903. Petrópolis: Tip. da Tribuna de Petrópolis, 1903.
- ALBUQUERQUE, Júlio Pompeu de Castro (org.). *O estado do Rio de Janeiro: período de 1928 a 1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [19—].
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Hildiberto Ramos Cavalcanti de. *O republicantismo fluminense (1887-1891)*. Niterói: UFF, 1974. dissertação.
- ALMEIDA, Antônio Figueira de. *História fluminense*. 2.ed. Rio de Janeiro: S.R. dos Santos, 1930.
- _____. *Os fluminenses na história do Brasil*. Niterói: Jerônimo Silva, 1928.
- ALMEIDA, Dayl de. Escorço de história política fluminense. Niterói, v.4, n.3, p.38-67, 1972.
- ARAÚJO, Elísio de. *Através de meio século: notas históricas*. São Paulo: Limitada, 1932.
- ATAÍDE, José Botelho. *Famílias fluminenses*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1970. 2v.
- BARRETO, João. *O estado do Rio de Janeiro: aspectos políticos, econômicos e administrativos do estado do Rio de Janeiro: o sr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1917.
- BARROS, Jaime. *O estado fluminense*. [s.l.: s.n.], 1927.
- BASTOS, Manoel Leite. *O estado do Rio e seus homens: homenagem do Partido Republicano Fluminense, 1927-1928*. Niterói: [s.n.], 1927. 1 v.

- BERNARDES, Lysia M.C. Considerações sobre a região do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.33, n.4. p.99-107, 1971.
- BERNARDES, Lysia, SOARES, Maria Therezinha. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secr. Municipal de Cultura, 1987.
- BIOGRAFIA do dr. José Tomás da Porciúncula, pela Comissão Central encarregada de promover as homenagens a Sua Excelência por ocasião da terminação do seu período presidencial. Rio de Janeiro: Tip. Jerônimo Silva, 1885.
- CAMINHA FILHO, Adrião. A próspera situação da lavoura e da indústria açucareira fluminense. *Brasil Açucareiro*, v.10, n.11, set. 1937.
- CARLI, Gileno de. *A evolução do problema canavieiro fluminense*. Rio de Janeiro: Irmãos Pangetti, 1942.
- CARVALHO, Miguel de. *Organização republicana do estado do Rio de Janeiro: 1889-1894*. Rio de Janeiro: Tip. Guimarães, 1895.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. *Estudos de história fluminense*. Niterói: [s.n.], 1980.
- CASTRO, Hebe. *Ao sul da história (homens livres, pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Manuel Viana de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1961.
- CONCEIÇÃO, Carlos. *2º Centenário do cafeeiro no Brasil: história da irradiação e decadência do café no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pap. Mello, 1927.
- CORREIA, Heloisa Serzedelo. *Nova Friburgo: o nascimento da indústria (1890-1930)*. Niterói: UFF, 1985. dissertação.
- COSTA, Carlos da Silva. *Os acontecimentos de 5 e 6 de julho. Demônias do procurador criminal da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.
- CRUZ, Paulo Werneck da. *Demografia histórica da República Velha: o desenvolvimento fluminense*. Taubaté, 1980. comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba.
- _____. *O novo Rio de Janeiro em primeira síntese de história política (1889-1975)*. Taubaté, 1980. comunicação apresentada no Simpósio de História do Vale do Paraíba.
- DAVIDOVICH, Fany. Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.333-371, jul./set. 1986.
- DINIZ, Almaguio. *Razões jurídicas para uma intervenção no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia. Nacional de Artes Gráficas, 1927.
- EARP, Sá. *Propaganda do estado do Rio*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1907.
- ECONOMIA FLUMINENSE: conjuntura e análise. Niterói: UFF. Dep. de Economia, v.2, n.7, set. 1990.

- FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)*. Niterói: UFF, 1986. dissertação.
- FERNANDES, Raul. A Redenção. In: I.B.C. *O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1934.
- _____. O estado do Rio no Centenário do Brasil. *O Estado*, Niterói, 7 jul. 1922.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1977. dissertação.
- _____. *Conflito regional e crise política: a Reação Republicana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988.
- _____. Política e poder no estado do Rio na República Velha. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, n.1, 1985.
- _____. *Questões para o estudo da industrialização fluminense*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, LAMARÃO, Sérgio. Fontes para o estudo da história do estado do Rio de Janeiro na Primeira República. *BIB*, Rio de Janeiro, n.20, 1985.
- _____. (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- FONTENELLE, Oscar Penna. *Problemas econômicos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1925.
- FORTES, José Matoso Maia. *Esboço de geografia econômica do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1919.
- _____. *O estado do Rio de Janeiro: ensaio para o estudo de sua história*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1928.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro: 1790-1888*. Niterói: UFF, 1990. tese.
- _____. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985. dissertação.
- FREIRE, Lucy, SOARES, Maria Therezinha, TEIXEIRA, Marcelene. Organização especial da agricultura do estado do Rio. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.39, n.2, p. 41-96, abr./jun. 1977.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara. *Anuário geográfico do estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.9, p.210-236, 1956.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GOMES, Ângela Maria de Castro, FERREIRA, Marieta de Moraes. Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. *BIB*, Rio de Janeiro, n.24, 1987.

- GRANER, Maria Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama (1850-1920): um estudo das distribuições das terras: continuidades e transformações*. Niterói: UFF, 1985. dissertação.
- KORNIS, Mônica de Almeida. *A crise do nilismo e a consolidação de um novo grupo político no estado do Rio (1923-1930)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987. documento de trabalho.
- _____. *Os impasses para a consolidação do nilismo no Rio de Janeiro: retomada, enfrentamento e acordo (1909-1914)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho.
- LACOMBE, Lourenço Luís. *Os chefes do Executivo fluminense*. Petrópolis: Museu Imperial, 1973.
- LAMARÃO, Sérgio. *A crise econômica fluminense e as tentativas para sua recuperação (1930-1937)*. [s.l.: s.n.], 1987. documento de trabalho. mimeogr.
- _____. *O governo Alberto Torres: renovação da elite política e tentativa de recuperação econômica*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho.
- _____. *O governo Quintino Bocaiuva e a escalada do nilismo*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho.
- LAMEGO, Alberto. *A terra goitacá*. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1943.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- _____. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. v.32.
- _____. *O homem e o brejo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- LAMEGO, Luis. *O estado do Rio e alguns dos seus filhos mais ilustres*. Niterói: Diário Oficial, 1943.
- LEMONS, Renato Luís do Couto Neto. *A implantação da ordem republicana no estado do Rio*. Niterói: UFF, 1985. dissertação.
- _____. *República e política regional fluminense*. *Revista do Rio de Janeiro*, n.4, dez.1986.
- LEMONS, Renato. *A política oligárquica no Rio de Janeiro: estabilidade e compromisso*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987. documento de trabalho.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Crescimento industrial, políticas governamentais e organizações da burguesia: o Rio de Janeiro*. *Revista do Rio de Janeiro*, v.1, n.3, 1986.
- LEVY, Maria Bárbara. *A República S.A. Ciência Hoje*, n.59, nov. 1989.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- LIMA, Santa Cruz. *Ressurge a velha província*. [s.n.t.]

- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, [19—].
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, 1860-1888*. Niterói: UFF, 1983. dissertação.
- MARCHIORI, Maria Emília. *A história e a temática da decadência da província fluminense*. [s.l.: s.n., 19—]. datil.
- _____. *A ilusão do progresso: a pantomima dos engenhos centrais (1875-90)*. [s.l.: s.n.], 1987. documento de trabalho. mimeogr.
- _____. *Engenhos centrais e usinas do norte fluminense, 1775-1909*. *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.11, n.8, p.3-12, ago.1980.
- _____. *O amargo do açúcar*. *Revista do Rio de Janeiro*, n.3, 1986.
- _____. *O mundo das usinas: problemas da agroindústria açucareira no município de Campos*. Niterói: UFF, 1979. dissertação.
- MARTINS, Ismênia Lima. *Subsídios para a história da industrialização de Petrópolis (1850-1930)*. Petrópolis: Univ. Católica de Petrópolis, 1983.
- MARY, Cristina Pessanha. *Porto de Nictheroy: uma promessa de autonomia*. Rio de Janeiro: IPUR, UFRJ, 1988. dissertação.
- MEDEIROS, Maurício de. *A reforma constitucional de 1920*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro Soares, 1922.
- _____. *Sobre a história constitucional fluminense na República*. *Revista da Academia Fluminense de Letras*, Niterói, p.57-64, out. 1949.
- MELLO, Pedro C. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, 1984.
- MELO, Joaquim. *Evolução da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro: fastígio, decadência e reerguimento do café fluminense*. Rio de Janeiro: Pap. Mello, [19—].
- _____. *O estado do Rio: suas peculiaridades, evolução e grandeza*. [s.l.: s.n.], 1927.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 1977. dissertação.
- MORAES, Vicente Ferreira. *A questão do café*. Niterói: Tip. 5 de julho, 1934.
- MOTTA, Márcia. *Pelas bandas D'Além*. Niterói: UFF, 1989. dissertação.
- NAVEGA, O.C. *Le sucre dans l'état de Rio de Janeiro et au Brésil: des oligarchies aux multinationales, 1920-1965*. Paris: Univ. de Paris, 1976. tese.
- PADILHA, Sílvia Fernandes. *Da monocultura à diversificação econômica: um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930*. Niterói: UFF, 1977. dissertação.
- PANTOJA, Sílvia. *A desestabilização do nilismo, 1905-1909*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho. mimeogr.

- _____. *As tentativas de recuperação econômica do estado do Rio (1904-1906)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho. mimeogr.
- _____. *O projeto político: a consolidação do nilismo (1904-1906)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. documento de trabalho. mimeogr.
- PAZERA JR., Eduardo, BERNARDES, Laura Regina Mendes. Antigas capitais do café do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.33, n.242, p.88-102, set./out. 1974.
- PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- PEÇANHA, Nilo. *Política, economia e finanças: a campanha presidencial de 1921-1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- A PECUÁRIA no estado fluminense. *Revista Comercial e Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7, abr. 1922.
- PIGNATON, Álvaro. Origens da industrialização no Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n.15, 1977.
- PINHEIRO, Maria Isolina. *O líder Soares Filho*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1975.
- PINHEIRO, Saramago. *Galdino do Vale e súmulas de seus pronunciamentos: discursos sobre o centenário de nascimento de Galdino do Vale e súmulas apresentadas pelo deputado Saramago Pinheiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980.
- RAFFARD, Henri. *O centro da indústria e o comércio de açúcar no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Brasil, 1892.
- RANGEL, Sylvio Ferreira. O café no estado do Rio de Janeiro, sua origem e influência na vida econômica e social da terra fluminense. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 out. 1927. p.14, seção 2. edição comemorativa do bicentenário do café.
- RUSSEL, Robert. *Nilo Peçanha and the fluminense politics (1889-1917)*. Univ. do Novo México, 1974. tese.
- SÁ, Surama. *A elite política fluminense: renovação ou continuidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. relatório de pesquisa.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro*. Austin: Univ. Texas, 1984. tese.
- SANTOS, Ana Maria dos, MENDONÇA, Sônia Regina. Intervenção estatal e diversificação agrícola no estado do Rio de Janeiro (1888/1914). *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, n.2, 1986.
- SÉRIE ESTUDOS. Rio de todas as crises. Rio de Janeiro, IUPERJ, n.80/81, dez.1989/jan.1990.
- SILVA, Edmino Pereira. *Hermogêneo Pereira da Silva*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Abolição e crise na província do Rio de Janeiro: um balanço das principais pesquisas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, jan./jun. 1988.
- _____. *Terra e política no Rio de Janeiro na época da Abolição: cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.
- SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência: o mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*. Campinas: Unicamp, [19—]. mimeogr.
- SOARES, Emannel Macedo. *História política do estado do Rio, 1889-1975*. Niterói: Imprensa Oficial, 1987.
- SOARES, Emanuel de Bragança de Macedo. *Raul Veiga no governo fluminense*. Niterói: Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, 1978.
- SODRÉ, Feliciano. *O idealismo fluminense e a sucessão presidencial: discursos proferidos no Senado Federal*. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Commercio, 1929.
- STANLEY, Miriam. *A companhia agrícola Usina de Santa Maria: estudo de um caso*. Niterói: UFF, 1983. dissertação.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, s.d.p.
- TABORDA, Basílio et al. *Nas vésperas de pleito (documentos políticos)*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1923.
- TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- TOLENTINO, José. *Nilo Peçanha e sua vida pública*. Rio de Janeiro: Armando Martins, 1930.
- _____. *Nilo Peçanha: obra política*. Petrópolis: Armando Martins, [19—].
- TRABALHOS da comissão do centenário de Petrópolis. Rio de Janeiro, 1940.
- TURNOWSKI, Salomon. A cafeicultura no estado do Rio de Janeiro. *Boletim da Conjuntura*, Rio de Janeiro, FIDERJ, jan. 1978.
- VASCONCELOS, Clodomiro. *História do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1928.
- VENEU, Marcos G. Enferrujando o sonho: partidos eleições no Rio de Janeiro: 1889-1895. *Dados*, n.30, 1987.
- VIANA, Sonia Bayão Rodrigues. *O engenho central de Quissaman, 1874-1904*. São Paulo: USP, 1981. tese.
- WERNECK, Francisco Klors. *História e genealogia fluminense*. Rio de Janeiro, 1947.
- ZETTIRRY, Arrigo. A lavoura no estado do Rio. *Jornal do Commercio*, 14 jul. 1894.

Anexos

Capítulo 1

Anexo I (p. 171): Divisão civil do estado do Rio de Janeiro em 1892.

Anexo II (p. 173): Divisão eleitoral distrital do estado do Rio de Janeiro em 1893.

Capítulo 2

Anexo I (p. 175): Receita arrecadada e despesa efetuada pelos estados - 1897-1939, dados anuais.

Anexo II (p. 178): Receita arrecadada e despesa efetuada pelos estados - 1897-1936 - resultados por decênios.

Capítulo 3

Anexo I (p. 180): Quadro do núcleo reformista da elite política fluminense - 1898-1906.

Capítulo 5

Anexo I (p. 188): Quadro do balanço da receita e despesa do Império e República - 1880-1930.

Anexo II (p. 192): Quadro da facção nilista articulada com a política nacional 1915-1922.

Capítulo 6

Anexo I (p. 197): Quadro partidário fluminense.

Anexo II (p. 201): Quadro de Comissões Executivas dos partidos fluminenses- 1888-1930.

CAPÍTULO I

ANEXO I

DIVISÃO CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1892

	Área em km ²	Número de distritos
Angra dos Reis	728,53	6
Araruama	543,85	3
Barra Mansa	927,03	6
Barra de S.João	631,57	2
Cabo Frio	885,27	3
Campos	3.675,47	15
Cantagalo	858,88	7
Capivari	649,10	3
Carmo	261,25	3
Duas Barras	356,74	2
Iguaçu	1.527,67	6
Itaboraí	545,58	4
Itaguaí	511,98	4
Itaocara	349,90	3
Itaperuna	2.707,93	11
Macaé	3.211,03	8
Magé	718,13	6
Maricá	293,39	2
Niterói	254,42	9
Nova Friburgo	1.425,56	4
Paraíba do Sul	1.114,88	7

	Área em Km ²	Número de distritos
Parati	911,26	2
Petrópolis	784,35	5
Piraí	743,82	3
Resende	1.670,01	6
Rio Bonito	360,19	2
Rio Claro	506,69	2
Santana de Macacu	796,45	2
Sta. Maria Madalena	800,03	3
Santa Teresa	419,38	4
Sto. Antonio de Pádua	685,85	6
São Fidélis	2.173,26	6
S. Fco. de Paula	824	4
S. João da Barra	1.790,25	5
S. João Marcos	644,31	4
Sapucaia	817,24	4
Saquarema	333,02	3
Teresópolis	707,11	2
Valença	1.355,33	6
Vassouras	1.048,45	7

FONTE: Relatório do diretor dos negócios do estado do Rio de Janeiro. 1892.

CAPÍTULO 1

ANEXO II

DIVISÃO ELEITORAL DISTRITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE ACORDO COM O DECRETO NO 153, DE 3 DE AGOSTO DE 1893:

1º distrito - Niterói (sede), Magé, Itaboraí, Rio Bonito, Capivari, Barra de São João, Cabo Frio, Araruama, Saquarema e Maricá.

2º distrito- Campos (sede), Macaé, Madalena, São João da Barra e Itaperuna.

3º distrito- Cantagalo (sede), Pádua, São Fidélis, Itaocara, São Francisco de Paula, Duas Barras, Carmo, Friburgo e Santana do Macacu.

4º distrito -Vassouras (sede), Sapucaia, Paraíba do Sul, Piraí, Itaguaí, Iguaçu, Petrópolis e Teresópolis.

5º distrito -Resende (sede), Santa Teresa, Valença, Barra do Piraí, Barra Mansa, Rio Claro, Parati, Angra dos Reis e São João Marcos.

Esta divisão, determinada por decreto estadual, foi concebida para adequar-se à divisão distrital determinada pela Câmara dos Deputados, para efeito de eleições federais.

Fontes:- *O Fluminense*, 6 de agosto de 1893; *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, sessão de 17 de outubro de 1894, p. 217.

A partir de fevereiro de 1906 foi reestruturado o mapa que reduziu de cinco para três os distritos eleitorais, para eleições federais.

1º Distrito: Araruama, Barra de S. João, Bom Jardim, Capivari, Iguaçu, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio Bonito, Saquarema, Santana de Japuíba, São Pedro da Aldeia, Teresópolis.

2º Distrito: Campos, Cantagalo, Itaocara, Itaperuna, Macaé, Cambui, Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Francisco de Paula, São Fidélis, São João da Barra, São Sebastião do Alto.

3º Distrito: Angra dos Reis, Barra Mansa, Barra do Piraí, Carmo, Duas Barras, Itaguaí, Mangaratiba, Parati, Paraíba do Sul, Resende, Rio Claro, Sapucaia, Santa Teresa, Sumidouro, S. J. Marcos, Valença e Vassouras.

Para as eleições estaduais foi mantida a mesma divisão anterior de 1893.

CAPÍTULO 2
ANEXO I
FINANÇAS PÚBLICAS
RECEITA ARRECADADA E DESPESA EFETUADA PELOS
ESTADOS

1. Dados anuais - 1897/1939 - b) Números relativos

ANOS	ESTADOS (Conclusão)									
	Bahia	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais
	% da despesa sobre a receita									
1897	119,1	107,0	99,9	118,3	137,8	99,5	125,4	101,5	94,8	98,6
1898	100,5	10,6	141,8	128,1	90,7	96,7	94,8	95,9	98,4	110,2
1899	132,1	151,1	141,8	85,2	119,8	91,8	103,8	131,2	101,2	94,9
1900	109,8	98,0	226,0	85,1	142,0	97,1	87,0	100,3	99,0	128,6
1901	102,1	103,8	191,2	100,0	115,1	99,6	94,9	285,5	88,3	105,3
1902	114,7	102,7	118,9	108,7	146,1	95,5	86,3	113,7	85,7	95,9
1903	127,6	93,2	152,3	119,4	126,9	92,7	88,5	119,1	111,3	102,8
1904	116,6	104,8	82,1	84,2	103,0	97,3	94,8	96,9	109,2	94,0
1905	195,7	102,7	89,9	166,1	194,3	112,5	93,9	102,2	102,5	114,4
1906	111,3	110,5	95,3	104,4	152,4	99,2	90,5	99,7	81,4	127,1
1907	108,8	168,0	89,1	131,4	95,0	92,0	106,9	79,0	108,0	86,5
1908	132,9	131,7	103,9	159,3	110,9	105,3	104,4	104,8	105,4	120,2
1909	97,6	97,3	94,5	119,6	94,2	113,3	89,1	98,2	144,4	129,1
1910	119,4	112,3	91,8	152,1	105,0	108,3	97,3	68,2	111,0	140,3
1911	105,1	90,0	90,4	131,1	94,1	95,7	100,3	120,7	128,0	127,0
1912	100,9	109,1	80,9	127,8	100,0	95,0	98,7	83,1	94,4	79,8

ANOS	ESTADOS (Conclusão)									
	Bahia	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais
	% da despesa sobre a receita									
1913	164,9	101,5	150,1	141,7	132,6	105,2	97,5	105,5	96,0	104,4
1914	112,0	108,1	157,1	152,4	151,5	118,7	110,8	110,3	121,2	123,4
1915	93,6	64,7	92,1	118,1	92,5	104,3	104,8	109,2	96,8	78,7
1916	71,9	99,8	99,3	109,1	176,8	94,5	89,2	105,5	99,3	87,9
1917	96,5	95,6	89,4	118,5	144,7	95,2	83,7	96,7	83,1	86,1
1918	125,1	93,2	93,1	136,7	156,4	102,2	77,5	98,6	89,0	94,1
1919	106,4	51,3	73,7	117,7	142,6	111,4	76,9	92,6	57,6	76,8
1920	119,6	85,0	133,0	99,4	118,3	114,2	69,8	111,7	102,7	93,6
1921	122,4	80,8	113,4	110,8	87,1	105,4	68,2	134,2	128,0	103,0
1922	94,8	109,2	116,8	130,5	105,4	113,7	83,3	111,4	84,4	99,9
1923	98,2	94,1	93,2	115,0	100,8	131,5	145,7	62,7	78,0	80,3
1924	96,1	83,0	93,2	122,7	90,6	108,4	106,9	88,9	82,2	69,4
1925	110,4	104,1	114,5	115,1	87,8	94,6	92,4	101,2	102,6	76,4
1926	115,9	118,9	150,3	145,0	93,7	100,5	108,3	11,6	140,5	120,5
1927	115,8	142,1	288,2	147,2	120,7	100,9	98,4	123,7	91,2	94,8
1928	105,4	134,6	200,1	128,2	122,0	101,5	96,6	119,3	92,8	99,3
1929	121,9	129,6	238,9	141,0	185,9	92,3	95,5	139,1	133,2	88,9
1930	133,5	133,2	238,0	154,0	159,3	121,6	110,9	134,8	127,6	186,8
1931	87,3	84,1	165,5	154,3	118,4	97,5	98,1	144,7	96,6	119,4
1932	94,0	82,1	78,1	173,3	95,3	96,5	80,6	115,7	112,1	109,0
1933	105,9	127,6	81,2	137,2	95,9	105,8	82,9	124,8	119,6	112,7
1934	92,7	96,6	99,9	138,0	161,6	189,4	84,3	126,1	104,9	198,4

ANOS	ESTADOS (Conclusão)									
	Bahia	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais
	% da despesa sobre a receita									
1935	95,9	94,5	93,7	113,5	79,8	85,1	95,7	134,1	104,7	133,9
1936	80,4	99,8	117,1	106,2	85,4	121,6	90,9	71,3	105,9	125,8
1937	97,4	115,3	114,9	120,0	127,1	118,9	95,2	82,1	100,0	126,4
1938	117,8	98,0	86,1	125,7	106,1	97,3	107,5	79,0	98,3	121,5
1939	125,9	111,7	113,9	122,8	94,6	93,4	98,6	83,5	106,7	100,7

FONTE: ANUÁRIO estatístico do Brasil. 1939. p.1416.

CAPÍTULO 2

ANEXO II

RESULTADOS POR DECÊNIOS - 1897/1936

COEFICIENTES

ESTADOS	% da receita sobre o total receita dos estados				% da despesa sobre o total da despesa dos estados			
	1897-1906	1907-1916	1917-1926	1927-1936	1897-1906	1907-1916	1917-1926	1927-1936
	Amazonas	111,0	58,3	14,1	7,9	128,3	60,3	12,9
Pará	107,5	62,9	19,7	16,8	99,1	59,9	23,8	14,0
Maranhão	15,2	13,1	12,4	10,3	13,2	12,1	11,5	8,6
Piauí	5,6	7,0	5,1	5,4	4,6	6,3	4,5	4,4
Ceará	17,2	18,5	16,9	13,8	15,8	16,6	14,7	11,3
Rio Grande do Norte	7,4	9,4	10,1	9,9	6,6	8,9	10,9	8,5
Paraíba	8,4	14,4	14,4	13,5	8,0	12,3	13,2	10,8
Pernambuco	55,4	57,1	55,2	49,4	53,8	48,7	49,8	43,2
Alagoas	13,3	13,5	12,6	9,8	12,4	11,5	11,8	8,4
Sergipe	10,1	10,8	12,3	7,5	9,6	10,8	12,3	6,2
Bahia	70,2	76,5	70,0	54,6	74,6	73,1	70,0	46,6
Espírito Santo	18,6	17,9	31,5	28,9	18,0	16,5	27,7	26,0
Rio de Janeiro	56,4	51,1	49,2	39,6	65,9	47,6	49,5	47,8
São Paulo	292,6	303,5	344,8	377,9	291,6	354,2	391,5	429,4
Paraná	19,1	36,8	23,5	26,7	23,3	36,6	23,0	27,4
Santa Catarina	9,3	11,7	18,1	15,0	8,1	10,6	18,2	13,9
Rio Grande do Sul	62,8	80,4	125,0	143,5	53,4	70,7	115,4	111,9
Minas Gerais	106,1	133,9	149,2	157,1	99,7	122,8	124,8	162,7
Goiás	4,7	5,0	6,0	5,5	4,0	4,8	5,3	4,9
Mato Grosso	9,1	18,2	9,9	6,9	9,8	15,7	9,2	6,9
Total	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0

FONTE: ANUÁRIO estatístico do Brasil. 1939. p.1416.

CAPÍTULO 3

ANEXO

NÚCLEO REFORMISTA DA ELITE POLÍTICA FLUMINENSE

Núcleo dirigente	Nascimento e local	Formação escolar	Atividade econômica profissional - local	Atuação legislativa	Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política
Abelardo Saturnino de Mello	Campos	bacharel Direito	negociante, advogado em Campos	dep. est. (1901)	secret. geral do est. RJ (1903) dep. fed. (1904)	membro da S.N.A.		Campos
Alberto Torres	1865 (Itaboraí)	bacharel Direito	Rio de Janeiro	dep. est. const. (1892)	min. interior gov. Prud. Moraes 8-12/96 pres. est. RJ (1898)	ministro do STF		Itaboraí, Niterói e D.F.
Antonio Augusto Pereira de Lima	1844 (MG)	bacharel Direito	advogado/Carmo	senador (Gov. Portela) dep. fed. (1900, 03, 06) dep. prov. (div. leg)	vice-presidente do estado do RJ	liberal no império		Carmo
Bulhões de Carvalho (Ildefonso Brant)		bacharel Direito	Advogado/Piraí	dep. est. (1901, 04, 07, 16, 19)				Piraí
Carlos Augusto O. Figueiredo	1937 (RJ), +1912	bacharel Direito SP	banqueiro	dep. fed. (1900) dep. est. senador (1904-1911)	pres. da prov. Minas Gerais (1887)	ministro do Tribunal de Contas (1892-1903)/min. do STF		Valença
Elysis Araújo	1868 (PE)	bacharel Direito (F. Recife)	prom. púb. (S. Fidél.-1889)/juiz (Itacara-1891)/deleg. pol. D. F. (1895)/insp. escol. muni. (1987)	dep. fed. dep. fed. (1906)		chefe de polícia do est. do RJ (1903)		Niterói
Erico Marinho da Gama Coelho	década de 60 (Cabo Frio)	bacharel Direito SP/ Médico - Fac. Med. RJ	prom. púb.-Piraí e RJ juiz municipal -Cabo Frio advogado - Santos	dep. fed. (1891, 94, 97, 1900 1900, 03, 06, 09, 12)/sen. (6leg.)e(1914/1920)			família de prop. rurais em Araruama	Cabo Frio

Núcleo dirigente	Nascimento e local	Formação escolar	Atividade econômica profissional - local	Atuação legislativa	Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política
Henrique Borges Monteiro	1869 (RJ)	bacharel Direito SP	prom. púb. Cachoeira(SP), Vassouras (RJ)/ super. eng. e juiz (Vass.) advocacia (Vass)	dep. est. (1898 a 1903) dep. fed. (1903 a 1908) vereador(Vassouras)		pres. cam. munic.	membro do 1º conselho superior def. da S.N.A.	Vassouras
Henrique Carneiro L. Teixeira	1869 (RJ)	bacharel Direito	Petrópolis - proprietário rural	dep. est. (1901, 1904)	secretário geral do est. do RJ (1905)	membro do cons. da cia nac. de seg. mútuo contra fogo	neto do Marquês do Paraná e filho do Visc. de Cruz.	Petrópolis
João Curvelo Cavalcante	1846 (RJ)	bacharel Direito (fac. Recife) militar(coronel)	carreira na administração fazendária advocacia (RJ)	dep. fed. (1903) dep. est. (1895,		participou da guerra do Paraguai		
José P. R. Porto Sobrinho	1869 (São João Marcus)	bacharel Direito(fac-SP)	promotor (Iguaçu), e juiz municipal, advocacia (RJ)(DF)	dep. est. (1901, 04) líder na assemb. cons. dep. fed. (1909, 12)	pres. cam. mun. Iguaçu (2 Triênios)/ sec. ger. est. RJ (1905-06)		parentesco família Cotrim (propriet. em Vassouras)	Iguaçu
Luiz Alves O. Bello	1850 (RJ)	bacharel Direito SP		dep. prov. em diversas legislaturas dep. fed. (1900)	pres. da prov. Sergipe (1880-1881), pres. prov. Paraná (1883-1884)	passado lib., membro do cons. inst. pub. em nit, intelec.	filhos do pres. da SNA e prop. rural - Wenceslau O. Bello	Petrópolis
Martinho Alvares da Silva Campos	MG	bacharel Direito	advocacia (SP)	dep. fed. (1900-1902)	sec. do interior e justiça (gov. A. Torres)		filho de conselheiro do imp. e líder liberal	
Manuel Martins Torres	1843 (RJ) +1905	bacharel Direito	magistrado	senador, dep. est. (1898-1901), dep.	vice-governador (1892)			Niterói
Nilo Peçanha	1864 (Campos)	bacharel Direito		dep. fed. const. (1903), senador(1903, 1912)	pres. est. RJ (1903, 1917) vice-pres. rep. (1906-10) pres. rep. (1910)			Campos
Rangel Pestana	Iguaçu - 1839 +1903	bacharel Direito (fac.-SP)	jornalista/educador vice-presidente do Banco República	dep. prov. (SP), dep. fed. (1891, 92, 99, 1900) senador (1890, 92)	vice-gov. (1900-1903)	passado liberal, intelectual		D.F.
Raul Fernandes	1877 (Valença)	bacharel Direito (fac.-SP)	magistrado	dep. est. (1904, 07) dep. fed. (1909, 12, 15)			filho de prop. rur. em Valença, neto Visc. de Ipiabas	

Núcleo dirigente	Nascimento e local	Formação escolar	Atividade econômica profissional - local	Atuação legislativa	Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política
Antonio Fialho	Petrópolis (RJ)	engenheiro	proprietário rural Petrópolis	vereador (1897) dep. fed. (1900)	vice-pres. (1900-03) pres. câmara municipal (Petrópolis)	presidente da SNA (1902-08)		Petrópolis
Americo Werneck	1855 (Bemposta-RJ)	engenheiro civil	proprietário rural MG/RJ dep. est. (1901)	dep. est. (1906) dep. fed. (1901)	sec. agr. obr. pub. MG (1898-1901)/pref. Lambari/cons. tec. obr. pub. com. INDRJ (04-06)		descendente do barão de Bemposta	Bemposta, Paraíba do Sul
Baltazar Bernadino Batista Pereira	1850 (RJ-Itaboraí)	engenheiro civil	lente da escola naval presidente IMGB	dep. est. (1898, 1901, 04) dep. fed. (1906, 09)		membro da SNA		Itaboraí
Raul Moraes Veiga	1878 (S. F. de Paula - RJ)	engenheiro civil	eng. da comissão da planta cadastral e saneamento de Niterói (1921-1925)	dep. est. (1907) dep. fed. (1906, 09)	pres. est. RJ 1918-22		filho de proprietários rurais de São F. de Paula	São F. Paula
Francisco Chaves O. Botelho	1868 (Montevideu)	médico (Fac. Med. RJ)		ver. (1898-1906)/ dep. est. (1901)/ pres. As. Leg. (04-05)/ dep. fed. (1905, 07) não assumiu	pres. cam. mun. Resende 7101, 24/10/98 (1904-06)/ 1ª v. pres. est. RJ (03-07), pres. RJ 01/11 a 31/12/06 (1910)			Resende
Hermogêneo P. da Silva	1848 (São Gonçalo)	médico		vereador da corte 1881-84 dep. est. (1892, 95, 1901) pres. ALERJ (1900)	sec. obr. pub. (1897-99)/ sec. int. e justiça (04/07 a 17/09/99)/pres. cam. mun. Petrópolis (após 15/11)	apres. como ver. projeto p/ ref. urbana da coret/dono do jom. <i>Gaz. de Petrópolis</i> (1898-99)	descendente de proprietários rurais	Petrópolis
João Carlos T. Brandão	1854 (RJ)	médico	medicina (bar. Manga) 1878-1880, prof. Fac. Med. (DF) 1883/dir. hosp. (1887-92) e var. out. carg. med. (DF)	dep. fed. (1903)			filho de proprietários rurais	Barra Mansa
João Martins Teixeira	1848 (RJ)	médico (fac. RJ)	dir. adj. da Insp. Geral de Higiene	dep. fed. (1900)		intelectual		
Fidélis Azevedo Alves	1854 (Itaboraí)	médico, militar (cor.)	proprietário rural	dep. est. (1892 a 1902) dep. fed.	presidente câmara município Itaboraí	membro da SNA	descendente de proprietários rurais	Itaboraí

Núcleo dirigente	Nascimento e local	Formação escolar	Atividade econômica profissional - local	Atuação legislativa	Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política
Araujo Pinheiro (Carlos José)	1850	militar		dep. est. (const.) 1901, 04, 07 dep. fed. (1909)		almirante		
Francisco Soares de Gouveia	Petrópolis	militar (coronel)		dep. est. (1892, 95, 98)			descendente do Barão de Itambé	Petrópolis
Manoel Antonio A. Azevedo Sobrinho	DF	jornalista, literato, poeta		dep. est. (1901) dep. fed. (1905)		fundou o jornal <i>A Capital</i> campanha p/mudança da capital pe-	sobrinho do Barão de Itaocara	Niterói, Itaboraí
Barreto Durão Raymundo da Camara				dep. est. (1895, 98)				Cantagalo
Fernando Antonio Ferraz				dep. est. (1895, 98, 1901)				
Mateus Nogueira Brandão		negociante ind. de saco de café		dep. est. (1901)	militância política no império pelo partido liberal			
Pedro G. da Cunha	1847	engenheiro em Coimbra	proprietário rural	vereador, pres. Câmara de Pirai dep. est. (1895)		empregou colonos estrangeiros	parent. com os Souza breves/filho de um dos princ. prop. rurais.	Barra do Pirai
Sebastião Mascarenhas				dep. est. (1892, 95, 98, 1901, 16)				Petrópolis

CAPÍTULO 5

ANEXO I

QUADRO DO BALANÇO DE RECEITA E DESPESA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA

Anos/Provincias Estados	1881	1884	1886	1888	1889	1890	1891
município da Corte Distrito Federal	77.388.950\$089	88.580.468\$214	116.821.997\$163	73.908.255\$163	88.499.925\$835	121.133.240\$245	119.711.667\$731
prov. Rio de Janeiro est. Rio de Janeiro	467.442\$949	446.871\$390	717.151\$432	449.753\$309	488.260\$541	588.948\$648	166.990\$867
prov. Esp. Santo est. Esp. Santo	599.804\$646	424.963\$668	856.422\$837	629.967\$017	972.886\$835	927.102\$227	966.861\$680
prov. Bahia est. Bahia	5.944.856\$058	6.314.628\$115	10.007.790\$295	5.789.799\$384	5.781.738\$394	6.958.320\$537	8.687.455\$283
prov. Pernambuco est. Pernambuco	5.235.347\$165	6.452.487\$130	13.368.136\$873	7.365.477\$595	7.654.600\$988	6.740.092\$154	9.769.223\$154
prov. São Paulo e Est. São Paulo	2.412.270\$551	2.833.088\$338	4.918.683\$485	3.267.332\$853	4.426.568\$211	5.539.687\$769	4.793.775\$865
prov. Minas Gerais est. Minas Gerais	1.649.905\$816	2.175.617\$020	2.996.108\$760	1.855.784\$217	2.146.079\$709	2.380.145\$130	2.337.742\$913
prov. S. Pedro est. R. G. do Sul	7.789.649\$948	8.377.152\$047	12.168.632\$260	7.573.413\$171	9.258.662\$800	13.935.984\$087	16.711.719\$794

Anos/Provincias Estados	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Distrito Federal	178.978.937\$052	189.484.968\$599	243.087.836\$599	220.746.426\$727	299.324.156\$956	269.085.634\$150	569.937.204\$061	203.765.791\$988
est. Rio de Janeiro					15.076\$849	93.744\$257	58.894\$681	69.637\$177
est. Esp. Santo	1.204.035\$141	401.432\$515	694.422\$515	404.745\$544	573.983\$176	503.295\$607	498.148\$061	579.884\$263
est. da Bahia	7.992.175\$413	8.320.173\$129	10.307.667\$783	8.265.232\$266	11.075.314\$107	12.252.480\$490	8.358.062\$868	7.410.429\$683
est. Pernambuco	9.006.035\$021	10.315.960\$649	11.164.132\$442	14.489.653\$899	14.887.228\$157	8.591.756\$880	7.645.219\$446	5.859.429\$683
est. S. Paulo	3.670.169\$489	4.883.613\$246	9.978.118\$692	4.472.312\$432	4.577.490\$679	4.226.250\$922	4.180.403\$831	4.138.905\$959
est. Minas Gerais	2.149.368\$073	1.895.305\$834	2.049.494\$467	2.452.860\$891	2.517.086\$572	2.177.685\$090	2.487.549\$218	2.611.318\$393
est. R. G. do Sul	18.288.555\$518	20.724.016\$730	30.708.432\$705	23.327.072\$454	23.635.575\$692	21.398.306\$475	17.169.808\$749	16.607.482\$227

FONTE: BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Balanço da receita e despesa do Império e da República: 1880-1930.*

Anos/Provincias Estados	1900	1901	1902	1904	1906	1910	1912
Distrito Federal	Ouro 9.654:017\$034 Papel 297.575:132\$881	Ouro 5.900:938\$969 Papel 199.555:816\$952	Ouro 1.192:235\$230 Papel 173.656:405\$836	Ouro 4.786:662\$526 Papel 295.985:015\$102	Ouro 2.872:387\$428 Papel 248.473:544\$396	Ouro 13.953:492\$631 Papel 333.814:425\$390	Ouro 14.306:484\$312 Papel 486.722:436\$743
est. Rio de Janeiro	Papel 67:788\$694	Papel 52.968\$994	Papel 69:051\$273	Papel 24:520\$259			
est. Esp. Santo	Papel 550:785\$459	Papel 549:530\$368	Papel 566:986\$003	Ouro 1.953\$523 Papel 562.071\$339	Papel 591:395\$557	Ouro 901\$380 Papel 1.324:580\$293	Papel 1.691:444\$433
est. Bahia	Ouro 466\$343 Papel 7.452:215\$405	Papel 7.986:478\$357	Papel 7.655:990\$267	Ouro 137\$418 Papel 7.531:408\$939	Ouro 1.604\$757 Papel 8.097:149\$065	Ouro 1.422\$240 Papel 9.476:898\$546	Papel 18.066:810\$684
est. Pernambuco	Ouro 4.566\$184 Papel 6.426:982\$685	Papel 6.573:028\$770	Papel 6.393:596\$650	Ouro 2.226\$162 Papel 6.680:809\$259	Ouro 1.038\$375 Papel 7.268:349\$933	Ouro 14.518\$242 Papel 11.582:626\$385	Ouro 5.576\$104 Papel 8.379:962\$108
est. São Paulo	Papel 4.527:975\$159	Ouro 1.690\$079 Papel 4.757:551\$434	Ouro 226\$675 Papel 5.317:598\$695	Ouro 3:776\$938 Papel 8.954:113\$155	Ouro 1:789\$228 Papel 6.539:173\$593	Ouro 10.276\$862 Papel 12.451:146\$201	Ouro 6.069\$842 Papel 14.969:748\$544
est. Minas Gerais	Papel 2.655:995\$678	Papel 2.664:684\$857	Papel 5.044:826\$303	Papel 5.044:826\$303	Papel 6.324:265\$596	Ouro 308:338\$512 Papel 4.831:976\$309	Ouro 728\$888 Papel 6.029:637\$861
est. R. G. do Sul	15.801:627\$680	16.250:096\$618	Ouro 544\$487 Papel 16.498:999\$335	Ouro 15\$000 Papel 18.936:158\$922	Ouro 3:255\$304 Papel 17.927:882\$168	Ouro 423\$660 Papel 21.566:333\$371	Ouro 4:418\$364 Papel 6.029:637\$861

CAPÍTULO 5

ANEXO II

FACÇÃO NILISTA ARTICULADA NA POLÍTICA FEDERAL - 1915 - 1922

	Nascimento e local	Formação escolar	Atividade Econômica Profissional-local	Atuação legislativa	Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política	
Arthur de Souza				Deput. Est. (1919) Pres. da ALERJ				Vassouras	
Antonio Augusto Azevedo Sodré	1864	Médico	Professora na faculdade de Medicina no D.F.	Dep. Fed. (1818, 1921)	Diretor geral da saúde Prefeito do DF	Membro da academia nacional de medicina		D.F. Petrópolis	Publicou vários trabalhos e fundou a revista <i>Brasil Médico</i>
Conde Modesto Leal	MG		Comerciante industrial Pres. do banco hipotecario do Brasil/ Prop. rural	Senador (1918, 1921)	Família pobre de Minas	D.F.			
Domingos Mariano				Dep. Est. (1910, 13, 16) Dep. Fed. (1921)	Prefeito de Niterói			Niterói	
Francisco Marcondes Machado Junior			Comissário de café	Dep. Est. (1913, 16) Dep. Fed. (1918, 21)			Filho de comissário de café	Sapucaia	
José Eduardo Macedo Soares	1881	Militar	Jornalista	Dep. Fed. (1915, 18, 21)	Fundou o jornal <i>O Imparcial</i> no RJ	Filho de prop. rurais de Araruama e Maricá	D.F. e Maricá		
Jose Tolentino	RJ	Bacharel Direito	Advogado	Dep. Fed. (1912, 15)				Niterói	Publicou livros
Julio Ribeiro de Castro	RJ	Bacharel Direito	Advocacia (DF), Prop. Usina Quissamã	Dep. Fed. (1921) Dep. Est. (1913, 16)			Filho e neto de usineiros	Quissamã	
Laurindo Lengruber Filho	RJ			Dep. Est. (8º e 9º) Dep. Est. (1913, 16) Dep. Fed. (1918, 30)			Descendente de proprietários rurais		

	Nascimento e Local	Formação escolar	Atividade Econômica/ Profissional-Local	Atuação legislativa
Manoel Temistocles de Almeida	Campos (1865)	Bacharel Direito (Fac.de Recife)	Promotor público Advocacia (Pádua) Diretor Imprensa Nacional	Dep.Est.(1900,04) Vereador em Pádua (1901,05) Dep.Fed.(1906)
Maurício de Lacerda	Vassouras (1888)	Bacharel Direito	Advocacia (vassouras), jornalista, oficial de gabinete da Presidência da República (1910)	Dep. Fed.(1912,15)
Maurício Medeiros	DF	Médico	Professor da faculdade de Medicina do DF	Dep.Est.(1919) Dep.Fed.(1921,27)
José Monteiro Soares Filho	Vassouras	Bacharel Direito	Advogado	Vereador Dep. Est. (1913, 16)
Raul Fernandes	1877 (Vassouras)	Bacharel Direito	Magistrado Dep.Fed.(1909,12,15)	Dep.Est.(1904,07)
Raul Veiga	1878(S.Fco. de Paula RJ)	Engenheiro Civil	Engenheiro da comissão da planta cadastral e saneamento de Niterói (1921-25)	Dep.Est.(1907) Dep.Fed.(1909,12,15)
Silvio Rangel	Vassouras	Bacharel Direito		Vereador Dep.Est.(1904,07) Dep.Fed.(1930)

Cargos executivos	Outras informações	Ligações familiares	Local de atuação política	
			Pádua	
	Representante dos est. brasileiros no 1º congresso sul-americano de estudantes	Filho do dr. Sebastião de Lacerda (min. do STF)	D.F. Vassouras	
			D.F.	Publicou vários trabalhos
Vassouras				
Eleito		Filho de prop. rur. em Val/Neto Visc. de Ipiabas	Valença	Publicou vários trabalhos
Pers.Est.RJ (1918-22)		Filho de prop. rur.de S. Fco. de Paula	S. Fco. de Paula	
	Membro da SNA(Vice-Presidente)	Filho de prop. rur. de Vassouras	Vassouras e Friburgo	Publicou vários trabalhos

FONTES: Anais da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro(1889-1930)
Dunshee de Abrantes - Governos e Congressos no Brasil
Almanaque Laemmert 1889-1930
Entrevistas com descendentes dos titulares
Arquivos privados Nilo Peçanha, Quintino Bocaiúva

OBS: As datas registradas ao lado dos cargos legislativos correspondem ao início de cada mandato exercido.

CAPÍTULO 6
ANEXO I
QUADRO PARTIDÁRIO

nov. 1888	Criação do Partido Republicano na província do RJ
ago. 1890	Partido Rep. Moderado (PRM) - conselheiro Paulino
abr. 1891	Partido Autonomista Fluminense (PAF) - J. T. Porciúncula - cons. Paulino
abr. 1892	Partido Republicano Fluminense (PRF)
set. 1893	Partido Republicano Federal
1896	Primeiro racha do PRF - defecção do grupo de Campos
fev. 1897	Organização do Partido Autonomista (Portelista)
mar. 1897	Partido Republicano em oposição (Barão de Miracema) liga Oposicionista - Partido Autonomista - Partido Republicano em oposição
maio 1899	Segundo racha do PRF (saída do grupo de Alberto Torres)
23 jul 1899	Fundação do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ)
1889 a 1903	Existência do PRF e PRRJ
1902	Racha do PRRJ - exclusão do grupo de Petrópolis
1903	Acordo de Nilo c/ PRF - desaparece a sigla PRRJ PRF é o partido oficial e lança a candidatura de Nilo
jan. 1904	Reorganização do PRRJ por Nilo Peçanha, já eleito presidente do estado

1909	Convenção do PRRJ, que adota a sigla PRF, desaparecendo a primeira
1911	PRF se integra ao PRC (de Pinheiro Machado), e passa a se chamar Partido Republicano Conservador Fluminense, PRCF. PRF passa a ser a sigla de oposição <ul style="list-style-type: none"> - Miguel de Carvalho - Alfredo Backer - Hermogêneo Silva
jul. 1913	PRCF - sigla da oposição - Backer e elementos ligados a Pinheiro Machado PRF - situação <ul style="list-style-type: none"> - Oliveira Botelho - Nilo Peçanha
1914	Defecção de Oliveira Botelho do PRF
fev. 1914	PRF indica a candidatura de Nilo à Pres. do estado
1915	Desagregação do PRCF <ul style="list-style-type: none"> - adesão dos deputados a Nilo - morte de Pinheiro Machado
dez. 1915	Tentativa de criação da Oposição Constitucional Fluminense (Érico Coelho)
jan. 1918 até maio 1920	PRF fica sem Comissão Executiva
1919	Sucessão de Pres. Rep. - a sigla PRF passa p/as mãos de Backer <ul style="list-style-type: none"> - PRCF <ul style="list-style-type: none"> - Miguel Carvalho - Oliveira Botelho - Feliciano Sodré - PRRJ <ul style="list-style-type: none"> - o grupo nilista adota esta sigla

jan. 1921	Eleições federais - aparecimento do Partido Trabalhista - PT
out. 1923	Eleições de Feliciano Sodré p/pres. do estado (PRF) Eleições ALERJ grande derrota dos nilistas (PRRJ)
1926	Eleições federais - PRF - situação Reorganização do PRRJ - nilistas
1927	Cisão do PRRJ <ul style="list-style-type: none"> - nilistas vermelhos - nilistas acordistas
jun. 1927	Criação do Partido Democrático Fluminense (PD)
ago. 1927	Criação do Partido Republicano Rural (PRR)

CAPÍTULO 6

ANEXO II

QUADRO DE COMISSÕES EXECUTIVAS DOS PARTIDOS
FLUMINENSES

Agremiação	Data	Membros	Periodi- cidade	Nº de membros	Informações Complementares
P.Rep. da Província do RJ	13 nov. 1888	pres. Silva Jardim sec. Alberto Torres tes. Ant. Furquim Werneck Almeida Francisco Portela Virgílio Pessoa Teófilo de Almeida Santos Werneck		03	
PR	15 abr. 1890	pres.: Silva Jardim Francisco Santiago Teófilo de Almeida Santos Werneck		04	
Part. Rep. Moderado (ex-monar- quistas)	31 ago. 1890	pres. Cons. Paulino de Souza sec. Visconde de Quissamã João D. P. de Mendonça Cons. Carlos de Carvalho Martins Rocha			
Partido Autonomista Flum.	13 abr. 1891	Batista da Mota - dep.fed. - rep. Alberto Torres - rep. hist. Fonseca Portela - rep. do PRM		03	
PRF	24 abr. 1892	Carlos Frederico Castrioto Paulino José Soares Souza Jr. Manoel Ferreira de Matos Felix Moreira Jose Barros Franco Jr. Alberto Torres		06	Os três primeiros pertenceram ao Part. Rep. Moderado

Agremiação	Data	Membros	Periodicidade	Nº de membros	Informações Complementares
PRF	30 ago. 1893	Quintino Bocaiúva Bento Carneiro Alberto Torres Paulino Jr. Ponce de Leon Francisco Santiago Ernesto Brasilio	1 ano		
PRF	10 fev. 1895	Porciúncula (chefia única)			
PRF	30 set. 1896	J. Porciúncula (pres.) Martins Torres (1º dist.) Visc. Quissamã (2º dist.) Miguel de Carvalho (3º dist.) Hermogêneo Silva (4º dist.) João Barcelos (5º dist.)		3	061ª racha do PRF - com a defeção do grupo de Campos
PRF	maio 1899	Maurício Abreu (pres.) Fonseca Portela (sec.) Sebastião Lacerda (dep. fed. e sec. ag.) Vitório Pareto (dep. fed. 2º distr.) Paulino J. S. Souza Jr. (def. 5º dist.) Miguel Carvalho (3º distr.)		06	
PRRJ	maio 1899	Martins Torres (1º distr.) Barão de Miracema (2º distr.) Augusto Ferreira Lima (3º distr.) Barros Franco (4º distr.) Alfredo Whately (5º distr.)		05	Representação distrital; não teve presidente; (incorpora grupo de Campos)

Agremiação	Data	Membros	Periodicidade	Nº de membros	Informações Complementares
PRRJ	jan. 1904	Barão de Miracema Oliveira Botelho Laurindo Pitta Henrique Borges João Batista Pereira Santos Leopoldo Teixeira Leite Belizário Augusto Soares Souza		07	Exclusão do grupo de Petrópolis
PRRJ	dez. 1905	Barão de Miracema Francisco M. M. Jr. (4º dist. Sapucaia) Galdino do Vale (3º dist. Friburgo) Antonio Leite Pinto (Valença) João Lopes da Silva (São Fidelis) Julio Braga Luis Correia da Rocha	2 anos	09	
PRF	fev. 1911	Nilo Peçanha Quintino Bocaiúva Oliveira Figueiredo Barão de Miracema João Guimarães Antonio Ribeiro Velho Avelar Alfredo Lopes Martins		07	A sigla PRRJ desaparece e o grupo nilista adota a sigla PRF. Os três últimos eram vice-presidentes do Estado.
PRCF	1911 1912	pres. Quintino Bocaiúva pres. Nilo Peçanha			PRF integra-se ao Part. Rep. Conservador, comandado por Pinheiro Machado.
PRF	1912	Bernardino Torres da Costa Franco Luis de Carvalho Melo Antonio Ferreira Rabelo Custódio Araujo Padilha José da Cunha Ferreira		05	PRF passa a ser a sigla da oposição dominada por de Carvalho e os descendentes de Paulino Soares de Souza

Agremiação	Data	Membros	Periodicidade	Nº de membros	Informações Complementares
PRCF	mar. 1913	Nilo Peçanha (Pres.) Barão de Miracema (sen.) Raul Fernandes (dep. fed.) João Guimarães (v. pres. est. - dep. est.)		04	
PRF	jul. 1913				PRF passa a ser a sigla dos nilistas
PRCF	jul. 1913				PRCF passa a ser a sigla dos elementos que antes usavam a sigla PRF
op. Cons. Flum.	dez. 1915	Erico Coelho			Dissidência do PRCF
PRF	13 maio 1916	João Guimarães - dep. est. Raul Fernandes - dep. fed. Barão de Miracema - sen. Raul Veiga J. E. Macedo Soares Conde Modesto Leal Buarque Nazareth Francisco Guimarães		08	
PRF	18 jun. 1917				
PRF	jan. 1918				Terminou o mandato e não foi eleita outra Com. Exec.

Agremiação	Data	Membros	Periodicidade	Nº de membros	Informações Complementares
PRF	maio 1920	Ramiro Braga Temistodes de Almeida Francisco Marcondes Raul Fernandes Raul Veiga - pres.	2 anos	05	Após a convenção o gruponilista abandonou a sigla PRF e adotou a sigla PRRJ.
PRF	1919	Backer Henrique Borges Paulino Soares Joaquim Moreira Faria Souto Abreu Lima Norival Freitas		07	Backer passa a usar a sigla PRF. Não há notícias de formalização partidária (Base S. Gonçalo, Niterói, Itaboraí, Barra Mansa)
PRCF	1919	Miguel de Carvalho Oliveira Botelho Feliciano Sodré Galdino do Vale Filho Everardo Backheuser		05	
PT	1921	Luis Guaraná			Partido de plantadores de cana e usineiros.
PRRJ	abr. 1922	José Tolentino Ramiro Braga Temistocles de Almeida Francisco Marcondes Jr. Domingos Mariano	2 anos	05	Nilista
PRF	ago.	Miguel de Carvalho (pres.) Joaquim Moreira (vice) Oliveira Botelho (vice) Norival de Freitas Horácio Magalhães Manoel Duarte Henrique Borges José de Moraes Galdino do Vale Filho Faria Souto Luis Guaraná	2 anos	11	Reestruturação do PRF que se tornou o partido oficial e incorporou o PT e o PRCF - criação da lei orgânica do partido.

Agremiação	Data	Membros	Periodi- cidade	Nº de membros	Informações Complementares
Part. da Mocidade	11 nov. 1925	Antônio Pereira Quares Ernesto Lima Ribeiro Campos Luis Sobral Oswaldo Cardoso de Mello		04	Articulado ao Partido da Mocidade Bras.
PRRJ	abr. 1926	Raul Veiga Ternistoces de Almeida Azevedo Sodré Maurício Medeiros Sílvio Rangel João Guimarães Francisco Marcondes Eduardo Cotrim Filho Júlio Silva Araujo Everardo Backheuser Arthur Leandro Corte Maurício Lacerda		12	Reestruturação do PRRJ
PRF	dez.	Oliveira Botelho Manuel Duarte Miguel de Carvalho Joaquim Moreira Miranda Rosa Galdino do Vale Filho Horácio Magalhães Norival Freitas Faria Souto José de Moraes Thiers Cardoso	2 anos	11	PRF incorporou parte do PRRJ.
PD - Partido Democrático	jun. 1927	Vicente Moraes Júlio Cesar Luterbach Othon Leonard Alfredo Clodoaldo Oliveira		04	
PRR - Partido	jul.	Sebastião Monerat Luterbach Orestes Neves Eugênio Luterbach			Fundação do partido para lutar em Duas Barras, Bom Jardim, São Francisco de Paula contra a política cafeeira do governo

Agremiação	Data	Membros	Periodi- cidade	Nº de membros	Informações Complementares
PRF	14 jul. 1928	Thiers Cardoso Oliveira Botelho Feliciano Sodré Miguel de Carvalho Joaquim Moreira Miranda Rosa Galdino Filho Horácio Magalhães Norival Freitas Faria Souto José de Moraes	2 anos	11	Incorpora uma parcela do PRRJ

Agradecimentos

Este trabalho foi originalmente apresentado como tese de doutorado em História na Universidade Federal Fluminense em outubro de 1991. Algumas alterações foram feitas para adequá-lo às exigências de publicação, sem que contudo fosse modificada a sua estrutura original. Devo especial agradecimento a Ismênia Lima Martins, orientadora desta tese, e também a Angela Maria de Castro Gomes, Maria Bárbara Levy, Eduardo Kugelmas e Maria de Lourdes Janotti, que fizeram parte da banca examinadora e apresentaram inúmeras sugestões que foram aqui incorporadas,

à CAPES, que através do Programa de Pós-Graduação em História da UFF concedeu-me uma bolsa de estudos, pelo auxílio trazido à preparação desta tese.

Desejo expressar ainda minha gratidão:

à direção do CPDOC, de cujo corpo de pesquisadores faço parte, nas pessoas de Alzira Alves de Abreu, Lúcia Lippi Oliveira, Maria Celina Soares D'Araújo e Angela de Castro Gomes, pelo apoio institucional e confiança fundamentais para a realização deste trabalho;

aos colegas Mônica Kornis e Sílvia Pantoja e Mário Grynspan, pelas sugestões e críticas a alguns capítulos;

à Nazareth Vargas e Adolfo A. Breves, e às bibliotecárias Margareth Tavares e Glória Maria Moreira Valim, pela boa vontade constante e presteza;

a Marília do Amparo e Tania Maria Oliveira pelo trabalho de digitação, feito com competência e atenção;

ao estagiário Gilberto Fernandes, que durante um ano de trabalho revirou arquivos para descobrir informações e atender meus pedidos, sem nunca colocar obstáculos ou dificuldades;

a José Luiz Werneck da Silva, meu amigo e colega de doutorado, que partilhou comigo as angústias de fazer uma tese;

a Hebe de Castro, com quem discuti algumas questões relativas à economia fluminense num momento crucial de dúvidas sobre esta pesquisa;

à amiga Dora Rocha, que com sua paciência viu e reviu os originais deste trabalho, contribuindo para a maior clareza e coerência do texto;

a Armelle Enders, que conheci ao longo deste processo de feitura da tese, pela possibilidade da troca de experiências e pela amizade;

a meus alunos do Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, que mesmo sem o saber foram interlocutores constantes na realização deste trabalho.

A todos os meus amigos e à minha família, especialmente Diney, Isabel e Vicente que torceram para que eu chegasse ao fim, meu muito obrigado.

Capa

Elizabeth Lafayette

Projeto Gráfico

Janise Duarte

Editoração Eletrônica

Clementino Jr.

Daniela Carbone

Revisão

Isabel Grau

Papel miolo

Offset 75g/m²

Papel capa

Offset 180g/m²

Impressão

Folha Carioca Editora

O papel do Estado no período da Primeira República é o tema principal desta instigante análise histórica. A política do *café com leite* e a mudança de *status* do Rio de Janeiro com o novo regime republicano são algumas das transformações ocorridas nesta fase tão conturbada da história brasileira, e que fazem parte desta investigação sobre a natureza dos conflitos políticos nacionais.